

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

MIRIAM CRISTINA DOS SANTOS BRANDÃO

**SISTEMA ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

JUIZ DE FORA

2012

MIRIAM CRISTINA DOS SANTOS BRANDÃO

**SISTEMA ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador(a): Prof. Dr. Fernando
Tavares Júnior

JUIZ DE FORA

2012

TERMO DE APROVAÇÃO

MIRIAM CRISTINA DOS SANTOS BRANDÃO

**SISTEMA ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em

___/___/___.

Membro da banca - Orientador(a)

Membro da banca Externa

Membro da Banca Interna

Juiz de Fora, de de 20.....

Dedico este trabalho aos meus queridos e amados Erick, Breno, Raian e Ronan. Foram eles que acompanharam dia a dia a minha rotina de estudos, a minha ausência. Tiveram paciência e principalmente amor.

AGRADECIMENTOS

- A UFJF pela oportunidade de ingressar neste mestrado.
- A Pró-reitoria de Recursos Humanos da UFJF pelos projetos de capacitação com uma administração que acredita em seus técnicos administrativos em educação.
- As Pró-reitorias de pós-graduação das universidades UFMG e USP pelo acolhimento e consultorias.
- A Coordenação do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública por terem dado oportunidade aos técnicos administrativos da UFJF.
- A equipe da PROPG/UFJF pelas amizades, oportunidades, experiências profissionais e crescimento.
- A equipe de professores e tutores do curso, pelos constantes retornos e motivações.
- Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Tavares pelos incentivos iniciais dos meus estudos.
- A Profa. Dra. Maria Teresa de Assunção Freitas, Coordenadora de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, no período de 2006 a 2011, por ter me recebido na PROPG/UFJF, acreditado em mim. Sua chefia, amizade e carinho me fizeram aprender muito.
- Ao Pró-reitor de pós-graduação Prof. Dr. Fernando Salgueiro Perobelli, pela sua amizade, confiança e credibilidade em mim, como pessoa e profissional.
- As tutoras Sheila e Karine. Grandes profissionais e incentivadoras. A dedicação de vocês é algo impressionante.
- Aos amigos e companheiros do mestrado que juntos caminharam nesta árdua jornada.
- Aos amigos da Reitoria e colegas de mestrado: André, Bete, Rosa e Tonny. Pela amizade, força, carinho e estímulo em todas as horas.
- Ao tutor e amigo Wallace Faustino, pela sabedoria e presença sempre. Suas ponderações foram essenciais.
- A todos que participaram de minha vida nestes dois anos de estudos e dedicação ao mestrado.

Um acompanhamento e uma avaliação sistemática tornam-se um processo educacional mais perto de alcançar o sucesso. A pós-graduação nas universidades é um processo educacional que almeja a excelência e o sucesso.

RESUMO

O objetivo deste PAE é a criação de um processo de acompanhamento e monitoramento interno dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, como ação para diagnosticar, acompanhar e corrigir rumos, com a finalidade de se consolidarem e conseguirem conceitos melhores junto a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, na próxima trienal. Por não se ter uma avaliação anual pela CAPES, sentiu-se necessidade de traçar um plano de ação para acompanhar esses programas e apoiá-los na melhoria de suas excelências, pensando metas e diretrizes a serem estabelecidas para essa consolidação. O projeto inicia-se com o estudo do resultado do programa na última avaliação, diagnosticando os pontos fortes e fracos. Um calendário de visitas ao programa foi planejado para expor essa intenção e plano de ações específicas. Serão traçados indicadores próprios de desempenho, baseados nos indicadores da CAPES e será criado um sistema de avaliação interno da UFJF para um monitoramento anual. Acredita-se que com esse plano estaremos desenvolvendo e dando apoio na educação superior. Para desenvolver estratégias para essas propostas de gestão da PROPG/UFJF, pensando nas questões educacionais e avaliativas, adotou-se a participação em grupo de estudos, integrado por alunos do presente Mestrado, em que foram abordados temas relacionados à História da Educação; pontos referenciados a conceitos sociológicos como os da formação do povo brasileiro; e abordagens dirigidas à compreensão da avaliação educacional focada no cenário econômico-político das décadas de 1990/2000 e nas ações governamentais e toda a história do ensino superior.

Palavras-chave: pós-graduação, monitoramento, avaliação

ABSTRACT

The objective of this EAP is to create a process for monitoring and internal monitoring of post-graduate studies at the Federal University of Juiz de Fora - UFJF as action to diagnose, monitor and adjust our direction, with the aim of consolidating and achieve best concepts from the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel - CAPES, the next three years. Because there is no longer an annual evaluation by CAPES, it was felt necessary to draw up an action plan to monitor these programs and support them in improving their excellencies, thinking goals and guidelines to be established for this consolidation. The project begins with the study of the outcome of the program in the last assessment, diagnosing the strengths and weaknesses. A schedule of visits to the program is designed to expose this intent and plan specific actions. Are charted their own indicators of performance indicators based on CAPES and will create an evaluation system for an internal UFJF annual monitoring. It is believed that with this plan we are developing and supporting higher education. To develop strategies for management of these proposals PROPG/UFJF, thinking about the educational and evaluative questions, we adopted the participation in the study group, comprised of students of this MSc, which were discussed related to the History of Education; points referenced to concepts sociological as the formation of the Brazilian people, and targeted approaches to the understanding of educational assessment focused on the economic-political scenario of the decades of 1990/2000 and the government actions and the history of higher education.

Keywords: graduate, monitoring, evaluation

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	Programas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFJF com seus conceitos
TABELA 02	Expectativas de evolução de mestres e doutores no Brasil
TABELA 03	Itens do Sistema de Avaliação da CAPES
TABELA 04	Objetivos principais do Sistema de Avaliação da CAPES
TABELA 05	Conceitos do Sistema de Avaliação da CAPES
TABELA 06	Conceitos dos programas de pós-graduação da UFJF
TABELA 07	Áreas definidas pela CAPES
TABELA 08	Número de cursos em atividade no Brasil
TABELA 09	Número de cursos de mestrado e doutorado em 2011 – USP, UNICAMP e UFJF
TABELA 10	Número de alunos de mestrado e doutorado em 2011 – USP, UNICAMP e UFJF
TABELA 11	Conceitos dos programas de pós-graduação da UNICAMP
TABELA 12	Gastos mensais do Sistema de Avaliação da PROPG/UFJF
TABELA 13	Gastos anuais com o Sistema de Avaliação da PROPG/UFJF

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01	Crescimento dos cursos de mestrado e doutorado na UFJF
GRÁFICO 02	Evolução das matrículas de mestrado – UFJF
GRÁFICO 03	Evolução das matrículas de doutorado – UFJF
GRÁFICO 04	Crescimento e expectativas de crescimento dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> no Brasil
GRÁFICO 05	Percentuais dos conceitos CAPES/UFJF
GRÁFICO 06	Distribuição dos programas de pós-graduação por nota
GRÁFICO 07	Evolução do Sistema Nacional de pós-graduação: cursos recomendados e habilitados ao funcionamento
GRÁFICO 08	Distribuição de cursos por nível – 2009
GRÁFICO 09	Distribuição % dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> por nota – TRIENAL 2010
GRÁFICO 10	Evolução dos conceitos dos programas de pós-graduação da UFJF
GRÁFICO 11	Matrículas dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFJF
GRÁFICO 12	Matrículas graduação/mestrado/doutorado – 2009

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	Tela 01 do SIGA Acadêmico da UFJF
FIGURA 02	Tela 02 do SIGA Acadêmico da UFJF
FIGURA 03	Tela 03 do SIGA Acadêmico da UFJF

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
PROPG/UFJF	Pró-reitoria de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação e Cultura
APCN	Apresentação de Propostas de Cursos Novos
APG	Apoio a pós-graduação
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
SBPC	Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
UNB	Universidade de Brasília
COPPE	Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia
CESu	Centro de Ensino Supletivo
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PNPG	Plano Nacional de Pós-graduação
Paiub	Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
MCTI	Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
FAPs	Fundações de Amparo à Pesquisa
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
PAE	Plano de Ação Educacional
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
FADEPE	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
SIGA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SIGA PÓS	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Pós-graduação
CDARA	Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos
CGCO	Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional
CTC	Comissão Técnico Científica
PROAP	Programa de Apoio à Pós-graduação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. CAPÍTULO 1.....	17
1.1. A Pós-graduação <i>stricto sensu</i> na UFJF	17
1.2. O Sistema de Avaliação da CAPES: um breve histórico.....	22
1.3. Uma proposta de monitoramento anual dos programas de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFJF.....	28
2. CAPÍTULO 2.....	42
2.1. Histórico da pós-graduação no Brasil.....	43
2.1.1 – A expansão em números	54
2.2. A inserção da pós-graduação na UFJF no cenário das pós-graduações nacionais.....	61
2.3. Gestão, monitoramento e Avaliação.....	64
2.4. Sistema de Avaliação da CAPES seus indicadores.....	68
2.4.1 - A Pós-graduação no Brasil segundo a CAPES.....	70
2.4.2 – A Pós-graduação na UFJF segundo a CAPES	77
2.4.3 - A Pós-graduação na UFJF segundo a visão desse Plano de Ação	83
3. CAPÍTULO 3.....	90
3.1. Síntese das etapas do Plano de Ação	93
3.2. Etapas do Plano de Ação	95
3.2.1 – 1ª Etapa: Relatórios dos Programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i>	95
3.2.2 – 2ª Etapa: Treinamento para preenchimento do Aplicativo Coleta CAPES	96
3.2.3 – 3ª Etapa: Reestruturação da PROPG/UFJF	97
3.2.4 – 4ª Etapa: Sistema anual de avaliação informatizada da PROPG/UFJF	100
3.3. Recursos financeiros para o Plano de ação	105
4. REFERÊNCIAS.....	108

SISTEMA ANUAL DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

O objetivo desse Plano de Ação Educacional é propor um sistema anual de avaliação interna para a Coordenação de Pós-Graduação *stricto sensu* da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, tendo em vista que o único *feedback* recebido pela universidade ocorre na Avaliação Trienal da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Isso faz com que haja morosidade no retorno das informações para que os cursos possam se ajustar aos requisitos daquela coordenação. Portanto a dimensão de gestão desse plano é a Universidade Federal de Juiz de Fora, pois englobará todos os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF.

Tendo em vista que o retorno da CAPES é apenas de três em três anos, a proposta de gestão universitária no nível da Universidade e da pós-graduação é um monitoramento e avaliação anual pela Pró-reitoria de Pós-graduação – PROPG/UFJF. A avaliação proposta nesse plano terá como base um mapeamento do programa, com diagnóstico e levantamentos dos indicadores de desempenho do Sistema de Avaliação da CAPES específico de cada um desses programas. Através das visitas anuais, que iniciaram no segundo semestre de 2011, as demandas dos programas são discutidas e analisadas com vistas a uma aproximação da PROPG/UFJF ao programa e com o intuito de busca de excelência, consolidação e aumento de conceito na próxima avaliação trienal que engloba os anos de 2010/2011 e 2012.

Na seção 1.1, uma breve introdução é feita da presente proposta de intervenção de gestão da PROPG/UFJF, junto aos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. A seguir será definido o Sistema de Avaliação da CAPES com uma visão geral dos Programas de Pós-graduação da UFJF, o problema de descredenciamento pela CAPES, queda de conceito e um panorama dos conceitos dos programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF.

Uma entrevista com o Pró-reitor de Pós-graduação que, em um parágrafo transcreve a importância do não descredenciamento e em uma próxima seção serão pontuados os objetivos dos Seminários Internos de Avaliação da PROPG/UFJF, realizados nos três últimos anos, como forma de avaliação interna, diferenciando da proposta desse plano e do primeiro ciclo de visitas da PROPG/UFJF em todos os programas. Como retorno a essas visitas, com o relatório feito e com a análise dos diagnósticos, a intervenção de gestão será definida.

Os indicadores de desempenho da CAPES serão descritos, atrelados aos conceitos e as especificidades de cada um dos programas da UFJF serão diagnosticadas. O objetivo principal é focar os indicadores de desempenho e seus critérios para queda e aumento de nota, que levam ao descredenciamento ou consolidação do programa. Esse plano tem como proposta um trabalho conjunto com os programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, com a periodicidade anual, de acompanhamento direto aos que estão com conceito “3” na última avaliação da CAPES e aos que correm risco eminente de descredenciamento.

As políticas internas que a Pró-reitoria de Pós-graduação da UFJF adotou nos últimos anos serão vistas e analisadas como um estudo histórico do que já foi proposto, e será diferenciado do presente plano.

O Sistema de Avaliação da pós-graduação no Brasil caracteriza-se por uma avaliação trienal realizada pela CAPES com base em indicadores pré-estabelecidos que se alcançados ou não, remetem a um conceito/nota indicando se o programa está muito bom “5”, bom “4”, regular “3” ou fraco “1” ou “2”.

Após a avaliação, em que todos os cursos recebem seus conceitos, os cursos são credenciados ou descredenciados, de acordo com o conceito que receberam. Os cursos que ficam com conceitos abaixo do “3”, são descredenciados e não são liberados para funcionamento, só mesmo é permitido finalizarem os estudos dos alunos matriculados e em curso. Novas matrículas não podem ser feitas. É importante salientar que um descredenciamento de um programa de pós-graduação *stricto-sensu*, pela

CAPES, gera problemas graves e uma imagem negativa para a unidade e, conseqüentemente, para a universidade.

Essa queda de conceito na avaliação da CAPES, é uma ameaça constante para todos os cursos que ainda não atingiram excelência e não estão consolidados, ou seja, que não obtiveram nota “4”. Todos os programas com conceito “3”, ainda não estão consolidados e seus indicadores devem ser revistos e pontuados os possíveis problemas.

Segundo o Pró-reitor de Pós-graduação da UFJF, Prof. Dr. Fernando Sallgueiro Perobelli:

O prejuízo de descredenciamento de um curso de mestrado ou doutorado atinge a imagem institucional refletindo na falha de formação e titulação de profissionais de alta qualidade. Reflete também na universidade como um todo, sendo centro de excelência, mostrando uma deficiência na formação e produção acadêmica. Esses são dois pontos nevrálgicos do descredenciamento de um curso. Também cria uma ruptura no processo de pesquisa da área, uma vez que os programas de pós-graduação *stricto sensu* estão nucleados nas áreas e projetos de pesquisas. (FERNANDO SALGUEIRO PEROBELLI, entrevista cedida em dez/2011)

Em instituições novas, que estão em fase de expansão e fortalecimento da pós-graduação, há de fato uma concentração de programas com conceitos “3” e uma perspectiva enorme deles se consolidarem e aumentarem seus conceitos na próxima trienal, porém há um alto risco de alguns serem descredenciados por ainda não conseguirem manter os padrões exigidos pela CAPES.

Dentre os trinta programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, dezesseis cursos de mestrado estão com conceito “3”. Cinco desses correm sério risco de não conseguirem um aumento de conceito na próxima avaliação trienal da CAPES e serem descredenciados por diminuição de conceito, ou seja, receberem conceito “2” e não ter autorização para funcionarem. Outros ainda completam a terceira trienal com conceito “3”, o que acarreta um olhar diferenciado da CAPES, com cobranças diretas com vindas de consultores para avaliações *in loco* e persistindo a nota “3” nessa terceira avaliação trienal, o descredenciamento é inevitável.

Vê-se claramente que para a criação de cursos novos, a equipe de docentes envolvida empolga-se e consegue atingir os padrões mínimos de liberação para iniciar e colocar em funcionamento o curso, de acordo com as exigências da CAPES. Porém é necessário que se mantenha e aumentem os níveis dos indicadores de desempenho como o crescimento e qualidade do número de produções docentes e discentes. As exigências para manter um curso em funcionamento são grandes e os docentes que compõem o curso devem ter claro que além de terem uma boa publicação pontuação *qualis*¹ nas revistas nacionais e internacionais, não pode haver flutuação de produções e defesas e orientações dos alunos no triênio. Os indicadores de desempenho não podem oscilar.

Com isso, deseja-se que a UFJF, com toda a preocupação de uma universidade federal que encontra-se em fase de expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, procure ter programas com expectativas de subirem de conceito na próxima avaliação trienal e que mantenham um ritmo sempre crescente de produções, ou seja, que os cursos atinjam conceito “5”, dito como “muito bom” e no mínimo “4”, os bons, pois se mantiverem o conceito “3” estarão sempre correndo o risco do descredenciamento.

Constata-se, através de pesquisa, que o Programa de Pós-graduação X da UFJF, apresenta o conceito “4”, apurado na última avaliação da CAPES. Estima-se que o valor da próxima avaliação seja menor, devido ao baixo número de publicações e produções científicas realizadas no último biênio. Assim, caso não haja intervenção e estímulo, não só o conceito pode baixar como o curso poderá mesmo ser descredenciado.

Na UFJF não existe uma fonte de informação e projeto de gestão que permitam acompanhar sistematicamente os programas e a situação que encontram diante das exigências e indicadores da CAPES. A proposta desse

¹ *Qualis* é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Tal processo foi concebido para atender as necessidades específicas do sistema de avaliação e é baseado nas informações fornecidas por meio do aplicativo Coleta de Dados. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção. (CAPES, 2009)

Plano de Ação Educacional é uma forma de avaliação, monitoramento e acompanhamento da evolução dos cursos, anualmente, diante da última avaliação trienal e sinalizar a situação que se encontram dentro dos níveis exigidos pela CAPES, para que alguma situação de risco para o credenciamento seja detectada antes da avaliação trienal e que possa ser ajustada. O monitoramento anual, proposto aqui, torna-se essencial para corrigir e atuar em conjunto aos programas.

Para este monitoramento foi analisado os relatórios das visitas feitas às Coordenações dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, cujos coordenadores apresentaram a situação atual dos programas em relação a cada indicador de avaliação da CAPES. Posteriormente uma consultoria e visitas a três Pró-reitorias de Pós-graduação de três universidades com excelência nos programas de pós-graduação foi feita. Assim, pôde-se traçar diretrizes em busca de um modelo de gestão da Pró-reitoria de pós-graduação da UFJF e os passos a serem seguidos para orientações aos programas se consolidarem e aumentarem de conceito na avaliação trienal da CAPES referente aos anos de 2009, 2010 e 2011.

Através dos estudos realizados ao longo do mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública em que estudou-se novos projetos de gestão com a necessidade da frequência de monitoramento e avaliação, várias reflexões foram feitas sobre modelos de gestão e a busca da qualidade visando o sucesso de um projeto educacional.

Com isso, como gestora e fazendo parte da equipe da PROPG/UFJF, a proposta do projeto deste plano de ação, de criação de um sistema de avaliação dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, com periodicidade anual, fundamentou-se e é apresentado ao longo deste trabalho.

Inicialmente, no capítulo I, é feito um histórico da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e na UFJF, desde sua criação, e também uma apresentação do Sistema de Avaliação da CAPES. Em seguida, como propósito do estudo, reflete-se sobre a proposta de monitoramento anual dos cursos de mestrado e doutorado da UFJF.

O objetivo do capítulo II é aprofundar teoricamente o que foi apresentado no capítulo I, como suporte e justificativa da importância de um

acompanhamento anual e monitoramento constante dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. A importância de uma abordagem teórica de gestão, monitoramento e avaliação tornou-se fundamental para esta proposta de ação, tanto como o estudo de todos os indicadores de avaliação do sistema da CAPES. Todo o estudo é sempre tendo como foco a UFJF, a PROPG/UFJF e os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF e são analisadas como finalidade de aproximar a PROPG/UFJF com as coordenações destes.

A seguir, no capítulo III, as etapas de ação deste plano de ação são pontuadas e descritas, tendo como objetivo a proposta de uma gestão da PROPG/UFJF em que terá como base os resultados do sistema de avaliação proposto neste trabalho.

I – A evolução da pós-graduação *stricto sensu* nacional e na UFJF e a importância do sistema de avaliação

1.1 - A pós-graduação *stricto sensu* na UFJF

A Universidade Federal de Juiz de Fora é uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) situada na região Sudeste do Brasil e que desenvolveu a sua pós-graduação *stricto sensu* em um curto período, de 1994 a 2010. Poucas universidades no Brasil mostraram um crescimento e expansão tão rápidos nos últimos anos como a UFJF.

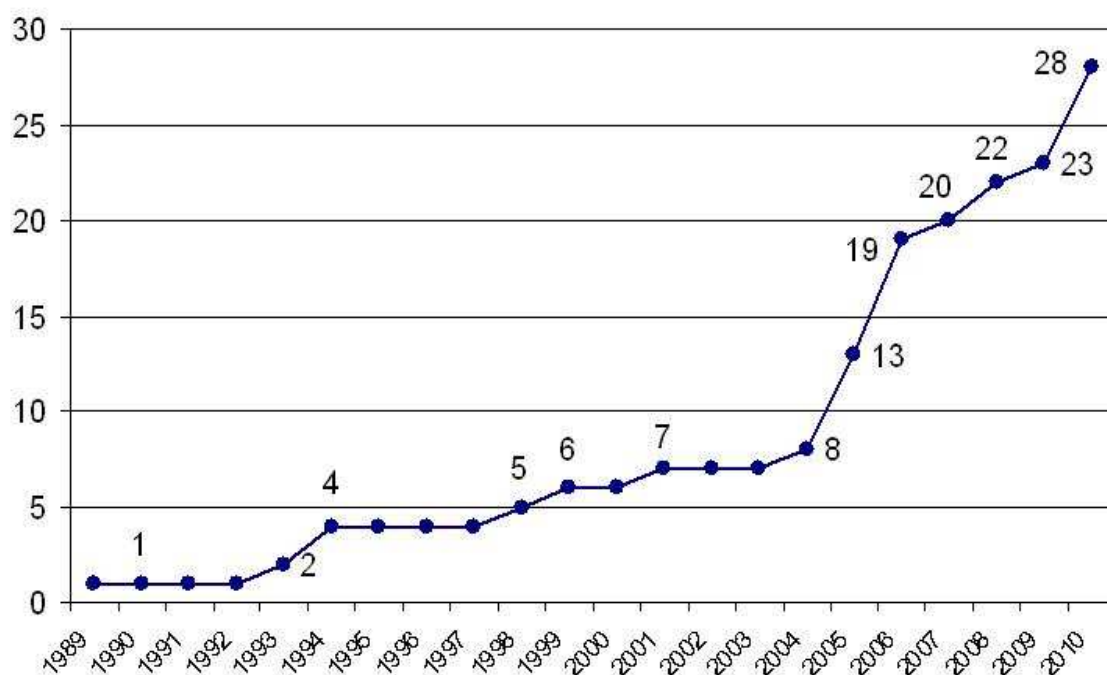
Em 1989, foi criado o primeiro curso de mestrado da UFJF, do Programa de Letras que, em 2006, foi desmembrado em dois outros cursos: o Programa de Pós-graduação em Linguística e o Programa de Pós-graduação em Estudos Literários. Em 1993, fundou-se o Programa de Ciência da Religião (que, devido ao desmembramento do Programa de Letras é considerado o mais antigo da universidade). No ano seguinte, foram implementados os Programas de Ciências Biológicas, Comportamento animal e Educação.

No ano de 1999, a UFJF totalizava cinco cursos de mestrado, pois foi aprovado o Programa de Física. A história da pós-graduação na UFJF até o ano de 2004 foi pouco expressiva, conforme mostra o gráfico (1) abaixo e, como foi definido até então, uma evolução lenta, pois nesse ano oito programas estavam em funcionamento. Através da nova visão nacional de mudanças econômicas, apoio científico e tecnológico, houve uma necessidade de investimentos acadêmicos em um novo rumo da pós-graduação nas instituições federais de ensino superior, citado pela CAPES² e com isso as unidades acadêmicas da UFJF que então apresentavam um quadro de docentes efetivos de recém-doutores, investiram na implantação de vários programas de pós-graduação.

No gráfico a seguir, vemos o quantitativo dos cursos de mestrado em uma escala temporal, ou seja, a quantidade de cursos, verticalmente pelo ano de criação.

² www.capes.gov.br Acesso em Nov/2011.

GRÁFICO 01 – Crescimento dos cursos de mestrado e doutorado na UFJF



FONTE: PROPG/UFJF –www.propg.gov.br³ Acesso em Nov/2011.

Com essa evolução, no segundo semestre de 2011, os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF somam 27 cursos de mestrado acadêmico, três cursos de mestrado profissionais e 14 doutorados, e estão em análise pela CAPES mais dois cursos de mestrado, em novos programas de pós-graduação, do Instituto de Artes e Design e do Direito e dois cursos de doutorado, da Comunicação e Psicologia. Vê-se claramente uma ampla expansão nos últimos dez anos com grandes investimentos e apoio pela Universidade na implantação e consolidação desses cursos. Resumindo, em aproximadamente vinte anos foram constituídos 44 cursos de pós-graduação *stricto sensu* na UFJF.

³ Os programas aprovados em 2011 não foram mostrados nesse gráfico por não se ter ainda todas as aprovações desse ano, mas já foram aprovados dois programas novos no primeiro semestre: Ciência da Computação e Geografia.

Na tabela a seguir, são citados todos os Programas de Pós-graduação da UFJF, os cursos de mestrado e doutorado e os conceitos dados pela avaliação da CAPES. Apenas o curso de mestrado em Educação Física não aparece na tabela da CAPES por ser um curso associado com a Universidade Federal de Viçosa e ter a coordenação alocada nessa instituição.

TABELA 01 – Programas de Pós-graduação da UFJF com seus conceitos

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / MG				
PROGRAMA	ÁREA (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	NOTA		
		M	D	F
AMBIENTE CONSTRUÍDO	ARQUITETURA E URBANISMO (ARQUITETURA E URBANISMO)	3	-	-
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO)	3	-	-
CIÊNCIA DA RELIGIÃO	TEOLOGIA (FILOSOFIA/TEOLOGIA: subcomissão TEOLOGIA)	5	5	-
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO LEITE E DERIVADOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS CIÊNCIA DE ALIMENTOS)	-	-	3
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BIOLOGIA GERAL (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I)	4	4	-
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (ZOOLOGIA)	ZOOLOGIA (CIÊNCIAS BIOLÓGICAS I)	3	-	-
CIÊNCIAS FARMACÊUTICAS	FARMÁCIA (FARMÁCIA)	3	-	-
CIÊNCIAS SOCIAIS	SOCIOLOGIA (SOCIOLOGIA)	4	4	-
CLÍNICA ODONTOLÓGICA	ODONTOLOGIA (ODONTOLOGIA)	3	-	-
COMUNICAÇÃO	COMUNICAÇÃO (CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I)	3	-	-
ECOLOGIA	ECOLOGIA (BIODIVERSIDADE)	4	4	-
ECONOMIA APLICADA	ECONOMIA (ECONOMIA)	4	4	-
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO)	4	4	-
EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	ENSINO DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA (ENSINO)	-	-	3

UFJF - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA / MG				
PROGRAMA	ÁREA (ÁREA DE AVALIAÇÃO)	NOTA		
		M	D	F
ENFERMAGEM	ENFERMAGEM (ENFERMAGEM)	3	-	-
ENGENHARIA ELÉTRICA	ENGENHARIA ELÉTRICA (ENGENHARIAS IV)	4	4	-
FÍSICA	FÍSICA (ASTRONOMIA / FÍSICA)	4	-	-
FÍSICA - UFV	FÍSICA (ASTRONOMIA / FÍSICA)	-	4	-
GEOGRAFIA	GEOGRAFIA (GEOGRAFIA)	3	-	-
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO)	-	-	3
HISTÓRIA	HISTÓRIA (HISTÓRIA)	4	4	-
LETRAS: ESTUDOS LITERÁRIOS	LETRAS (LETRAS / LINGÜÍSTICA)	4	4	-
LINGÜÍSTICA	LINGÜÍSTICA (LETRAS / LINGÜÍSTICA)	4	4	-
MATEMÁTICA	MATEMÁTICA (MATEMÁTICA / PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA)	3	-	-
MODELAGEM COMPUTACIONAL	ENGENHARIA/TECNOLOGIA/GESTÃO (INTERDISCIPLINAR)	4	4	-
PSICOLOGIA	PSICOLOGIA (PSICOLOGIA)	3	-	-
QUÍMICA	QUÍMICA (QUÍMICA)	5	5	-
SAÚDE	CLÍNICA MÉDICA (MEDICINA I)	4	4	-
SAÚDE COLETIVA	SAÚDE COLETIVA (SAÚDE COLETIVA)	3	-	-
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL (SERVIÇO SOCIAL)	3	-	-

Legenda:

M - Mestrado Acadêmico

D - Doutorado

F - Mestrado Profissional

M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado

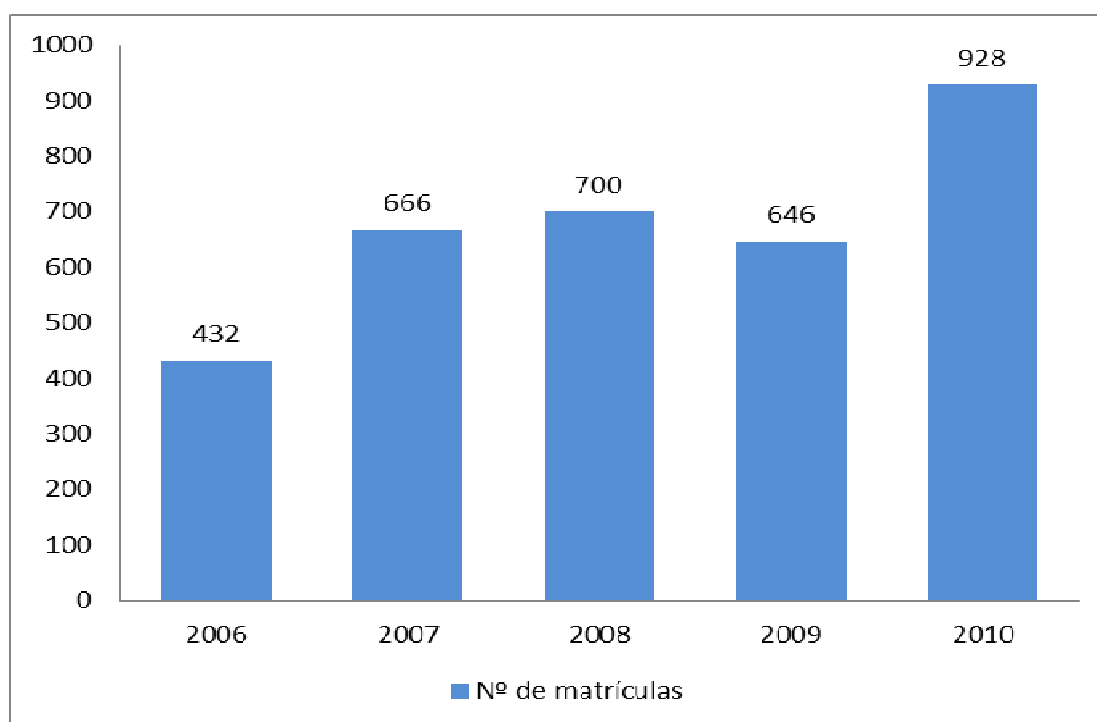
* Nota Avaliação Trienal 2007 (última avaliação trienal feita pela CAPES)

FONTE: CAPES –www.capes.gov.br Acesso em out/2011.

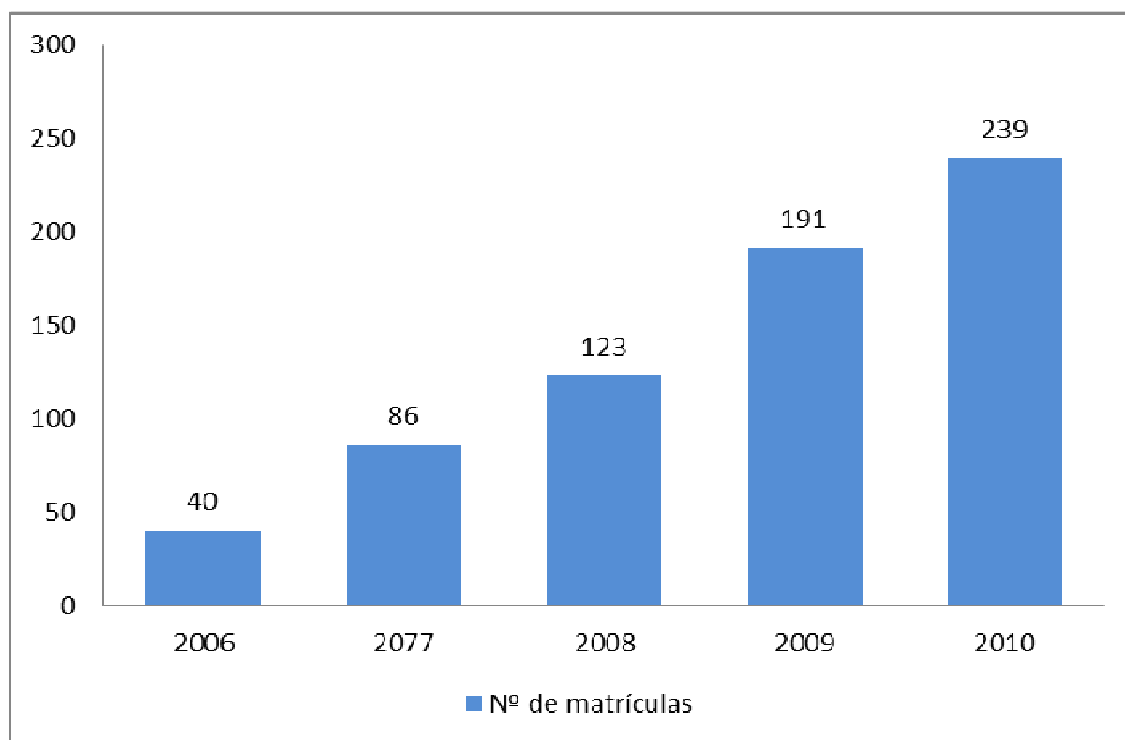
Nos últimos anos, com toda a expansão da pós-graduação *stricto sensu* na UFJF, houve um crescimento muito grande no número de alunos

matriculados. Esse número passou de mais ou menos 400 alunos em 2006 para 1555 em 2011.

GRÁFICO 02 – Evolução das Matrículas de Mestrado – UFJF



FONTE: PROPG/UFJF- 2011 – www.propg.ufjf.br Acesso em Nov/2011.

GRÁFICO 03 – Matrículas de Doutorado - UFJF

FONTE: PROPG/UFJF - 2011 –[www.propg..ufjf.br](http://www.propg.ufjf.br) Acesso em nov/2011.

Observa-se nos gráficos apresentados que o quantitativo referente ao ano de 2011 ainda não está disponível, mas estima-se que há um total de mais ou menos mil e quatrocentos alunos matriculados nos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF.

1.2 - O Sistema de Avaliação da CAPES: um breve histórico

Em todo o Brasil essa expansão da pós-graduação *stricto sensu* deve-se principalmente à expansão do Ensino Superior e ampliação do apoio às pesquisas, haja vista serem estes os elementos fundamentais da pós-graduação. Além disso, objetivos como o fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação; à formação de docentes para todos os níveis de ensino e à formação de quadros para mercados não acadêmicos contribuíram para o crescimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Por outro lado,

tem-se o aumento do investimento em bolsas de estudo para mestrandos e doutorandos pelas agências de fomento à pesquisa, como: Coordenação Nacional de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados (FAPs)⁴.

A mensuração da CAPES, em relação ao número de mestrandos e doutorandos, citada no Plano Nacional de Pós-graduação 2011 é vista na tabela abaixo e melhor visualizada no Gráfico 04, ou seja, trata-se de um movimento do governo federal de tentar proporcionar crescimento da pós-graduação.

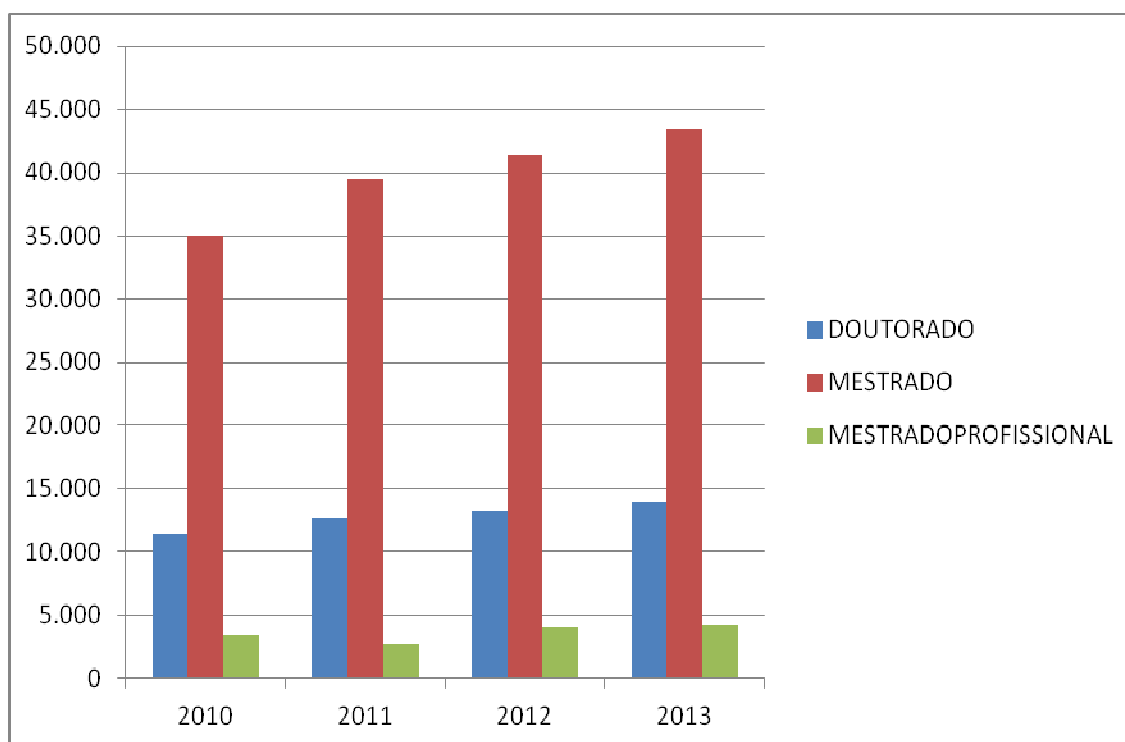
TABELA 02 – Expectativas de evolução de mestres e doutores no Brasil

	2010	2011	2012	2013
Doutorado	11.435	12.642	13.304	13967
Mestrado	35.082	39.411	41.396	43.382
Mestrado Profissional	3.393	2.684	3.975	4.266

FONTE: PNPG/2011

⁴ As FAPs recebem denominações específicas de acordo com o estado: FAPEMIG, FAPESP, FAPERJ, etc.

GRÁFICO 04 - Crescimento e expectativas de crescimento dos cursos de Pós-graduação no Brasil



FONTE: elaborado pela autora. DADOS: CAPES/2012

Mesmo que seja antigo o conceito de avaliação, a aplicação do sistema de avaliação que se tem hoje em busca de resultados e melhorias é algo recente. Somente no final do século XIX e início do século XX a avaliação é vista através de seus efeitos para solucionar ou produzir resultados. A partir daí estudos sistemáticos começam a ser feitos para estudar diagnósticos, processos, métodos e toda a estrutura que envolve um sistema avaliativo em busca de resultados e padrões.

Sendo o sistema de avaliação algo recente, o sistema de avaliação na pós-graduação é algo mais recente ainda, sempre em busca de mensuração, critérios, excelência, padrões, indicadores de desempenho e diagnósticos que possam traçar o perfil do sistema e seu processo. É sempre importante o estudo mais aprofundado sobre avaliação no sistema educacional público, sempre em busca da qualidade e excelência acadêmica e científica das instituições de ensino superior e nos programas de pós-graduação.

Apesar de vários problemas no sistema de avaliação educacional pública no Brasil, que ainda não conseguiu projetar grandes intervenções que busquem a eficácia do ensino, o Sistema de Avaliação da Pós-graduação *stricto sensu* feita pela CAPES é de um rigor e de altos padrões que não espelham em avaliações nacionais de outros níveis de ensino. Esse sistema de avaliação da CAPES é feito desde 1976, ou seja, há mais de 30 anos, e é o instrumento utilizado para o registro das avaliações de cada um dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das instituições de Ensino Superior após a análise de mérito realizada pelas Comissões de Área de Avaliação. Há a tentativa de se ter uma ficha de avaliação própria para os programas acadêmicos e outra para os mestrados profissionais. Ambas estruturam-se em quesitos e itens, e destinam-se a:

- Garantir uma base de uniformidade e de padronização do processo de avaliação, o que pressupõe a observância, por todas as Áreas, dos pontos básicos para esse fim, definidos pelo Conselho Técnico Científico do Ensino Superior - CTC-ES;
- Ampliar, considerando as especificidades de cada Área e aquelas estabelecidas pelo CTC-ES, o nível de integração entre as Áreas no âmbito de sua respectiva Grande Área e no contexto de todas as demais.

(CAPES, www.capes.gov.br, nov, 2011)

Uma Ficha de Avaliação é constituída por quesitos ou indicadores de desempenho que são avaliados por Comissões de Áreas formadas por um coordenador e mais ou menos quinze docentes de Instituições Federais de Ensino Superior, convidados pela CAPES. São atribuídos pesos para os indicadores segundo cada Área e é avaliado cada quesito como fraco, regular, bom e muito bom.

Segundo as Fichas de Avaliação disponíveis no site da CAPES os programas de pós-graduação *stricto sensu* são avaliados a partir dos itens mostrados na tabela a seguir.

TABELA 03 – ITENS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA CAPES

1– Proposta do Curso	- Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Curso/Programa e da modalidade Mestrado Profissional. - Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo demandas sociais, organizacionais ou profissionais. - Infra-estrutura para ensino, pesquisa e extensão. - Planejamento do Curso/Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e geração de inovação. - Articulação do Curso/Programa de Mestrado Profissional com cursos acadêmicos do mesmo Programa de Pós-graduação.
2–Corpo Docente	- Perfil do docente, considerando experiência como profissional e/ou pesquisador, titulação e sua adequação à Proposta do Curso/Programa e á modalidade Mestrado Profissional. - Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Curso/Programa. - Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Curso/Programa.
3 - Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão de Curso	- Quantidade de trabalhos de conclusão aprovados no período de avaliação e sua distribuição em relação ao corpo docente. - Qualidade dos Trabalhos de Conclusão e produção científica, técnica ou artística dos discentes e egressos. - Impacto dos Trabalhos de Conclusão e da atuação profissional do egresso.
4 - Produção Intelectual e	- Publicação do Curso/Programa por docente permanente.

Profissional Destacada	- Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes. - Vínculo entre Produção técnica e Publicações qualificadas do Curso/Programa.
5 – Inserção Social	- Impacto do Programa. - Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação. - Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionadas à área de conhecimento do Curso/Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico. - Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Curso/Programa. - Percepção dos impactos pelos egressos e/ou organizações/instituições beneficiadas. - Articulação do Mestrado Profissional com outros Cursos/Programas ministrados pela Instituição na mesma área de atuação.

FONTE: www.capes.gov.br. Acesso em nov/2011.

Anualmente, as informações pertinentes a cada ano, preenchidas pelos programas e enviadas a CAPES por meio do Coleta CAPES são tratadas, ou seja, são feitos relatórios de todos os indicadores dos programas. Isso permite a emissão dos Cadernos de Indicadores, que são os relatórios utilizados no processo de avaliação.

Atualmente, os Cadernos são compostos por 11 documentos, trazendo dados qualitativos sobre: PT – Produção Técnica, DI – Disciplinas, PO – Proposta do Programa, DP – Docente/produção, TE – Teses e Dissertações, PA – Produção Artística, LP – Linhas de Pesquisa, DA – Docente/Atuação, PB – Produção Bibliográfica, CD – Corpo Docente/Vínculo/Formação, PP – Projetos de Pesquisa.

Com o propósito de garantir divulgação e conhecimento da forma como é realizada a avaliação da pós-graduação, a CAPES assegura pleno acesso a todos os relatórios em seu site por meio do ano da avaliação, código, nome ou sigla da instituição e área dos respectivos relatórios.

Como foi visto, a CAPES baseia seu sistema de avaliação em indicadores de desempenho que os programas devem seguir para sinalizar sua situação em relação ao exigido. As Instituições do Sistema Federal da Educação Superior analisam seus resultados avaliativos para produzir ferramentas que sirvam à gestão na busca da qualidade de sua prestação de serviços à sociedade. Sendo assim é tarefa das instituições e pró-reitorias de pós-graduação traçarem metas e um sistema de monitoramento para fazerem um trabalho em conjunto com a CAPES nas avaliações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em busca de excelência.

1.3 – Uma proposta de monitoramento anual dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF

Segundo Souza (2005) o monitoramento refere-se ao acompanhamento da evolução dos indicadores, sendo útil para sinalizar situações indesejáveis que requerem ações corretivas. Há a necessidade de acompanhamento e saber não apenas o que se espera que o programa alcance, mas como ele alcança as metas, que caminhos ele trilhou para conseguir se consolidar e tornar-se reconhecido.

A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil é responsável pela aprovação, implantação, continuidade, crescimento dos cursos e por realizar avaliações externas trienais, cumprindo papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica e tecnológica, no país, consolidada nacionalmente e reconhecida internacionalmente. Primeiramente a avaliação era realizada apenas para distribuição de recursos financeiros para os pesquisadores, alunos de cursos de mestrado ou doutorado, que passavam a ser bolsistas. Com o tempo sentiu-se a necessidade de outros parâmetros e indicadores serem avaliados como estrutura curricular dos cursos, as linhas de pesquisas, produção docente, projetos, produção discente, publicações, defesas de teses e dissertações, inserção social e internacional.

Os resultados das avaliações trienais são comunicados aos programas e oferecem recomendações que visam o aprimoramento e a consolidação dos

mesmos. Assim, o Sistema de Avaliação da CAPES cumpre papel de importância no desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e os objetivos principais desse sistema são citados no site da CAPES e reproduzidos na tabela 4.

TABELA 04 - Objetivos Principais do Sistema de Avaliação da CAPES

- Estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão.

- Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC.

- Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo.

- Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra.

- Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível.

- Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação.

- Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.

O Sistema de Avaliação abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores do mais alto nível, vinculados a instituições das diferentes regiões do país: a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação (APCN). Para essa nova década (2011/2020) é proposta da CAPES a inserção de avaliadores internacionais nessas comissões de consultores para que as avaliações atinjam ainda mais neutralidade e padrões mais altos de qualidade. Esses dois processos - Avaliação dos Programas de Pós-graduação e Avaliação das Propostas de Novos Programas e Cursos - são baseados em um mesmo conjunto de princípios, diretrizes e normas, que compõem um só Sistema de Avaliação, cujas atividades são realizadas pelos representantes e consultores acadêmicos.

A CAPES define que a Avaliação dos Programas de Pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", que podem ser consideradas classes ou conceitos também fundamentam a deliberação do Conselho Nacional de Educação - CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de reconhecimento, a vigorar no triênio subsequente. Os conceitos definidos pelo Sistema de Avaliação da CAPES indicam definições para cada conceito.

TABELA 05 – Conceitos do Sistema de Avaliação da CAPES

Conceito	Definição
1	Condição deficiente, os cursos podem ser descredenciados.
2	Fraco
3	Desempenho regular. Normalmente é a nota obtida ao se criar um curso
4	Indica um bom desempenho; a partir desse conceito o programa pode ter curso de doutorado.
5	Representa muito bom desempenho. É a maior nota para o

	programa que tem apenas mestrado
6	Programa excelente.
7	Indica excelente nível internacional.

FONTE: www.capes.gov.br Acesso em nov/2011

Essa atribuição de conceitos é feita pelas Comissões de Áreas, trienalmente e essas comissões são formadas por membros eleitos pelos próprios coordenadores dos programas.

Anualmente os programas preenchem um formulário eletrônico, o Coleta CAPES, em que todas as informações e indicadores pertinentes ao programa são relatados. Porém, **não há um retorno anual para o programa**, em que a CAPES pontue e divulgue resultados e correções pertinentes para ajustes e busca de excelência. Essas informações preenchidas e enviadas à CAPES são tratadas e analisadas, conforme já foi dito, e permitem a emissão dos Cadernos de Indicadores, que são os relatórios utilizados no processo de avaliação e que estão disponíveis no site da CAPES. Atualmente esses cadernos são compostos por onze documentos que trazem dados qualitativos sobre: produção técnica, disciplinas, proposta do programa, produção docente, teses e dissertações, produção artística, linhas de pesquisa, atuação do docente, produção bibliográfica, corpo docente (vínculo e formação), projetos de pesquisa.

O Coleta CAPES é um sistema informatizado da CAPES e desenvolvido com o objetivo de coletar informações anuais dos programas de pós-graduação *stricto sensu* do país. Os dados coletados servem principalmente à avaliação dos programas de pós-graduação e também para constituição da chamada “memória da pós-graduação”, que é o acervo de informações consolidadas sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG. A coleta de dados tem por fim, prover à CAPES, informações necessárias ao planejamento dos seus programas de fomento e delineamento de suas políticas institucionais. Sabe-se que a CAPES tem um controle muito severo em relação aos indicadores que propõe e aos resultados.

Esse modelo de avaliação adotado pela CAPES é frequentemente proposto como exemplar para a avaliação das universidades, pois contribui para o aumento da qualidade do ensino, classificando os programas em classes ou padrões estabelecidos. A CAPES também informa às coordenações dos programas e as instituições, o resultado das avaliações, trienalmente, através de laudos elaborados pelas comissões divididas em áreas, durante a realização das reuniões científicas. Cada comissão discute a avaliação conjunta dos cursos da área, contribui para o aumento da qualidade do ensino e classifica os programas em classes ou padrões estabelecidos.

São sistemas de avaliações que buscam a qualidade pela dimensão a que venham revelar as diferenças substanciais entre os cursos, o verdadeiro valor da produção científica, comprovado pelas pesquisas e também o valor acadêmico das teses e dissertações que destaquem as experiências efetivamente inovadoras, em especial os programas de pós-graduações com pesquisas relevantes, parcerias reconhecidas, inclusive internacionais. (FÁVERO, 1999, s/p)

Os programas que não conseguem manter o conceito “3”, considerado regular, são descredenciados imediatamente e recebem o conceito “2”, fraco, ou “1”, muito fraco. Isso quer dizer que esses programas não conseguiram manter os quesitos básicos para o funcionamento de um curso de pós-graduação *stricto sensu*. A CAPES não permite que eles continuem em funcionamento. Assim, os programas que recebem conceito “1” ou “2” deixam de integrar o Sistema Nacional de Pós-graduação, têm canceladas as autorizações de funcionamento e o reconhecimento dos cursos de mestrado e/ou doutorado por ele oferecidos e, por isso, não podem matricular novos alunos em tais cursos, mas tem reconhecida pelo MEC a validade dos diplomas dos alunos enquanto usufruíram de conceito “3”, e preserva assim, o direito adquirido pelos referidos alunos.

Outra situação de **descredenciamento** é quando **o programa mantém o conceito “3” por três avaliações trienais**, ou seja, por nove anos. O correto é que os programas, com seus cursos de mestrado e doutorado, não fiquem estagnados e tenham a perspectiva de evoluir seu conceito até “7”. Outro detalhe de atribuições de conceitos é que os cursos de mestrado e doutorado de um programa possuem o mesmo conceito, sendo que para o programa ter o

curso de doutorado, o conceito mínimo é “4”. A última avaliação trienal mostrou, porém, que mesmo instituições de ponta têm cursos reprovados com conceitos “1” e “2”.⁵

Os cursos descredenciados pela CAPES não podem mais receber matrículas e os alunos que estão em curso, mestrado ou doutorado, nesses programas terão seus diplomas validados, conforme foi dito, mas se a instituição por acaso admitir novos estudantes, eles não terão seus diplomas reconhecidos. Quanto a possíveis penalidades às Instituições de Ensino Superior devido a descredenciamento de programas de pós-graduação *stricto sensu*, não fazem parte das atribuições da CAPES.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora o curso de mestrado em Filosofia foi criado no ano de 1988 com o conceito “3” e descredenciado em 2000. O Sistema de Avaliação da CAPES, vigente naquele tempo, permitia que os alunos fossem selecionados e o curso de mestrado estivesse em funcionamento antes mesmo de ter sido avaliado e liberado pela CAPES. Portanto, o mestrado de Filosofia da UFJF, em nenhuma avaliação conseguiu sua consolidação. Várias propostas de reformulação foram feitas pelo Colegiado do curso, porém a não continuidade de oferecimento de vagas para novos alunos e a não apreciação pela CAPES das novas reformulações, fez com que ele fosse descredenciado. Fica claro que o descredenciamento dos cursos é uma preocupação grande de todos os programas de pós-graduação *stricto sensu*, principalmente das instituições que possuem uma história recente de pós-graduação com cursos criados recentemente, ou seja, com um acúmulo de programas com conceito “3” que estejam em fase de consolidação.

A UFJF tem uma história de pós-graduação *stricto sensu* muito recente, com a maioria dos cursos em fase de consolidação. É compreensível que universidades sem tradição de pós-graduação tenham cursos com nota mínima. Isso vale para instituições novas ou que só criaram cursos de doutorado nos últimos anos, mas há a necessidade de progredir. Os cursos que mantêm o conceito “3” em mais de três avaliações consecutivas, recebem

⁵ Em 2010 a CAPES descredenciou 61 programas (2% do total avaliado), alguns deles oferecidos por USP, UNICAMP, UNIFESP, UERJ, UFF, PUC-Rio e Fiocruz (<http://www.propipi.uff.br/node/1847>).

visita de consultores da CAPES, de sua área, na segunda avaliação com conceito “3” e se mantiverem esse conceito na próxima avaliação, são descredenciados.

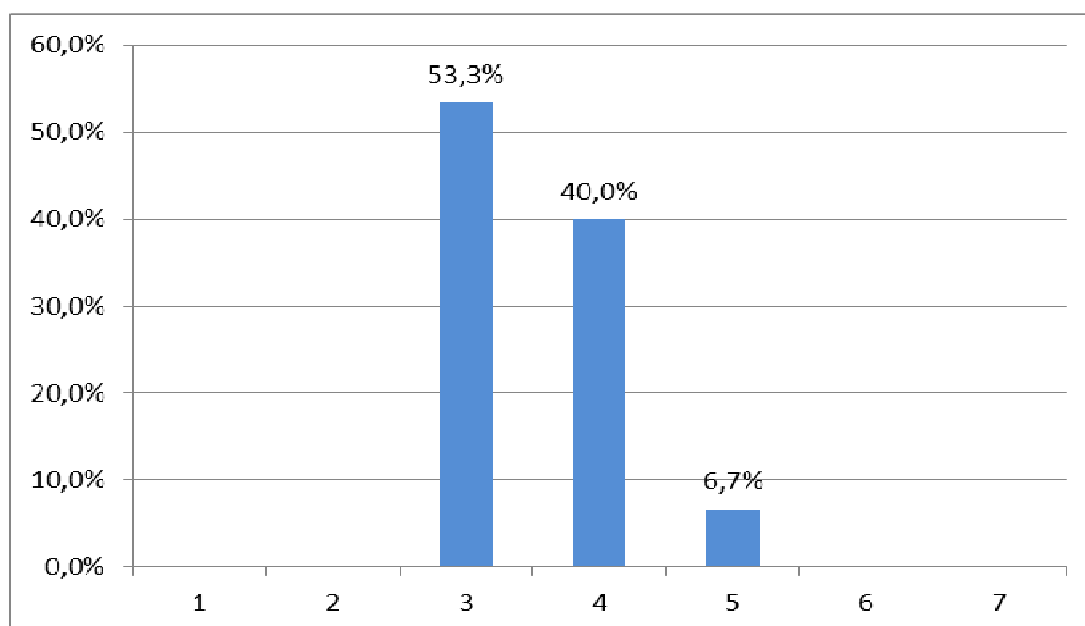
Na tabela abaixo apresenta-se um panorama geral dos conceitos dos programas da UFJF e em percentuais, visto pelo gráfico.

TABELA 06 – Conceitos dos programas de pós-graduações da UFJF

NOTA CAPES	Nº DE CURSOS
3	16
4	12
5	2
6	0
7	0

FONTE: elaborado pela autora

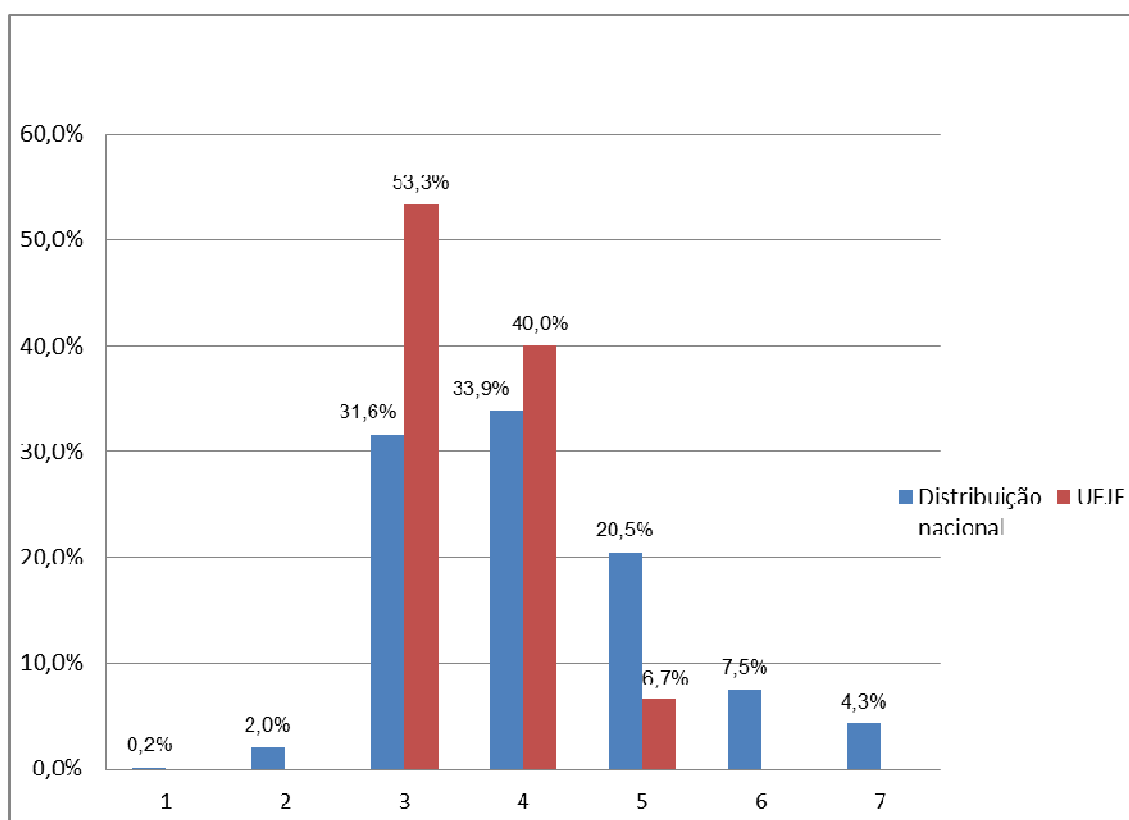
GRÁFICO 05 – Percentuais dos conceitos CAPES/UFJF



FONTE: Elaboração própria DADOS: PROPG/UFJF – 2011

No gráfico abaixo as médias dos conceitos dados pela CAPES na trienal 2007 aos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF são comparados com os programas a nível nacional.

GRÁFICO 06 – Distribuição dos programas de pós-graduação por nota



FONTE: Elaboração própria DADOS:PROPG/UFJF – 2011

Vê-se que a UFJF está com uma concentração de programas com conceito “3” bem acima dos programas de todo o Brasil. Isso se deve em boa parte pela história da pós-graduação da UFJF que teve sua expansão nos últimos dez anos.

Diante das Fichas de Avaliação da última trienal, um diagnóstico foi feito pela PROPG/UFJF para a próxima avaliação trienal 2010: cinco programas correm o risco de caírem de conceito e alguns de serem descredenciados; sete de manterem o conceito e onze programas de subirem o conceito. A partir

deste diagnóstico a UFJF através da PROPG/UFJF propõe-se atuar de forma sistemática como suporte aos programas.

Assim, a UFJF procura acompanhar a grande expansão científica e tecnológica do Brasil na última década tem apostado em seus Programas de Pós-graduação *stricto sensu* através de ações implementadas pela Pró-reitoria de Pós-graduação. Essas ações, que serão vistas a seguir, foram intensificadas a partir de 2006, como proposta da nova administração superior que assumia naquele ano. As ações foram de suma importância para o crescimento do número de programas de pós-graduação da UFJF, que como já foi citado passou de 14 cursos para 44 em 2011, que incluem mestrados acadêmicos, mestrados profissionais e doutorados.

Investimentos internos com liberação de recursos financeiros da própria Universidade, chamados Programa de Apoio à Pós-graduação (APG) foram disponibilizados para todos os programas a partir de 2007, no valor inicial de R\$14.000,00 anuais para cada programa e em 2011 chegou aos valores de R\$58.250,50 para os programas que possuem o curso de mestrado e um acréscimo de R\$15.145,13 para os que possuem também o doutorado (PROPG/UFJF, 2011). Cada coordenador de programa, com o respaldo de seu colegiado tem liberdade de usar esse recurso com finalidades diversas como: incentivo a professores e alunos participarem de congressos e seminários com apresentação de trabalho; publicações de folders, anais; pagamento de bolsas internas para os alunos; compra de material de consumo.

Outra ação muito importante é o pagamento de bolsas de estudo para os alunos de mestrado e doutorado, as chamadas bolsas de monitoria de pós-graduação no valor de 80% do valor estipulado pela CAPES. Recentemente, em maio de 2012, o reitor da UFJF equiparou estes valores com os valores pagos pela CAPES para bolsas de mestrado e doutorado, ou seja, R\$1200,00 e R\$1800,00, para mestrado e doutorado, respectivamente. Estas bolsas foram implantadas a partir de 1994. Inicialmente essas bolsas eram duas para cada programa, duas de mestrado e duas de doutorado. No início de 2011, a UFJF com o intuito de incrementar o investimento na pós-graduação *stricto sensu*, aumentou uma bolsa para cada curso, ou seja, três bolsas de monitoria para os cursos de mestrado e três para os de doutorado.

É fundamental citar também como ação positiva da PROPG/UFJF a criação do Fórum de Coordenadores, a partir de 2009, em que todos os coordenadores dos Programas se reúnem mensalmente, com direção do Coordenador de pós-graduação *stricto sensu* e do Pró-reitor de Pós-graduação da UFJF. Um calendário de reuniões mensais é definido e disponibilizado no início do ano. Nessas reuniões discutem-se assuntos gerais, informes, ações e demandas internas dos programas da Universidade.

Em uma dessas reuniões do Fórum, em 2009, criou-se a Câmara de pós-graduação, formada por cinco coordenadores eleitos voluntariamente e o Coordenador de Pós-graduação *stricto sensu* que passaram a discutir ações acadêmicas e políticas internas da pós-graduação na UFJF.

Em novembro de 2008, realizou-se o I Seminário Anual de Avaliação Interna da Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, iniciativa que visava oficializar algumas demandas e ações dos programas da Universidade. O êxito foi tão grande que novas edições foram realizadas nos anos de 2009 e 2010.

Os seminários, realizados sempre no mês de novembro, objetivavam principalmente abrir espaço para discussão entre os coordenadores e secretários dos Programas de Pós-graduação da UFJF, além de permitirem uma avaliação das realizações, demandas e problemas do ano corrente, visando melhorias para o ano letivo seguinte, além de fortalecimento dos cursos de mestrado e doutorado numa instituição ainda muito focada nos cursos de graduação.

As discussões são coletivas e internas com o foco no fortalecimento dos cursos de mestrado e doutorado da UFJF e a conquista de reconhecimento interno dentro de uma universidade ainda voltada para a graduação.

Tanto no primeiro como nos segundo e terceiro Seminários, foram discutidos a ausência de uma cultura de pós-graduação no interior da instituição. Dentre as discussões realizadas, podemos destacar que a Universidade Federal de Juiz de Fora ainda não compreendeu o valor da pós-graduação para sua inserção nacional e internacional; não compreendeu que o fortalecimento e desenvolvimento da pós-graduação repercutem diretamente na qualidade de sua graduação; que o calendário (tanto acadêmico quanto financeiro) da UFJF precisa levar em consideração as demandas da pós-

graduação; que as rotinas de gestão e registro acadêmico, bem como de promoção de relações internacionais, ainda não levam em consideração especificidades interpostas pela pós-graduação e nasceram da função da graduação; que a carga horária docente para o coordenador de curso de pós-graduação não tem uma diminuição, ocorrendo acúmulo de atividades e sobrecarga; que não existe uma política de incentivo pecuniário para o exercício da função de secretário dos programas e nem a visão de contratação de técnicos para os laboratórios de pesquisa; que o calendário letivo da UFJF não atende à pós-graduação, pois fecham Restaurante Universitário, Unidades, por conta de vestibular, recesso e férias, desconsiderando-se o período mais crítico para a pós-graduação tendo em vista as regras da CAPES quanto a prazos de titulação dos alunos e preenchimento do Coleta CAPES. Com isso, rotinas de apoio ao estudante de pós-graduação são desiguais em relação aos estudantes de graduação; que as resoluções e portarias da UFJF não levam em consideração a pós-graduação sob o ponto de vista da carga horária docente. Do mesmo modo, a alocação de vagas docentes coloca em segundo plano a importância da pós-graduação em face da graduação; que há carência estrutural de docentes que se potencializa ainda mais em função dos impactos negativos provocados pela aposentadoria de professores na pós-graduação; que há ausência de um corpo de funcionários técnicos administrativos capazes de olhar, de modo específico, as necessidades particulares da pós-graduação. Isso se manifesta de um modo geral, em todos os setores, mas mais fortemente nas questões de execução financeira e compras de equipamentos específicos para os laboratórios dos programas e pesquisas da pós-graduação; que não há um mecanismo de suporte a eventos diretamente relacionados à pós-graduação, bem como inexistência de equipamentos necessários tais como tradução simultânea e vídeo-conferência para os programas. Sempre conta-se com o empréstimo e liberação de outros setores; que há obsolescência da biblioteca e do sistema de bibliotecas da UFJF; que a Editora da UFJF não responde às demandas dos programas de pós-graduação em termos de publicação acadêmica qualificada; há baixa autonomia decisória e de gestão por parte dos Programas de Pós-graduação da UFJF; falta de visibilidade da pós-graduação nacional e internacionalmente em virtude da

ausência de um marketing institucional; há grandes entraves burocráticos e administrativos para a promoção de convênios internacionais; há dificuldades para manutenção de professores visitantes no quadro docente; falta de estímulo interno à produtividade docente e discente; e, por fim, deficiência nos mecanismos de apoio e registro de patentes.

Várias demandas específicas foram levantadas nos seminários em relação a recursos humanos, planejamento, recursos financeiros, suporte institucional, sistemas de bibliotecas, editora. As discussões dessas demandas foram inicialmente com todos os coordenadores e secretários e depois em grupos divididos pelas áreas definidas pela CAPES.

Para melhor visualização, na Tabela 07, foram especificadas, as áreas definidas pela CAPES.

TABELA 07 – Áreas definidas pela CAPES

Grupos	Áreas
1	Ciências Exatas e da Terra; Engenharia; Arquitetura e Urbanismo; Multidisciplinar.
2	Ciências Humanas; Ciências Sociais e Aplicadas; Linguística e Letras
3	Ciências Biológicas; Ciências da Saúde.

FONTE: www.capes.gov.br Acesso em nov/2011

Ao final dos Seminários foram chamados os representantes da administração superior: Reitor e Pró-reitor de Planejamento e Finanças para apresentar um documento que é produto final do Seminário em que são pontuadas todas as demandas e solicitações das coordenações de pós-graduação da UFJF para o próximo ano. Com certeza os Seminários Internos de Avaliação dos anos de 2008, 2009 e 2010 foram muito importantes para um diagnóstico e uma visão coletiva por parte da PROPG/UFJF de todas as

demandas e necessidades dos programas em relação à situação e posição da UFJF como apoio e mantenedora dos cursos.

Apesar de ser um grande passo para uma mudança de comportamento da PROPG/UFJF diante dos programas, esses seminários, se analisados atualmente, ainda não suprem a estratégia de monitoramento e acompanhamento que esse plano de intervenção, sugere. A falta de um **retorno pela CAPES aos programas torna-se um problema**, pois eles só terão retorno de três em três anos. Se um monitoramento e uma avaliação forem feitas anualmente, espera-se que sejam diagnosticadas e apontadas as melhorias que podem ser feitas em cada quesito, para que na avaliação da CAPES consiga-se a consolidação e excelência. Com isso, problemas de descredenciamentos ou quedas de conceitos podem ser evitados. A hipótese desse plano é que o diagnóstico/acompanhamento das ações dos programas de pós-graduação realizado de forma sistemática permite a correção de rumos e consolidação de forma mais eficiente.

As ações descritas aqui, referentes aos seminários, são internas à UFJF, com demandas e propostas que venham consolidar a pós-graduação na Universidade. Com certeza é uma ação que vai impactar na consolidação dos cursos de pós-graduação da UFJF, mas diferente do trabalho proposto neste plano de ação que tem como parâmetro o Sistema de Avaliação da CAPES nas avaliações trienais, porém com retornos e acompanhamentos anuais.

A seguir, é apresentada uma fundamentação para a proposta do Plano de Ação Educacional com uma contextualização dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na Educação Superior e a importância de um sistema de avaliação com um monitoramento constante para qualquer processo educacional e principalmente em um sistema que a excelência e consolidação são importantes para a existência e manutenção dos programas.

Todas as análises feitas nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF também serão mostradas e os diagnósticos que deram fundamentação a esse plano. As visitas a cada programa fazem parte das análises e visitas em três grandes universidades, USP, UNICAMP e UFMG⁶

⁶ USP – Universidade de São Paulo; UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas; UFJMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

foram essenciais para consultoria nas Pró-reitorias de pós-graduação e pesquisa⁷ de cada uma dessas universidades. Para complementar as análises, essas consultorias deram base para a constatação da necessidade de um sistema de avaliação interno à UFJF e para verificar o que cada universidade está desenvolvendo á nível de avaliação de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

⁷ Em algumas universidades as Pró-reitorias e pós-graduação e pesquisa são acopladas, formando uma única pró-reitoria

II – A pós-graduação *stricto sensu* e um sistema de avaliação a nível nacional e na UFJF

No Capítulo I, foi realizada uma apresentação da pós-graduação no âmbito da UFJF, especificando os conceitos e o crescimento desde 2006. Além disso, um histórico do Sistema de Avaliação da CAPES em que pontuam-se os principais indicadores responsáveis pela qualidade dos programas e conceitos dados pela CAPES.

O credenciamento e descredenciamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* receberam um enfoque grande no referido capítulo por serem os principais pontos e causas de proposta desse Plano de Ação Educacional.

Um paralelo da situação dos conceitos dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF com o quadro nacional foi feito e também uma visão do que a Pró-reitoria de Pós-graduação movimentou-se para auxílio e suporte aos seus programas de mestrado e doutorado. A partir de toda essa apresentação, inicia-se esse capítulo na proposta de fundamentar e contextualizar o plano de ação que será descrito no capítulo seguinte.

Assim, neste capítulo, realizar-se-á um breve histórico da pós-graduação no Brasil, com toda a sua evolução seguindo os rumos históricos e demandas científicas e tecnológicas para acompanhar as mudanças da sociedade contemporânea e do desenvolvimento econômico e disputa do mercado de trabalho. Segundo Ribeiro (1980), a experiência brasileira de pós-graduação nos últimos anos é um fator positivo da história da educação superior no Brasil e ele conclui que tem que ser levada a sério, pois há um grande apoio federal através da criação de agências de fomento altamente qualificadas com objetivo de gerir e fomentar recursos financeiros destinados ao ensino, ciência e tecnologia.

Um estudo sobre a importância de um sistema de avaliação e monitoramento em qualquer projeto de gestão que almeja a qualidade e excelência no desenvolvimento e crescimento de projetos torna-se necessário e será apresentado, tomando como foco o sistema educacional do Ensino Superior e mais especificamente a pós-graduação. Descreve-se uma análise de como foi feito esse monitoramento neste plano de ação, que teve seu início

em setembro de 2011, e também os processos de avaliação com as análises de cada programa em relação ao conceito dado pela última avaliação trienal da CAPES. Os pontos fortes e fracos são levantados e verifica-se o rumo a serem seguidos pelos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF em busca da consolidação e aumento de conceito na próxima avaliação da CAPES.

Os avanços na pós-graduação ocorridos nos últimos trinta anos devem-se muito ao sistema de avaliação implantado pela CAPES, portanto, a seguir serão analisados: o Sistema de Avaliação da CAPES com uma visão geral e situação dos Programas de Pós-graduação da UFJF, em relação aos conceitos atuais desses programas; o problema de descredenciamento pela CAPES; queda de conceito e um panorama dos níveis dos indicadores dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. O monitoramento anual, proposto aqui, torna-se essencial para corrigir e atuar em conjunto aos programas e para o crescimento e consolidação de todo o ensino e pesquisa da UFJF.

Com o levantamento e acompanhamento sistemático proposto, pretende-se dar uma segurança maior para os programas trabalharem no sentido de superarem os pontos fracos, buscando programas qualificados e de um contínuo aperfeiçoamento da pós-graduação *stricto sensu* na UFJF.

2.1 – Histórico da pós-graduação no Brasil

O Brasil entrou no século XXI como uma nova potência emergente, na perspectiva de desenvolvimento do país em busca de uma maior valorização internacional, com uma perspectiva de evolução de sua economia e com o objetivo de estar entre as cinco maiores potências mundiais na próxima década.

O país vivencia uma combinação equilibrada de crescimento econômico estável e sustentabilidade socioambiental, que, junto a eficazes medidas para uma melhor distribuição da renda, gerou, nos últimos anos, um clima favorável para novas oportunidades de negócios. O fluxo de investimentos estrangeiros que ingressam no Brasil cresce em ritmo acelerado e espera-se uma forte expansão da atividade econômica nos próximos anos. Estimativas de consultorias econômicas de todo o mundo estimam que o Brasil passe

para a quinta posição no ranking mundial das maiores economias do mundo na próxima década. (www.aerospacecluster-brasil.com.br, 2012)

O país vem passando e passará por mudanças profundas em segmentos da economia, com impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional incluindo o ensino superior e todo o desenvolvimento de uma frente de pesquisas e apoio à ciência e tecnologia. A pós-graduação no Brasil, antes da década de 1970, funcionava internamente nas universidades e tinha pouco impacto na sociedade.

As mudanças impostas pela economia, com a valorização de políticas voltadas para a qualificação da força de trabalho⁸ influenciam diretamente o Ensino Superior em uma perspectiva e necessidade de melhorar a qualidade em processos mais dinâmicos e inclusivos. Segundo Balbachevsky,

as chances do ensino superior vir a responder às demandas colocadas por essa nova realidade dependem, em grande medida, da habilidade de adaptação e auto-reforma da pós-graduação e o que a sociedade espera de nossa pós-graduação é que ela seja capaz de gerar o profissional polivalente também capaz de estabelecer vínculos fortes e duradouros entre o universo da pesquisa acadêmica e o mundo exterior. (BALBACHEVSKY, p.300).

Segundo o Plano Nacional de Educação – PNE, que é o plano do governo que estabelece metas para a educação, visando uma década de gestão e planejamento, o enlace entre educação e desenvolvimento sendo essencial na medida em que é por meio dele, a visualização e a constituição das interfaces entre a educação como um todo e as outras áreas de atuação do Estado (HADADD, 2008). Assim, vislumbra-se a importância da pós-graduação na formação de recursos humanos além de voltados para a pesquisa, igualmente para a formação de docentes capacitados e mão de obra, que venha a suprir o mercado voltado para o desenvolvimento do País.

⁸ Força de Trabalho aqui é considerada líderes capazes de organizar e trabalhar em equipes interdisciplinares e multiprofissionais; profissionais capacitados para colaborações em processos de inovação

Os primeiros passos de criação da pós-graduação no Brasil são datados de 1930, em uma proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras em que os moldes a serem seguidos seriam europeus. Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação e Saúde, em 1931, na Presidência de Getúlio Vargas, promoveu uma reforma educacional no ensino médio e superior e propôs a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus (SANTOS, 2003).

Mas, além da europeia a tendência norte-americana marca o início da pós-graduação no Brasil, sendo que essa última deixou mais marcas. Segundo Santos (2003), o modelo europeu de pós-graduação foi implementado a princípio, tanto no curso de Direito da Universidade do Rio de Janeiro quanto na Faculdade Nacional de Filosofia e na Universidade de São Paulo.

O parecer 977 estabelecia a pós-graduação conforme o modelo norte-americano. A pós-graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo (mestrado e doutorado). A primeira parte dos cursos seria destinada a aulas e a segunda à confecção do trabalho científico de conclusão (dissertação ou tese). Os currículos seriam compostos conforme o modelo norte-americano, que compreendia o *major* (área de concentração) e o *minor* (matérias conexas). (SANTOS, 2003.p.626)

Foi na década de 1940 que se utilizou formalmente o termo pós-graduação pela primeira vez. No Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil e em 1950 começaram a ser firmados acordos entre Estados Unidos e Brasil com uma série de convênios entre escolas e universidades norte-americanas por meio de intercâmbios de professores, estudantes e possíveis pesquisadores. Eram moldes que não condiziam com a realidade brasileira.

Quanto à terminologia “pós-graduação”, o Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil, na década de 40, já fazia menção ao termo “pós-graduação”; e na década de 50 surgiram os primeiros acordos internacionais, iniciando-se entre Estados Unidos e Brasil, com a participação de professores, pesquisadores e alunos. (SANTOS, 2003)

Três eventos importantes devem ser enfocados para o crescimento e evolução da pós-graduação no Brasil: a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); em 1948; do Conselho Nacional de Pesquisa

(CNPq) e da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - hoje Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas em 1951. A CAPES era responsável por atividades na área de energia nuclear e a pesquisa em geral concedia recursos para laboratórios e bolsas de estudos para capacitar cientificamente recursos humanos e formar pesquisadores (CAPES, 2011).

Esses três órgãos representaram passo importante para o ensino superior, principalmente porque a pesquisa começava a ser institucionalizada e os cursos de pós-graduação começavam a se alinhar às reais necessidades do País.

Essas necessidades resumiam-se principalmente da possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico em um processo de acompanhar o crescimento e evolução do mundo contemporâneo, a possibilidade de continuidade da carreira acadêmica e a abertura de uma nova possibilidade de capacitação profissional.

O grande impulso foi dado na década de 1960, com a criação de vários cursos de mestrado e doutorado nas Universidades de Brasília, Viçosa, Universidade Rural do Rio de Janeiro assim como no Instituto de Tecnologia da Aeronáutica - ITA e Universidade de Brasília - UNB.

Já no início da década houve uma iniciativa importante na Universidade do Brasil na área de Ciências Físicas e Biológicas (seguindo o modelo das *graduateschools* norte-americanas), resultado de um convênio com a Fundação Ford, e outra na mesma universidade, na área de Engenharia, com a criação da Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE) (SANTOS, 2003, p.629)

Em razão da necessidade do Ministério da Educação implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação no ensino superior no Brasil, a pós-graduação teve sua definição em 1965, pelo Parecer C.E.Su. nº. 977/65. Com ele dá-se a implantação formal dos cursos de pós-graduação no Brasil. De acordo com Newton Sucupira (1965), o modelo de pós-graduação a ser implantado era adequado à nova concepção de universidade, tendo como modelo as universidades dos países mais desenvolvidos. O modelo padrão que o Brasil seguiu foi a partir daí, o americano, em que a estrutura da pós-

graduação *stricto sensu* dar-se-ia em dois níveis independentes e sem relação de pré-requisitos entre o primeiro e o segundo: mestrado e doutorado. Porém desde essa criação e instituição, a partir de 1965, o mestrado brasileiro vive uma grande ambiguidade, pois adotou o modelo norte-americano para sua estrutura, mas não adotou o mesmo modelo em termos de exigências, pois a realidade era outra.

A realidade do Brasil é uma demanda, primeiramente para formar profissionais que atuem no Ensino Superior, docentes qualificados e capacitados que objetivam o desenvolvimento científico através de pesquisas e novas tecnologias. A visão comparada com os Estados Unidos é bem diferente, pois esse é um país que está bem à frente no avanço da tecnologia e desenvolvimento econômico e com isso um questionamento a respeito da transposição e cópia de um sistema educacional de um país com realidades diferentes e com demandas distintas; país que vive momentos históricos próprios, com características econômicas, culturais e tecnológicas únicos. O que nos leva a pensar e questionar se o efeito dessa transposição de modelo educacional seria bem sucedido.

Mesmo assim, nas Instituições de Ensino Superior do Brasil, a pós-graduação vem para suprir a deficiência do sistema e assegurar a capacitação de quadros docentes qualificados, de um lado e de outro, estimular e assegurar o desenvolvimento da pesquisa, de modo a preparar e capacitar pesquisadores e intelectuais nos mais altos padrões, para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores. É visto também a disparidade em relação à ciência e tecnologia, dos países chamados ricos e pobres e não havia interesse de se repassar conhecimentos científicos para os países considerados atrasados, ou seja, os pobres, pois fazem parte da grande rede de mercados consumidores. Isso era importante para os países ricos, pois mantinham as hegemonias intelectuais e de pesquisas. Com essa dificuldade de importar tecnologia e ciências, os países em desenvolvimento tiveram que investir em suas próprias pesquisas e desenvolvimento tecnológico.

Tornou-se necessário criar uma massa crítica de pesquisadores, pois os avanços tecnológicos em todos os setores necessitavam de recursos humanos qualificados. Grande foi e é a perspectiva de contribuição da pós-graduação

para o melhor conhecimento dos problemas da realidade brasileira, através das pesquisas, bem como para a qualificação de um expressivo número de profissionais do campo do ensino, da gestão e da pesquisa, formando um quadro de especialistas, cuja atuação competente e dedicação se faz marcante no âmbito teórico e prático.

Em 1964, mesmo com o retrocesso que a educação sofreu no Brasil e a perda da autonomia das universidades diante da ditadura, a pós-graduação era bem vista, pois os militares necessitavam de profissionais do mais alto nível para as demandas de cargos no Estado e expansão da economia. A iniciativa do vulto da pós-graduação teve o seu maior impulso e expansão em pleno regime militar.

Durante o regime militar, apesar da repressão que mutilou bibliotecas e programas e expulsou professores e alunos do sistema educacional, nenhuma universidade pública foi fechada e houve mais recursos para sua expansão, proporcionando o desenvolvimento das atividades essenciais para sua existência: a produção cultural e a pesquisa científica e tecnológica (Cunha, 1991), ainda que dentro dos limites da repressão e do autoritarismo e voltadas para a formação de elites dirigentes. (SANTOS e AZEVEDO, 2009, s/p)

Além da evolução que a pós-graduação alcançou, impressiona a qualidade que os cursos de mestrado e doutorado alcançaram e desde o final dos anos 1960 eles vêm sendo submetidos a um conjunto de políticas que permitem esse crescimento, mantendo a qualidade.

O parecer de 977/1965 do Conselho Nacional de Educação conferiu ao Conselho Federal de Educação a responsabilidade pelo reconhecimento e avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil, porém não foi bem sucedido, pois faltavam mecanismos adequados para acompanhar o rápido crescimento dos programas. Em seguida, a Campanha de Aperfeiçoamento de Nível Superior, a CAPES, passou a se chamar Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior, para institucionalizar e regulamentar a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. A CAPES foi criada primeiramente para se encarregar das bolsas de estudantes de pós-graduação e com o objetivo maior de coordenar uma política de pós-graduação que se voltasse “para a obtenção da melhoria do nível dos professores universitários e para evitar a queda de padrões provocada pela expansão do ensino superior” (Amorim, 1992).

De acordo com o Parecer 977/65 do Conselho Federal de Educação, a pós-graduação no Brasil passou a ser definida, em pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. A pós-graduação *lato sensu* foi definida como cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizados em sequência à graduação, com objetivo técnico profissional específico, sem, entretanto, conferir grau acadêmico. Já a pós-graduação *stricto sensu* foi definida como o ciclo de cursos regulares em seguimentos à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação no âmbito da graduação, conduzindo à obtenção de grau acadêmico (CAPES, 2011).

Sendo assim pela atual definição da CAPES, Programa de Pós-graduação *stricto sensu* é a denominação atribuída aos cursos de mestrado e doutorado acadêmico ou de mestrado profissional de uma Instituição de Ensino Superior – IES, atuantes numa mesma área do conhecimento – considerada sua área básica que compartilham essencialmente o mesmo corpo docente com a graduação e com uma estrutura administrativa comum. Há programas constituídos por cursos acadêmicos ou profissionais, sempre com o objetivo de formar recursos humanos altamente qualificados, com vistas ao ensino, pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico.

A pós-graduação representa, nos dias atuais, grande marco limitador no campo das relações sociais. Ser pós-graduado no contexto da globalização representa diferencial importantíssimo na vida profissional, uma vez que o mercado se especializa a cada dia, o que requer constante atualização nos diversos campos do saber. (SANTOS, 2003.p.85)

Foi por meio da Lei no. 5.540/68 (Lei de Reforma Universitária) que a pós-graduação foi efetivamente implantada no Brasil, com objetivo de capacitar profissionais para atuar nos setores públicos e privado e estimular a produção de conhecimento científico vinculado ao desenvolvimento do país. Então é esperada como finalidade da pós-graduação a produção de conhecimento e a formação de pesquisadores. Iniciou-se, assim, uma nova visão de que a perspectiva da ciência no Brasil estava em processo de mudança.

A partir dessa reforma, as universidades passaram a ter mais autonomia, com uma nova perspectiva de ensino e pesquisa. Preocupou-se

com a qualificação da formação docente e a necessidade de investimentos em pesquisas voltadas para o interesse do mercado consumidor e com os avanços da sociedade contemporânea.

Essa Reforma, enraizada nas transformações do ensino superior nas primeiras décadas da República, nos séculos XIX e XX, tem como objetivos maiores facilitar o acesso ao ensino superior por meio de multiplicações de faculdades, aumentar o número de cursos noturnos e, principalmente, adaptar os currículos às condições do mercado local. (MARQUES, 2011, p.17)

Segundo Frauches, 2003, a reforma de 1968 representa, sem dúvida, considerável avanço na modernização da educação superior brasileira, ressaltados os aspectos autocráticos, frutos do regime então vigente, centralizador e ditatorial.

O sucesso da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, o grande salto de qualidade, foi quando os programas de pós-graduação *stricto sensu* passaram a ser definidos como foco privilegiado das políticas de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, ou seja, no início dos anos 1970. O governo passou a incentivar o desenvolvimento científico como uma visão para o desenvolvimento econômico. A construção de um bom sistema de pesquisas científicas foi vista como um importante instrumento para o desenvolvimento econômico do país. Tanto é que o Art. 44, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/96) trata especificamente do ensino de pós-graduação, “que compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outro, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino” (SANTOS, 2003.p.84).

Sabe-se que a possibilidade de desenvolvimento científico e tecnológico foi a principal faceta de implantação e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil nessa década, porém, nessa mesma linha, seguem a possibilidade de continuidade da carreira acadêmica, a abertura também de uma nova possibilidade de capacitação profissional tanto como a disparidade em relação à ciência e tecnologia, entre países ricos e os em desenvolvimento,

contribuíram para o crescimento e desenvolvimento dos cursos de pós-graduação.

Não havia interesse dos países desenvolvidos de repassarem conhecimentos científicos para países considerados atrasados, uma vez que os países ditos atrasados faziam parte da grande rede de mercados consumidores. Isso fez com que os países em desenvolvimento, alavancassem o investimento em suas próprias pesquisas para poderem acompanhar o desenvolvimento da sociedade contemporânea e suprir seu mercado interno. O Brasil, fazendo parte desses países em desenvolvimento, apresentava uma formação acadêmica e de pesquisadores, muito aquém das necessidades de profissionais qualificados e em descompasso com os países desenvolvidos.

Susana (2003) enumera alguns fatores decisivos para a implantação e consolidação da pós-graduação no Brasil nesse período:

valorização de recursos humanos de alto nível, principalmente nas áreas técnicas, visando à implantação do projeto de modernização conservadora sustentado pelos governos militares; liberação de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *strictu sensu* no Brasil, essencialmente na liberação de bolsas; atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico: a CAPES voltada à formação do magistério de nível superior, e o CNPq, interessados no desenvolvimento da ciência e da tecnologia; escolha das universidades públicas, como o *locus* principal das atividades de pesquisa, até então incipientes no País (SUSANA, 2003, p.38).

A carreira docente no setor público passou a estimular a titulação e a produção científica dos professores universitários, sendo a sua profissionalização assegurada pela possibilidade de virem a obter o Regime de Tempo Integral, a Dedicação Exclusiva e acréscimos de vencimentos por titulação e capacitação. Essas medidas tornaram a carreira do magistério universitário público suficientemente compensadora para atrair jovens mestres e doutores para as atividades acadêmicas e uma autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado. A flexibilidade ou “desinstitucionalização”

⁹, foi característica dos programas e facilitou o seu desenvolvimento; processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado, iniciado pela CAPES, em 1972, que serviu de orientação às suas políticas; criação de várias associações nacionais de pesquisa e pós-graduação nos diversos ramos do conhecimento (CAPES, 2012).

Nas décadas de 70 e 80, o governo federal instituiu os PNPG (Plano Nacional de Pós-Graduação), que tinham por objetivos diagnosticar os problemas que permeavam o ensino de pós-graduação e criar metas e diretrizes a serem seguidas para o desenvolvimento da pós-graduação que repercutiram no desenvolvimento educacional, científico e tecnológico do país e o governo, através da pós-graduação, como forma de fomentar o sistema produtivo e o setor público do país.

Os PNPGs eram moldados de acordo com o momento econômico e histórico que o Brasil vivenciava no período. Com objetivos próprios que procuravam se encaixar nas demandas nacionais de desenvolvimento e para sua formulação, a comunidade acadêmica, a sociedade científica, associações de pós-graduação, universidades e pró-reitorias, sempre eram convidadas a enviarem sugestões. São planos formulados diante da realidade econômica, política e social do Brasil. Visam sempre o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação do nosso país. Eram identificadas as demandas das universidades e instituições de pesquisa a necessidade de formar pesquisadores, docentes e profissionais capacitados; encaminhar e executar projetos de pesquisa, assessorando o sistema produtivo e o setor público.

Quatro PNPGs foram idealizados, definidos, com diretrizes contextualizadas e no geral resultou em:

- integração da pós-graduação no interior do sistema universitário, institucionalizando a atividade de pesquisa em diversas instituições;
- aumento da capacitação do corpo docente do ensino superior, por meio de programas direcionados para essa finalidade;
- construção de um amplo sistema de bolsas no País e no exterior, que tem contribuído para a qualificação e reprodução do corpo docente e de pesquisadores;

⁹ Os cursos de mestrado e doutorado não eram regidos diretamente pelas instituições e sim pela CAPES

- estruturação de uma política de apoio financeiro aos programas de pós-graduação;
- participação sistemática de representante da comunidade acadêmica nos processos de formulação da política de pós-graduação;
- implantação de um sistema nacional de avaliação dos programas realizado por meio de julgamento de pares;
- integração do ensino à pesquisa, estabelecendo-se um número limitado de disciplinas articuladas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos;
- fortalecimento da iniciação científica;
- criação de eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; e
- articulação da comunidade acadêmica nacional com relevantes centros da produção científica internacional (BRASIL, MEC, 2005).

A política de pós-graduação no Brasil objetivou, inicialmente, capacitar os docentes das universidades, depois preocupou-se com o desempenho do sistema de pós-graduação e, finalmente, voltou-se para o desenvolvimento da pesquisa na universidade, já pensando agora na pesquisa científica e tecnológica e no atendimento das prioridades nacionais. Entretanto, deve-se ressaltar que sempre esteve presente a preocupação com os desequilíbrios regionais, que são definidos como uma concentração e maior desenvolvimento dos programas de pós-graduação na região sudeste, e com a flexibilização do modelo de pós-graduação. Esses desequilíbrios serão melhores discutidos no item em que a pós-graduação será apresentada na análise dos dados.

No último PNPG que a CAPES definiu para a década de 2011/2020 existem cinco etapas importantes na história da pós-graduação brasileira: 1 – a capacitação dos docentes das universidades, formando o primeiro contingente de pesquisadores e especialistas em âmbito federal; 2 – a preocupação com o desempenho e a qualidade; 3 – a integração da pesquisa desenvolvida na universidade com o setor produtivo, visando o desenvolvimento nacional; 4 – a flexibilização do modelo de pós-graduação, o aperfeiçoamento do sistema de avaliação e a ênfase na internacionalização; 5 – a introdução do princípio de indução estratégica, o combate às assimetrias e o impacto das atividades de pós-graduação no setor produtivo e na sociedade, que resulta na incorporação da inovação no Sistema Nacional de Pós-graduação - SNPG e na inclusão de parâmetros sociais no processo de avaliação (PNPG, 2010)

Programas de pós-graduação qualificados são indicadores seguros da maioria de uma Instituição Universitária. Evidenciam o investimento na pesquisa e na formação de quadro de professores, requisitos indispensáveis para a consolidação de qualquer uma das áreas de conhecimento. Permitem, ainda, a expansão de grupos de pesquisa com alto valor agregado e a articulação indispensável com o ensino de graduação.

O crescimento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil tem o grande apoio do sistema de financiamento da CAPES através da distribuição de bolsas de estudo e de recursos de financiamento liberados para as universidades exclusivamente aos programas, os chamados recursos do PROAP – Programa de Apoio à Pós-graduação, o programa de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e também os programas permanentes de bolsas das fundações estaduais de apoio à pesquisa (FAPs). Essas agências procuram investir no crescimento dos programas de pós-graduação em busca de um equilíbrio no desenvolvimento acadêmico em todas as regiões do país.

Esse equilíbrio, como será visto a seguir, não consegue ser visualizado no Brasil, pois há uma grande concentração de universidades e conseqüentemente de cursos de pós-graduação e, também, a distribuição quantitativa de docentes e discentes é desequilibrada.

No próximo item, será apresentado, em termos quantitativos, a expansão da pós-graduação a nível nacional e todas as conseqüências desse crescimento, sendo analisado crescimento junto com desenvolvimento.

2.1.1 - A expansão em números

Conforme foi visto, com os incentivos e financiamentos federais, através das agências de fomento, a pós-graduação teve nas últimas décadas, um grande crescimento. Com o desenvolvimento econômico no país, houve a necessidade de investimentos na pós-graduação para se ter pesquisas e um acompanhamento científico e tecnológico, garantindo assim um suporte de profissionais e docentes capacitados e adequados a essa nova demanda.

Entre 2000 e 2005 o número de cursos *stricto sensu* (mestrado, doutorado e mestrado profissional) recebeu um incremento de 144%, saltou de 2.311 para 3.325 em todo o País. A Tabela 08 apresenta a concentração de cursos de mestrado e doutorado nas regiões do Brasil.

TABELA 08 – Percentagem de cursos de mestrado e doutorado nas regiões do Brasil

Região	%
Sudeste	56,5
Sul	19,2
Nordeste	14,7
Centro-oeste	6,2
Norte	3,4

FONTE: Elaboração própria. DADOS: CAPES/2012

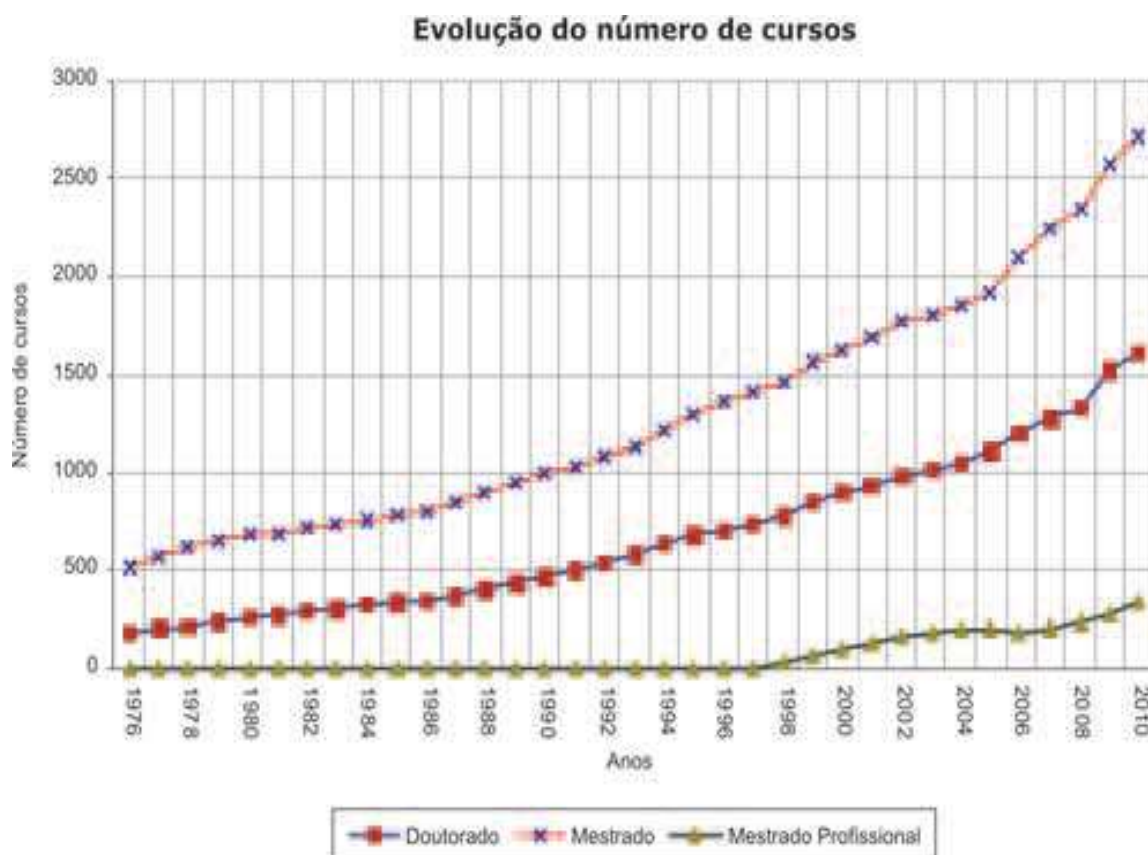
Quando se analisa o número de titulados por região brasileira, o *ranking* segue a mesma linha, registrando maior concentração no Sudeste.

Vê-se que na região sudeste, por apresentar um maior número de Instituições de Ensino Superior, há a maior concentração de programas de pós-graduação, conseqüentemente, torna-se uma região mais desenvolvida, com uma circulação maior de investimentos, fazendo com que seja uma região com maior crescimento em todos os setores.

A influência dessa concentração é a formação tanto de docentes qualificados como de profissionais capacitados para atuarem nas diversas demandas do mercado, com uma mão de obra especializada e diferenciada.

No gráfico apresentado a seguir, o crescimento dos cursos de doutorado, mestrado acadêmico e mestrado profissional, no Brasil, é mostrado ao longo das últimas décadas.

GRÁFICO 07: Evolução do Sistema Nacional de Pós-Graduação: Cursos recomendados e habilitados ao funcionamento



FONTE: PNPG 2011/2020 – CAPES, 2010.

No gráfico acima, observa-se que entre os anos 1976 a 2009, houve um crescimento de 370,3% no número dos cursos de mestrado e 685,6% nos de doutorado. De 2004 a 2009, houve um crescimento de 35,9% no número dos cursos de mestrado e 34,4% no de doutorado. Os cursos de mestrado profissional iniciaram em 1997 e tiveram um crescimento até 2009 de 104,2%. Fica claro que as taxas de crescimento anual da pós-graduação no Brasil mantêm-se elevadas mesmo no momento atual. O mestrado profissional apresenta maior crescimento, sendo que o mestrado e doutorado mantêm-se em crescimento estável.

Esse crescimento deve-se à necessidade de desenvolvimento na área econômica, científica e tecnológica. As universidades incentivaram a capacitação e a qualificação dos docentes para incrementar a pesquisa e a ciência dentro da instituição com retorno social. Os mestrados tiveram que acompanhar a demanda de um mercado de trabalho exigente em relação à busca de profissionais qualificados e competentes em suas atuações. Assim, os cursos de mestrados, em uma nova perspectiva, passaram a focar o profissional e não mais só o acadêmico, com o objetivo de qualificar mão de obra para atender as demandas do mercado econômico, social e produtivo.

Outro grande impacto da expansão dos programas de pós-graduação nas universidades federais foi o REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, instituída pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (MEC, 2012), em que o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal da educação superior. Investiu em pesquisas e consequentemente nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Segundo a CAPES,

Alguns dos objetivos do mestrado profissional são capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional avançada e transformadora de procedimentos. Assim como, transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos para o desenvolvimento nacional, regional ou local. Além de contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas. (CAPES, 2009)

O quantitativo de cursos nos anos de 1976, 2004 e 2009 é apresentado na tabela 09, com o objetivo de se fazer um comparativo a nível de números e de percentuais.

Observa-se que de 1976 a 2004, ou seja, mais ou menos em 30 anos, o aumento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil foi muito grande, de 699 para 4101. Com essa grande expansão, torna-se essencial uma necessidade de acompanhamento e monitoramento em termos de qualidade para que o avanço qualitativo acompanhe todo o crescimento quantitativo.

Notavelmente, a grande expansão exige um nível de monitoramento dos novos cursos de mestrado e doutorado de forma a identificar os necessários aportes para o desenvolvimento qualitativo adequado e almejado. Visivelmente há um paralelo com o crescimento e expansão da educação básica no Brasil nos últimos anos – justamente com a expansão do ensino superior. O ponto chave é como encontrar mecanismos de monitoramento suficientemente eficientes que correspondam a tal crescimento e consigam acompanhá-lo a ponto de fazer com que essa expansão não se dê desordenadamente.

TABELA 09: Número de cursos em atividade

Nível	1976	2004	2009	Crescimento (%)	
				2009/1976	2009/2004
Mestrado	518	1.793	2.436	370,3%	35,9%
Mestrado Profissional	0	119	243	-	104,2%
Doutorado	181	1.058	1.422	685,6%	34,4%
Total	699	2.970	4.101	486,70	38,1%

FONTE: Dados Coleta CAPES. Elaboração própria.

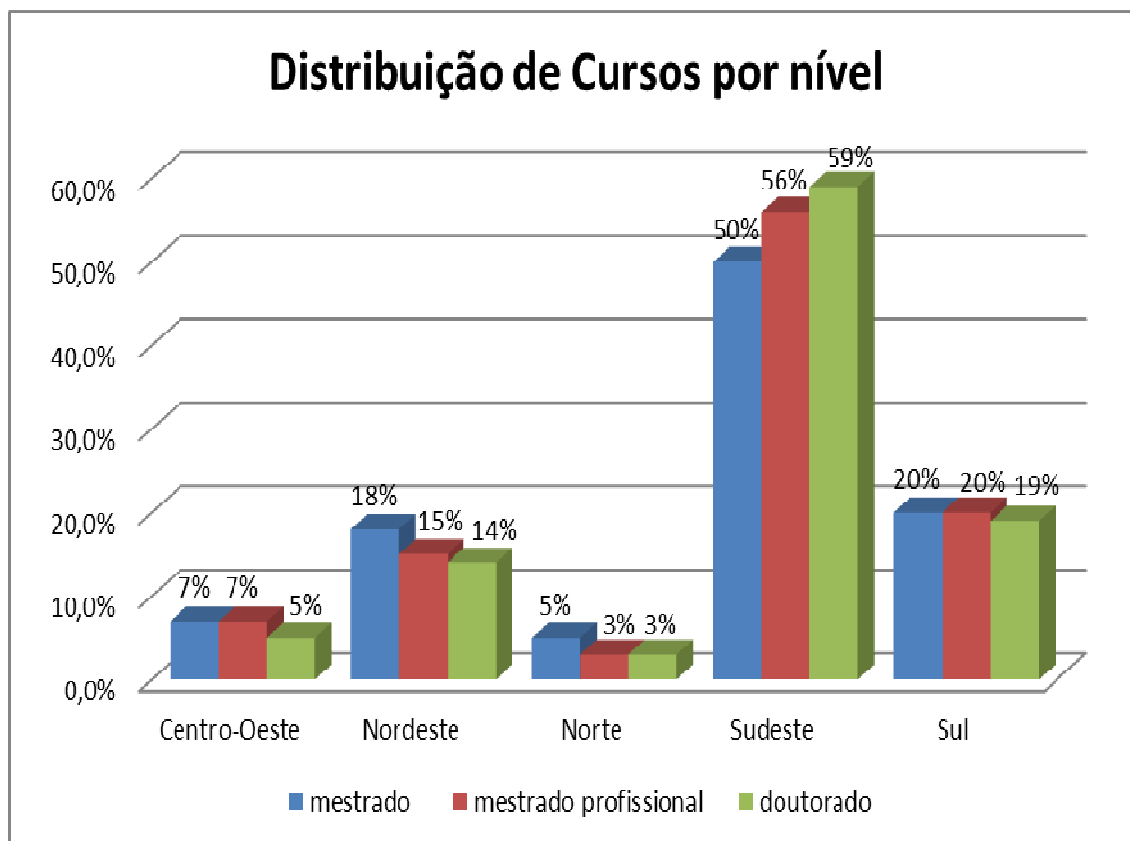
Em 2010, já foi contabilizado 1.630 cursos de doutorado, 2.771, cursos de mestrado e 356 de mestrado profissional, perfazendo um total de 4.757 cursos. Nota-se que do ano de 2009 a 2010 ocorreu um aumento de 656 cursos.

Outro dado importante é que há uma grande concentração dos Programas de Pós-graduação na região sudeste, mais de 50%, o que nos mostra uma grande assimetria regional e que interfere diretamente no desenvolvimento educacional e econômico do Brasil (veja dados no gráfico a seguir). Por ser a região sudeste a mais desenvolvida economicamente e com a maior concentração de instituições de ensino superior, há uma explicação dessa concentração.

Face à existência de um quadro de assimetrias de concentrações dos programas de pós-graduação, torna-se necessário que os PNPGs invistam na

indução de programas com objetivo de reduzir as diferenças regionais, com incentivos maiores e projetos especiais que contemplam o crescimento dos programas nas outras regiões além da sudeste.

GRÁFICO 08: Distribuição de cursos por nível – 2009



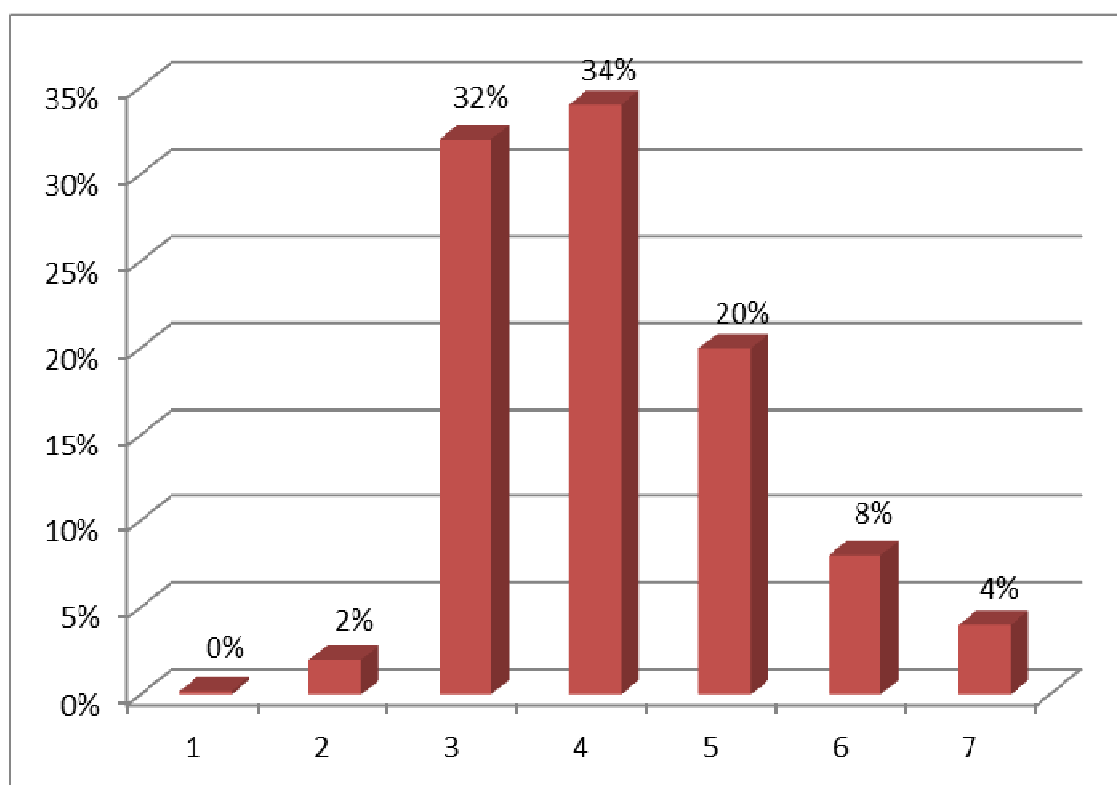
FONTE: Elaboração própria.DADOS: Estatísticas da CAPES/MEC

Como resultado da grande expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* a partir de 1990, tem-se programas recentes e na maioria das universidades há uma grande concentração de programas com conceito baixo (3 e 4), por ainda estarem em fase de consolidação. São poucas as universidades que possuem tradição em pós-graduação e cursos plenamente consolidados e consequentemente com níveis internacionais de excelência.

Será apresentada no final desse capítulo, uma discussão da pós-graduação em duas universidades que possuem níveis de excelência nos programas de pós-graduação e servirá de parâmetro para o que se quer com este plano de ação.

Outra discussão é sobre a distribuição dos programas de pós-graduação *stricto sensu* por nota, que demonstra uma concentração a nível nacional, na nota 4, apresentando 922 programas, correspondendo a 34% do total. Na nota 3 há uma concentração quase igual, 32%. Esses dados apresentados no gráfico abaixo são referentes à última trienal (2007/2008/2009) e nos mostra a necessidade de políticas educacionais para subirem os conceitos dos programas para atingirem níveis de excelência desejados para uma boa formação dos pós-graduandos brasileiros. A necessidade de acompanhamento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* para que essa concentração dos conceitos seja em níveis mais altos, ou seja, 5 e 6, pode ser mais efetiva, pois mesmo sendo a CAPES uma agência com um rigor bem alto no seu sistema de avaliação, propostas de avaliações internas nas próprias instituições estão cada vez mais eminentes.

GRÁFICO 09: Distribuição % dos programas de pós-graduação por nota – TRIENAL 2010



FONTE: Elaboração própria. DADOS: Estatísticas da CAPES/MEC

A concentração de programas com conceito 3 e 4 vai além da média de totais dos cursos, ou seja, 66% dos programas estão concentrados nos conceitos 3 e 4 e a medida que o conceito aumenta, para 6 e 7, a concentração dos cursos diminui muito. Com certeza é um indicativo de que é necessário focar os pontos relevantes por programas para atingir os conceitos 5, 6 e 7. Esses pontos são próprios de cada área, mas pode-se citar que existem indicadores gerais de excelência nos programas de pós-graduação, como cursos de mestrado e doutorados consolidados, projeção de internacionalização, publicações tanto de docentes como de discentes em revistas com *qualis* de padrões altos.

Nota-se que um trabalho em busca de padrões de excelência, visando aumento de conceitos pelo Sistema de Avaliação da CAPES é um objetivo de toda universidade e há grande relevância de criação de projetos e sistemas de acompanhamento por cada instituição para esse objetivo. Torna-se necessário que toda expansão quantitativa da pós-graduação seja acompanhada de qualidade.

Depois dessa visão de números da pós-graduação no Brasil, é importante fazer uma análise da situação da UFJF no cenário nacional, para que o objetivo desse plano fundamente-se.

2.2 - A inserção da pós-graduação *stricto sensu* na UFJF no cenário das pós-graduações nacionais

Na perspectiva apresentada no item anterior, a UFJF investe em sua pós-graduação *stricto sensu* por crer, em alguma medida, que ela é fonte de ensino, pesquisa, extensão, formação profissional, etc. A questão do princípio do trabalho conjunto ensino/pesquisa/extensão é uma das maiores manifestações de compromisso social das universidades, além de atender ao disposto no artigo 207 da nossa Constituição Federal de 1988 (PNPG 2011-2020).

Assim, frente ao grande avanço tecnológico, das pesquisas e ciência do Brasil e para atender às demandas da sociedade, a UFJF preocupa-se com o crescimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* direcionando seus interesses diretamente para esse crescimento, tal como o faz com a sua graduação. Observa-se que a história da UFJF não tem uma tradição muito ampla em pesquisa, sendo que a criação da UFJF se deve à aglomeração de vários cursos de graduação. Até menos de duas décadas atrás, a UFJF era uma universidade voltada para a graduação em que apenas alguns pequenos grupos de pesquisa existiam. É uma universidade nova sendo que em 1960, foi sancionada a lei que tornavam federais as cinco faculdades de Juiz de Fora que possuíam curso reconhecido e patrimônio: Direito, Escola de Engenharia, Odontologia e Farmácia, Engenharia e Ciências Econômicas. Era a concretização de um projeto amadurecido durante décadas, e que, no decorrer dos anos 50, de forma estratégica, fortaleceu-se com diversos grupos que lutaram, com organização, para tornar viável a criação de uma Universidade Federal em Juiz de Fora.

Os docentes que passavam nos concursos públicos eram selecionados para apenas darem aula, exercerem suas funções apenas academicamente no ensino. Hoje, porém é grande a preocupação da UFJF para com a pós-graduação *stricto-sensu*, justamente por já possuir cursos de graduação consolidados e a necessidade de abranger nessa consolidação, também os cursos de mestrado e doutorado para poder assim acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil e mundo contemporâneo.

A história da pós-graduação na UFJF até o ano de 2004 foi pouco expressiva e com uma evolução lenta, pois nesse ano, oito programas estavam em funcionamento. Através da nova visão nacional de mudanças econômicas, apoio científico e tecnológico, houve uma necessidade de investimentos acadêmicos em um novo rumo da pós-graduação nas instituições federais de ensino superior, citado pela CAPES¹⁰ e com isso as unidades acadêmicas da UFJF que então apresentavam um quadro de docentes efetivos de recém-doutores, investiu na implantação de vários programas de pós-graduação. A UFJF, através da Pró-reitoria de Pós-graduação, implantou uma política de

¹⁰ www.capes.gov.br Acesso em Nov/2011.

investimentos na expansão dos programas de pós-graduação com investimentos próprios (APG), em facilitadores para implantar novos cursos, com a vinda de consultores externos, consultoria a cada novo coordenador, com um sistema de bolsas de monitoria de pós-graduação.

Com isso, atualmente a UFJF conta com 30 Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, com vinte e sete cursos de mestrado acadêmico, três cursos de mestrado profissional e quatorze cursos de doutorado.

Outro ponto fundamental para os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* é que a infraestrutura utilizada por qualquer programa da UFJF depende da universidade propriamente dita. Por exemplo, a vaga de professor efetivo é da UFJF e não de uma específica unidade administrativa. Portanto, o governo federal libera vagas para a Universidade que realoca mediante negociação e apresentação de demandas das unidades. A tendência é de que as unidades que apresentem pós-graduações mais consolidadas e tiverem resultados mais expressivos nas avaliações da CAPES tenham chances maiores de acolher mais vagas para professores além de maiores recursos e financiamentos para pesquisas.

Enfim, a UFJF formalizando uma preocupação com os Programas de Pós-graduação *stricto sensu* por meio de uma avaliação e acompanhamento mais direto, paralelo à CAPES, simboliza um maior aproveitamento da infraestrutura da própria universidade e, conseqüentemente, uma apresentação mais consistente de demandas para o governo federal ao requerer os seus subsídios para a infraestrutura necessária para a educação. Para qualificar e mensurar o conhecimento produzido pelos programas, a formação de mão de obra qualificada, além, conforme foi dito, do melhor aproveitamento da infraestrutura de toda a UFJF, torna-se importante instituir um processo interno de avaliação dos cursos de pós-graduação.

Com isso, deseja-se que a UFJF, com toda a preocupação de uma Universidade Federal que encontra-se em fase de expansão de seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, procure ter programas com expectativas de subirem de conceito na próxima avaliação trienal e que mantenham um ritmo sempre crescente de produções, ou seja, que os cursos atinjam conceito “5”, dito como “muito bom” e no mínimo “4”, os bons, pois se

mantiverem o conceito “3” estarão sempre correndo o risco do descredenciamento.

De 2006 a 2010 muitos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na UFJF foram aprovados pela CAPES, como: Linguística, Ciências Biológicas/Imunologia e Genética, Modelagem Computacional, Comunicação, Clínica Odontológica, Saúde, Saúde Coletiva, Educação Física, Enfermagem, Matemática, Ambiente Construído, Geografia e os profissionais: Matemática, Gestão e Avaliação da Educação Pública, Análise do Leite e Derivados. Estes cursos foram aprovados com conceito mínimo “3” e ficou evidente a necessidade de, a partir dessa aprovação e do quantitativo de programas novos, uma consolidação dos cursos.

Uma política de investimento em processos de monitoramento e avaliação é uma consequência do crescimento da pós-graduação na UFJF, que tem como meta a melhoria dos conceitos obtidos pelos programas, facilitando a ascensão a patamares internacionais dos cursos já consolidados, melhoria dos cursos intermediários com melhores índices e a facilitação a inserção a novos cursos com as melhores práticas de funcionamento. Sendo assim, no próximo item, será visto a importância de se monitorar e avaliar todo processo que busca qualidade e desenvolvimento.

2.3 – Gestão, avaliação e monitoramento

Em todo esse estudo, verifica-se que avaliar é, sobretudo, uma questão de dizer se algo é bom ou mau e é considerada como um processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para subsidiar a tomada de decisões (SOUZA,1988).A forma mais comum de avaliação consiste em verificar a eficiência de uma inovação, examinando se essa atende ou não a padrões ou critérios previamente definidos.

A história da avaliação data do século XVII (WEISS, 1994) com estudos sobre os problemas sociais na Grã-Bretanha, porém o primeiro estudo classificado como sendo avaliativo no sistema educacional, surgiu quase dois séculos depois, em 1833, com o estudo da escolarização ligada à diminuição da criminalidade nesse país. A partir daí, muitos pesquisadores e estudiosos

iniciam estudos sobre processos avaliativos no sistema educacional. A importância desses estudos foi vista no decorrer dos anos em todos os projetos educacionais e na definição de diretrizes e metas para a educação.

A avaliação em uma proposta de gestão e análise de critérios e sistemas de acompanhamento e monitoramento são relevantes para esse plano de ação, e em qualquer processo educacional a mensuração de dados com análise de indicadores em busca de melhores resultados é fundamental. Em um sistema em expansão e em fase de consolidação é fundamental que o monitoramento seja contínuo e sistemático para que os rumos a serem trilhados em busca da excelência sejam sempre perceptíveis. Assim, torna-se fundamental, na UFJF, um monitoramento, através de um acompanhamento contínuo anual e um processo de avaliação interno dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, com a mensuração dos principais indicadores que fazem parte do Sistema de Avaliação da CAPES.

O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação de plano ou projeto de ação, com o objetivo de garantir sua maior efetividade, mediante a verificação do seu ritmo de trabalho, o bom uso do tempo e dos recursos, a aplicação adequada das ações e competências. (LUCK, 2004, p. 45)

O monitoramento é o acompanhamento de todo o processo a ser avaliado e faz parte de um sistema de avaliação permanente e que tenha como objetivo a qualidade e fundamentando nesse plano, a consolidação e excelência dos cursos de mestrado e doutorado da UFJF. Deve ser realizado de forma contínua e é importante considerá-lo sempre como processo de avaliação, visando os resultados propostos e as correções necessárias de rumos e percursos. Essa é a proposta do plano aqui apresentado, pois através de um sistema de avaliação interno da PROPG/UFJF, um acompanhamento é sugerido, para traçar diretrizes a serem seguidas e buscar padrões de excelência para os programas de pós-graduação da UFJF.

Também, o monitoramento objetiva resultados das práticas educacionais e também é uma estratégia de gestão e um caminho de indicativo para mudanças. Então, o processo de monitoramento e avaliação relaciona a

eficácia representada pelos resultados e acompanhamento das ações, em busca da eficiência. As ações devem ser sistemáticas e gerenciadas de forma que os objetivos e critérios para alcançá-los sejam metas visíveis e estruturadas.

A eficiência em programas de pós-graduação é considerada como busca de excelência e a consolidação e conseqüentemente, aumento do conceito junto à CAPES, posteriormente uma busca de maior internacionalização do programa.

Segundo Lück, tanto o monitoramento e a avaliação determinam em um processo:

Como ocorre seu desempenho; como e em que medida as estratégias, procedimentos e atividades estão funcionando; qual o estilo e funcionamentos adotados, que alterações foram necessárias em relação ao planejado e o que as motivou; em que medida e em que forma as ações estão permitindo a realização dos objetivos propostos com os objetivos promovidos. (LUCK, 2004. p. 49)

Além disso, ambos possuem os mesmos processos, somente o foco é outro: o monitoramento objetiva o percurso do processo, os meios de implementação e a avaliação, focaliza os resultados. Possuem etapas comuns em relação aos dados: coleta; registro e sistematização, análise e interpretação; descrição e resultados; compartilhamento; utilização dos dados para reformulação das ações ou implementação de ações novas.

O avaliador, em um programa de avaliação, necessita imaginar e estabelecer possíveis elos entre a ação implementada pelo programa e os efeitos que se desejam obter. Segundo Weiss, 2010, p.48, o que se espera de uma avaliação são “dados confiáveis referentes aos programas”. Só assim consegue-se chegar a resultados que pretende-se atingir.

Em um processo de avaliação é essencial que se avalie além do processo atual, avaliações passadas do mesmo programa ou de programas similares à nível de comparação e de orientação em cima de expectativas, resultados passados e explicações do que o programa conseguiu ou não realizar. (Weiss, 2010. p.76).

Os processos de avaliação na sociedade atual baseiam-se cada vez mais em indicadores de desempenho, pois eles facilitam a divulgação do

comportamento dos diversos itens e permitem a análise comparativa de uma evolução.

A importância dos indicadores no mundo contemporâneo é crescente e seu uso nas mais diversas esferas de atividade se torna uma necessidade, por seu poder, de forma sintética, aspectos do funcionamento de setores da sociedade. (SOUZA, 2005, p. 90).

Além disso, a avaliação de indicadores permite conhecer a evolução através do tempo e o trabalho em cima de vários indicadores retrata várias dimensões do processo avaliado, ou seja, uma visão mais abrangente do que se quer avaliar. O acompanhamento dessa evolução pode-se chamar de monitoramento também, sendo útil para sinalizar situações indesejáveis que requerem ações corretivas.

Um aspecto central na avaliação de programas é o de verificar se os objetivos propostos, geralmente descritos através de indicadores, foram atingidos ou não e, neste caso, quais as explicações para essa insuficiência. Para tal, é indispensável que o programa tenha bem definidos os indicadores referentes à situação inicial do programa, aos seus ganhos esperados e, posteriormente, aos resultados obtidos. A comparação entre os critérios de sucesso e os resultados obtidos permite julgar as realizações de um programa. Mais do que julgar, a avaliação procura entender as razões para o acontecido. O desejável é conhecer o impacto do programa sobre os seus beneficiários finais, mas frequentemente não se dispõe desta informação. (SOUZA, 2005. p.93)

A partir daí, o plano proposto tem como proposta monitorar e avaliar anualmente os programas de pós-graduação da UFJF, com o objetivo de buscar resultados positivos e de reconhecimento pela CAPES. Será analisado programa por programa através do documento de área e da última trienal feita pela CAPES. Essa análise será pontual e também se complementar com visitas feitas às coordenações dos programas, para diagnosticar o que o programa está focando e desenvolvendo em busca de avanços em relação aos indicadores de avaliação.

Depois desse breve estudo da importância de um processo de avaliação com um monitoramento constante e sistemático, será estudado a seguir o sistema de avaliação dos programas de pós-graduação do Brasil que é feito

pelo CAPES através de acompanhamento trienal de evoluções de indicadores e *rankings* estabelecidos pela Coordenação de Avaliação da CAPES e as Comissões de cada área.

2.4 – Sistema de Avaliação da CAPES e seus indicadores

Na década de 90, o Brasil, na tentativa de acompanhar as diversas reformas empreendidas pelos países desenvolvidos nos seus sistemas educativos, começou a desenvolver na área do ensino superior experiências de avaliação. Em 1993, surgiu o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), voltado para a avaliação de desempenho qualitativo ou quantitativo das instituições formadoras. Em 1995 foram implementados o Exame Nacional de Cursos, a Avaliação Institucional e a Avaliação das Condições de Ofertas dos Cursos do Ensino Superior.

A avaliação da pós-graduação é responsável pela formulação, coordenação e supervisão das normas para o funcionamento dos cursos de pós-graduação, bem como as normas para avaliação e registro das atividades de pesquisa, com o objetivo de contribuir para a formação de cidadãos com alto nível de qualificação, para o crescimento e a disseminação da produção científica, artística e cultural e para o desenvolvimento tecnológico do país. É uma experiência bem sucedida, mas pode ser aperfeiçoado, ajustando-se às mudanças e necessidades atuais e do conjunto das áreas de conhecimento.

A CAPES organizou o primeiro processo de avaliação em 1976, pensada para gerar parâmetros que orientassem a distribuição de bolsas. Essa primeira avaliação foi centrada na produção científica dos pesquisadores ligados a cada programa e para a busca de qualidade.

A Avaliação dos Programas de pós-graduação *stricto sensu*, como já foi citado, compreende os processos de Acompanhamento Anual e de Avaliação Trienal do desempenho dos programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação. Ao avaliar as propostas de cursos novos, a CAPES verifica a qualidade de tais propostas e se elas atendem ao padrão de qualidade requerido desse nível de formação.

Desde a implantação da CAPES, o MEC defendia que fossem criados padrões efetivos de avaliação e normas que monitorassem os cursos de pós-graduação e controlassem a implantação e desenvolvimento desses cursos. Assim, a CAPES começa a desenvolver uma série de experiências avaliativas dos cursos de mestrado e doutorado, pois o grande crescimento do número de programas em todo o país é relevante e torna-se necessário uma política de controle e um sistema de avaliação para que esse crescimento seja acompanhado de qualidade. A preocupação em preservar a qualidade dos cursos de pós-graduação diante da expansão é claramente demonstrada na citação abaixo.

A política setorial de pós-graduação, na última década, marcou-se por forte expansão de Programas, em todas as áreas do conhecimento, bem como pela criação de diferentes modalidades de cursos (mestrados profissionalizantes, mestrados interinstitucionais, cursos de pós-graduação à distância, cursos fora da sede)... Não há dúvida quanto ao risco dessa expansão, além de desordenada, possa tornar-se meramente quantitativa. Mas, só com a devida qualidade, a pós-graduação brasileira cumprirá seu papel no seio da sociedade (SEVERINO, p.231, 2003).

Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação" definida pelo CTC – Comissão Técnica Científica, de que constam, no que se refere aos vários quesitos e itens avaliados, os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da comissão avaliadora, e, ao final, o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio.

A Avaliação Trienal realizada pela CAPES, além de indicarem a qualidade do desempenho e a posição relativa de cada programa no contexto de sua respectiva área, servem de referência para as decisões dos órgãos governamentais de investimento na pesquisa e na pós-graduação e fundamentam as deliberações do Conselho Nacional de Educação sobre quais cursos de mestrado e de doutorado obterão, para o triênio seguinte, a renovação de seu “reconhecimento”.

Torna-se fundamental um estudo de como estão os Programas de Pós-graduação da UFJF segundo os critérios de avaliação do sistema da CAPES e

uma análise da situação de cada um, para posteriormente descrever a proposta apresentada neste plano de ação.

2.4.1 – A pós-graduação no Brasil segundo a CAPES

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo Sistema Nacional de Pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. Para isso preza por um controle de qualidade através de seu Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-graduação.

Desde sua criação, esse sistema de avaliação vem cumprindo papel de fundamental importância para o desenvolvimento da pós-graduação *stricto sensu* e da pesquisa científica e tecnológica no Brasil, dando cumprimento aos seguintes objetivos citados pela CAPES:

- estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
- fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;
- impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
- contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
- contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
- dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
- oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação. (www.capes.gov.br, 2012)

Esse sistema abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores indicados pela área, vinculados a instituições de ensino superior das diferentes regiões do país: a Avaliação dos Programas de pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação - APCNs. Compreende a realização da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7" fundamentam a deliberação CNE/MEC sobre quais cursos obterão a renovação de "reconhecimento", a vigorar no triênio subsequente. Até 1997 vigorou a classificação por escala conceitual alfabética de A a E, sendo os cursos de padrão internacional e de excelência contemplados com conceito A. Somente em 1997 passou a vigorar esses conceitos numéricos (CAPES, 2012).

Três eixos caracterizam a avaliação: ela é feita em pares, considerando as áreas do conhecimento; ela tem uma natureza meritocrática, que leva em consideração a classificação dos e nos campos disciplinares; ela associa reconhecimento e fomento, na definição de políticas e critérios para o financiamento de programas.

A partir da avaliação dos programas de pós-graduação o governo e agências de fomento liberam recursos financeiros para projetos, bolsas e toda a estrutura financeira para a manutenção do padrão do curso, almejando a qualidade e aprimoramento. Então é fato que as universidades com cursos consolidados e com um maior número de cursos recebem recursos e facilidade de financiamento de projetos e pesquisas diferenciados. Com certeza torna-se um objetivo de todas as universidades, englobando a UFJF, a expansão e consolidação de seus cursos de mestrado e doutorado com uma das finalidades a obtenção de mais recursos e incentivos financeiros.

Para cada conceito recebido pelo programa na avaliação da CAPES (de 3 a 7), recursos financeiros diferenciados são liberados tanto para o apoio ao programas, verba PROAP, como pelo número de bolsas, ou seja, quanto maior o conceito do curso, maiores recursos o programa terá e aumenta o número de bolsas para esse programa.

A bolsa é um instrumento para viabilizar a execução de projetos científicos, tecnológicos e educacionais nas pesquisas e projetos apoiados pelos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Na última avaliação trienal realizada pela CAPES, registrou-se um crescimento de cerca de 20% no número de cursos de pós-graduação em relação à avaliação anterior.

Nos últimos quatro anos, a CAPES expandiu o Sistema Nacional de Pós-Graduação e aumentou a oferta de bolsas. Em 2008, havia cerca de 40 mil bolsistas no país. Em 2011, foram concedidas 72.071 bolsas de pós-graduação e 30.006 no Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (Pibid), num total de 102.077 bolsas. Já o CNPq, em todas as modalidades, no mesmo período, aumentou de 63 mil para cerca de 81 mil bolsas (MEC, 2012).

Mesmo com todo esse investimento e incentivo, pode-se fazer uma análise crítica do Sistema de Avaliação da CAPES em relação a alguns pontos como política de avaliação; padronização do modelo de avaliação; período para acompanhamento dos programas; interdisciplinaridade; metodologias qualitativas; indicadores para medir impacto; divulgação das dissertações e teses; evolução do programa; capacitação dos coordenadores dos programas; classificação das disciplinas centrais; atividade intelectual do aluno; estrutura curricular; trabalho docente; orientação da avaliação; processo didático; deficiências na avaliação da qualidade do ensino.

Como primeiro ponto, é necessária uma melhor articulação entre política para avaliação e política para pós-graduação, assim sendo, é preciso investir esforços para que critérios qualitativos sejam incorporados ao processo. O sistema de avaliação parece que procura inferir a qualidade do ensino a partir da análise do volume e qualidade das publicações, da qualificação do corpo docente, das orientações programáticas, e da carga horária. Todavia, não é feita qualquer referência aos métodos de ensino e de avaliação, muito importantes para uma qualidade do ensino a qualquer nível.

O sistema de avaliação da Capes está mais orientado para a pesquisa do que para a qualidade de ensino. Supor que a pesquisa e as publicações que dela derivam são também evidências da qualidade do ensino é uma hipótese muito discutível. A formação de qualidade exige competências

pedagógicas e científicas que nem sempre emanam da atividade de pesquisa (MOREIRA, HOTAL E HARTZ, 2001, s/p).

Seria importante que os documentos apresentados contivessem sínteses críticas por capítulos, isto é, referentes aos principais itens da avaliação, e não apenas uma apreciação crítica global. Particularmente importante nestas sínteses seria a apresentação dos pontos fortes e fracos mais detalhados. Está faltando uma avaliação da “qualidade do ensino” nos mestrados e doutorados, ou seja, nas atividades docentes em sala de aula desses cursos, nos processos de aprendizagem.

Ao contrário do que ocorre com a produção científica, a formação do aluno é de difícil mensuração; mesmo as informações obtidas através do monitoramento da carreira após a obtenção do título correm o risco de serem pouco significativas, pois são muitos os fatores que interferem na trajetória de uma carreira profissional que tem pouco a ver com as disciplinas cursadas (MOREIRA, HOTAL E HARTZ, 2001, s/p).

No Sistema de Avaliação da CAPES, os objetivos do mestrado e do doutorado devem ser melhores definidos em relação a formar pesquisadores ou profissionais que vão ocupar posições fora da academia, com uma maior especificação dos requisitos para formação desse profissional e melhor averiguação do desempenho do aluno e não só do pesquisador. São muitos os fatores que interferem na trajetória de uma carreira profissional que tem pouco a ver com as disciplinas cursadas em um curso de mestrado ou doutorado, a formação do aluno é de difícil mensuração, ao contrário da produção científica. Não há indicadores que levem em conta a opinião do corpo discente sobre a satisfação e a qualidade do ensino. Não existe na Avaliação da CAPES, uma auto-avaliação ou uma avaliação da visão do discente. Tão pouco, existem parâmetros para medir o impacto dos programas.

As Comissões de Avaliações da CAPES tendem a reproduzir a posição do poder *qualis*, que desconsideram o impacto social das pesquisas, ou seja, a interação com o social é desprezada nas avaliações. Não há uma relação direta entre as pesquisas e a inserção social causada por elas. Assim a

avaliação qualitativa matem os programas de pós-graduação *stricto sensu* com conceito alto, mesmo que tenham uma avaliação quantitativa decrescente.

Novos indicadores podem ser criados nos sistemas de avaliação, que englobem esses quesitos, pois saber é condição para saber ensinar, e esse sistema de avaliação acabada negligenciando uma das funções da pós-graduação que é a de formar professores para o nível superior. Não há praticamente espaço para qualificar o cientista como professor e muitas vezes, abandona-se a perspectiva pedagógica. Pode-se gerar uma política de desvalorização geral do ensino comparado com a pesquisa.

No caso da proposta desse plano, a criação de um sistema de avaliação próprio da UFJF, em que os programas serão ouvidos e juntos, PROPG/UFJF e os trinta programas de pós-graduação *stricto sensu*, serão analisados e metas serão traçadas, objetivando rumo certo em busca da qualidade.

Outro ponto que gera discussão é a única nota que é dada aos programas que têm mestrado e doutorado. Eles não são qualificados separadamente. Isso compromete o objetivo de caracterizar cada curso em relação à sua qualidade. Esta informação seria mais detalhada se naqueles programas em que existe mestrado e doutorado fosse dada uma nota ou caracterizações independentes para cada curso, com critérios específicos ao nível avaliado.

Os cursos de mestrado parecem estar excessivamente valorizados na avaliação da CAPES e os critérios para avaliar os mestrados profissionais e acadêmicos não aparecem diferenciados, podendo o quadro de referência da avaliação para os mestrados acadêmicos prejudicar a necessária consolidação e desenvolvimento dos mestrados profissionais. Há a necessidade de estimular o desenvolvimento dos mestrados profissionais, para atender o mercado externo e isso recomendaria a avaliação destes por comissões diferentes das que fazem a avaliação dos programas acadêmicos, visto englobar outro público alvo, com características próprias e diferentes dos alunos dos mestrados acadêmicos. Esse público é de profissionais atuantes no mercado de trabalho e que trazem para o mestrado profissional toda experiência de atuação profissional.

Como os mestrados profissionais são cursos novos, é necessário esclarecer melhor a diferença de ambos à sociedade e principalmente aos docentes e coordenadores da UFJF, para que trabalhem focando uma avaliação diferenciada, com indicadores próprios que leve em consideração uma produção técnica e toda a experiência profissional dos alunos/profissionais.

Como já foi citado, há uma ausência de auto-avaliação no Sistema de Avaliação da CAPES o que não permite uma retroalimentação adequada do sistema local e toda responsabilidade da avaliação é assumida pela CAPES, o que poderia ser mais compartilhada pelas instituições e mesmo pelos programas. Não existe uma cultura de auto-avaliação nos sistemas educacionais do Brasil.

Esse sistema de avaliação, com certeza, alavancou a pós-graduação e pesquisa no Brasil, mas atualmente sinaliza que o modelo pode estar superado e não atende aos desafios contemporâneos da formação de pessoal qualificado para ciência, tecnologia, inovação. Uma reorganização nesse modelo de avaliação que envolve a metodologia e também os prazos de avaliação deve ser visualizada com urgência.

A evolução para um sistema mais dinâmico e capaz de incorporar novos indicadores ao processo de avaliação, que adote processos próprios para os diversos projetos de formação de mestres e doutores para atuação nos setores acadêmico, profissional e tecnológico. Um sistema que deve ter como base a qualidade e excelência dos resultados na especificidade das áreas de conhecimento e no impacto na comunidade acadêmica, empresarial e na sociedade, que traga retorno às universidades de uma forma mais pontual.

A proposta é que esse retorno não seja apenas trienalmente, mas com uma periodicidade anual, com análises mais precisas e objetivas, específicas para cada programa. Torna-se imprescindível complementar o Sistema de Avaliação da CAPES com um sistema de avaliação interno de cada universidade, com análises próprias de seus programas, com objetivos próprios da região e da própria universidade.

Em relação aos critérios de avaliação da CAPES o PNPG 2011-2020 sugere:

- preservação do sistema nacional de avaliação de qualidade da pós-graduação brasileira, como um sistema de certificação e referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa;
- manutenção da periodicidade das avaliações, assim como o sistema de aquisição de dados nos moldes do DATA-CAPES;
- consideração de impacto e relevância na fronteira do conhecimento ao avaliar-se a produção científica, aferindo-a por sua visibilidade (índice de impacto) e também por sua contribuição intrínseca ao conhecimento novo (índice de citação);
- avaliação da produção tecnológica e seu impacto e relevância para o setor econômico, industrial e social; através de índices relacionados a novos processos e produtos, expressos por patentes depositadas e negociadas, por transferência de tecnologia e por novos processos de produção que poderão dar uma vantagem competitiva ao país;
- incentivo à inovação através da adoção de novos indicadores, que estimassem o aumento do valor agregado de nossos produtos e a conquista competitiva de novos mercados no mundo globalizado. Um maior peso deveria ser dado a processos inovadores que refletiriam em maiores oportunidades de emprego e renda para a sociedade;
- a avaliação de cada área deveria também ser expressa com indicadores relativos à sua expressão científica e social no contexto nacional e internacional;
- fortalecimento das atuais atribuições dos órgãos superiores da CAPES, principalmente as referentes à avaliação, autorização de cursos novos e o seu credenciamento, com vistas à manutenção do Sistema Nacional de Pós-Graduação;
- identificação, por meio do processo de avaliação, das questões ou problemas relevantes para a orientação e indução da expansão e desenvolvimento da pós-graduação nacional;
- indução da pós-graduação, mediante constante atualização dos indicadores empregados, de modo a orientar a formação de recursos humanos e a pesquisa na direção das fronteiras do conhecimento e das prioridades estratégicas do país;
- diversificação do sistema de avaliação de forma a possibilitar a análise de diferentes modelos de pós-graduação;
- introdução de processos de avaliação qualitativa dos produtos dos programas de doutorado e mestrado, incluindo na avaliação produtos até hoje subavaliados, como: os livros, nas áreas de Humanidades; patentes e tecnologias, nas áreas pertinentes e, em especial, no caso dos mestrados profissionais, o destino dos egressos;
- maior transparência do sistema, que deveria ser mais amigável e completo, agregando-se a isso a recomendação de que, paulatinamente, se tornaria mandatário que os programas tivessem páginas web com conteúdos científicos como instrumento de difusão de conhecimento. (PNPG, 2011.p.36)

Depois da análise dos programas de pós-graduação do Brasil, serão pontuados a seguir, os Programas e Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, com uma visão seguindo os parâmetros estabelecidos pelo Sistema de Avaliação da CAPES, com seus conceitos e características de cada um.

2.4.2- A pós-graduação na UFJF segundo a CAPES

A história da pós-graduação na UFJF efetivamente iniciou seu atual ciclo a partir de 2004 com a grande expansão dos cursos de mestrado e doutorado. Essa expansão, além de ter sido um impulso que o próprio Brasil teve com os avanços científicos e tecnológicos e do desenvolvimento econômico, deve-se à nova postura da UFJF que a partir desse ano vê a importância de investimentos em pesquisas. Os concursos para novos docentes exigem qualificação a nível de doutorado ou no mínimo mestrado e os docentes da UFJF sentem necessidade de capacitação e investimentos em pesquisas para acompanhar a evolução da sociedade e o crescimento mundial em ciência e tecnologia.

Os financiamentos do governo e agências de fomento nas instituições de ensino superior consideram a pós-graduação para os *rankings* de liberação de recursos e investimentos, portanto torna-se fundamental que todas as universidades tenham cursos de pós-graduação consolidados e em expansão.

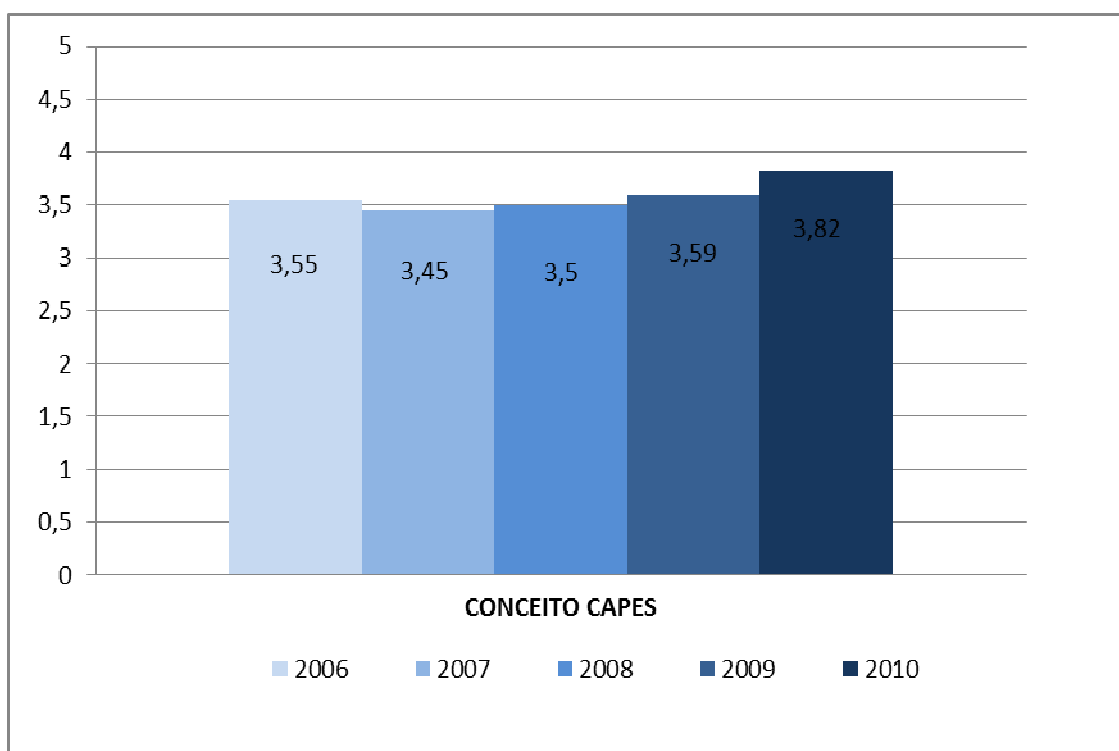
Conforme foi visto, a UFJF tem uma história de uma universidade nova, que conseguiu se posicionar nos melhores *rankings* nacionais em se tratando de graduação e caminha na pós-graduação a passos expressivos nos últimos dez anos. A UFJF ainda é constituída por um quadro de docentes recém-capacitados, ou seja, em média, 60% de seus professores com doutorado e 35% de professores com mestrado. Essa percentagem é recente e sofreu aumento no número de docentes com doutorado pela política implantada pela UFJF de incentivo à qualificação.

Além dessa política, os concursos públicos para docentes da UFJF passaram a partir da década de 90 a focar professores doutores, pois percebeu-se que os professores mestres que começavam a fazer parte do

quadro efetivo da UFJF, logo que se estabilizavam, ou seja, antes mesmo do estágio probatório, requeriam licença capacitação de quatro anos para cursar um doutorado em outras instituições, sendo substituídos, em suas atividades, docentes por professores contratados. Isso foi um fator importante para o retardo da formação dos programas de pós-graduação na UFJF. A partir de 2006 passam a ser colhidos os primeiros resultados do processo institucional de estímulo ao crescimento da pesquisa e da pós-graduação *stricto sensu* na UFJF, através de investimentos na atração de professores qualificados do país e do exterior.

Abaixo, no Gráfico 10, observa-se a evolução dos conceitos CAPES para os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFJF, ao longo dos últimos anos de 2006 a 2010 e a seguir o Gráfico 11 mostra a evolução de matrículas nos programas de pós-graduação, evidenciando um aumento de mais de 100% de 2006 a 2010.

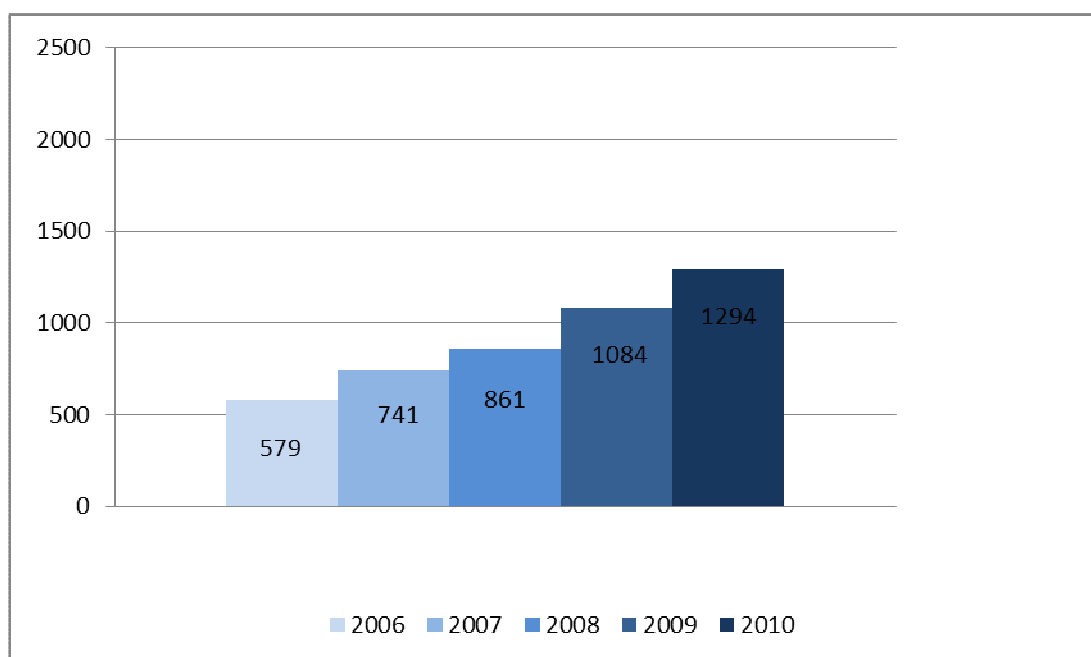
GRÁFICO 10: Evolução dos conceitos dos programas de pós-graduação da UFJF



FONTE: Indicadores de Gestão/ TCU/2009

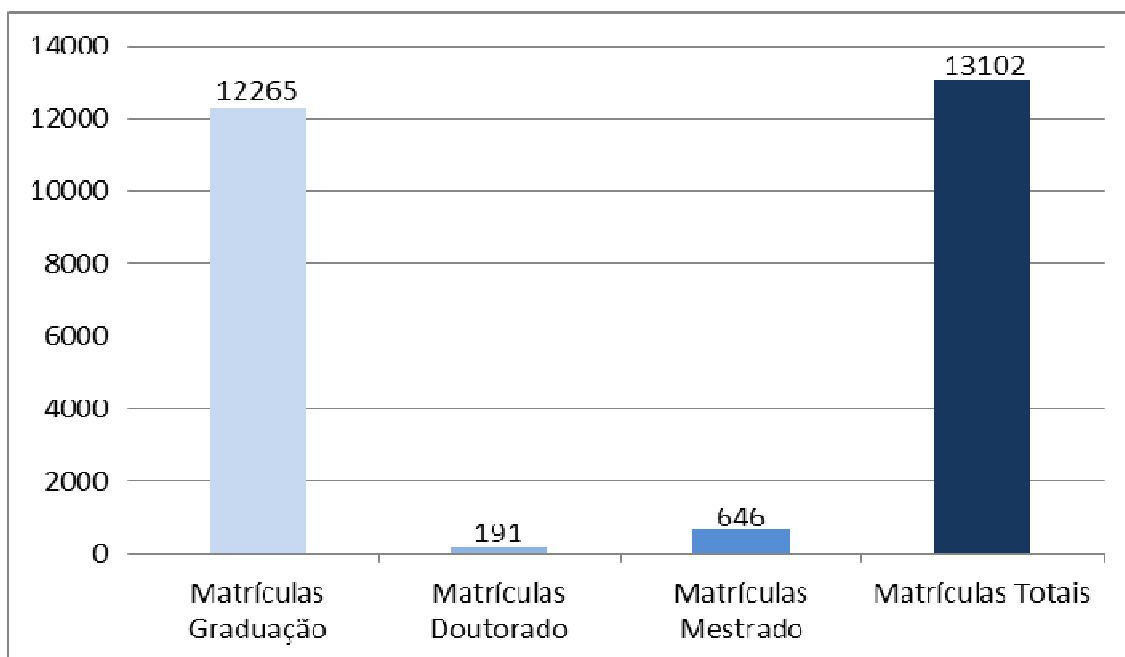
O Gráfico 11 demonstra a evolução de matrículas da pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, no período de 2006 a 2010, demonstrando o grande aumento no número de alunos nesses quatro últimos anos.

GRÁFICO 11: Matrículas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF



FONTE: Registros Acadêmicos/UFJF/2010

Já o Gráfico 12 demonstra a comparação entre as proporções de matrículas de graduação, mestrado, doutorado e matrículas totais da UFJF no ano de 2009. É importante observar que as matrículas totais de graduação se aproximam muito do total de matrículas da instituição enquanto que as de pós-graduação estão muito aquém deste parâmetro.

GRAFICO 12: Matrículas graduação/mestrado/doutorado - 2009

FONTE: Elaboração própria DADOS: Registros Acadêmicos/UFJF/2009

O objetivo que se propõe é alcançar o processo de consolidação desses cursos, sendo que a primeira etapa a partir das visitas aos programas realizados pela equipe da Pró-reitoria de pós-graduação, iniciada em setembro de 2011, consiste na construção de um diagnóstico sobre a estrutura dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, em que a última avaliação do triênio 2007/2009 do programa foi analisada. Iniciando esse plano de ação foram pontuados, em todos os indicadores, os pontos fortes e fracos de cada programa. Uma análise detalhada, com base na avaliação trienal da CAPES foi realizada.

Isso permitiu traçar diretrizes e metas em relação ao indicador que o programa deverá melhorar e que não obteve boa avaliação pela CAPES e também um diagnóstico pontual da PROPG/UFJF em relação ao programa, bem como um controle dos indicadores pontuados pela CAPES e carentes de serem melhorados pelo programa. Com esse diagnóstico, uma continuidade do calendário de visitas aos programas foi proposta, com a intenção de aproximar a PROPG/UFJF dos programas, de ser um canal político entre o Pró-reitor de

Pós-graduação e os professores do programa, de escutar as demandas internas do programa identificando os gargalos estruturais.

Este calendário foi elaborado da seguinte forma: as primeiras visitas foram realizadas nos programas mais bem conceituados e que têm perspectivas de aumentarem seu conceito na CAPES na próxima trienal.

A visita foi organizada inicialmente com o envio pela PROPG/UFJF, de uma carta-convite para o coordenador do programa e todo o colegiado estarem presentes. Para maior produtividade e objetividade da visita, solicitou-se ao coordenador que fizesse um levantamento de toda a situação do programa preparando uma breve apresentação (até 20 minutos) em que deveriam, necessariamente, constar: produção intelectual do corpo docente (número de artigos publicados para cada categoria *qualis*), tempo médio de titulação dos alunos (mestrado e doutorado) que defenderam a partir de 2010, medidas planejadas e em que pontos a PROPG/UFJF poderia auxiliar o desenvolvimento do programa.

Na visita, uma apresentação foi feita pela equipe da PROPG/UFJF abordando os seguintes tópicos: situação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil; principais metas da CAPES (Programa Nacional de Pós-graduação – PNPG, para a década de 2011/2020) expansão e indicadores da pós-graduação na UFJF; situação dos programas da UFJF em relação aos conceitos da CAPES, comparando-os com as universidades federais mineiras; as perspectivas da pós-graduação na UFJF; resultados dos programas na última avaliação da CAPES; medidas propostas pela PROPG/UFJF para auxiliar os programas a subirem de conceito e se consolidarem; recomendações e orientações de melhorias nos indicadores de desempenho, para essa trienal. Após essa apresentação, os coordenadores apresentaram a situação atual dos professores em relação à produtividade dentro da pós-graduação da Universidade e a nível nacional.

O passo seguinte a essas visitas, que aconteceu de outubro a dezembro de 2011, foi um relatório específico de cada programa com as possíveis propostas de intervenções e ajudas que a PROPG/UFJF possa dar como suporte ao trabalho e rumos a serem tomados pelos programas para eliminação dos pontos fracos apontados nas visitas e definir ações para o ano

de 2012 buscando estratégias para o aumento de conceito na avaliação da trienal 2010/2012.

Foi analisado pontualmente os indicadores de desempenho do Sistema de Avaliação da CAPES específico do programa e ações que poderão ser adotadas para melhorar e chegar-se à excelência. Esse retorno e análise serão anuais, com perspectivas de contribuir com acompanhamento dos passos e ações que o programa está executando e seguindo, se estruturando para eliminar os pontos fracos atribuídos pela CAPES na última trienal.

Para os programas que ainda não passaram por nenhuma avaliação da CAPES, os nomeados “Programas Novos”, ou seja, aqueles criados nos anos de 2010 e 2011, o acompanhamento será feito a partir dos indicadores propostos pela Comissão de Área em busca de se consolidarem como programas “3” ou mesmo passarem do conceito “3” para o “4”. A CAPES seguirá basicamente os mesmos critérios usados na avaliação inicial da proposta do APCN e ficará atenta a mudanças repentinas de qualquer indicador de desempenho.

Neste capítulo, através desses diagnósticos feitos nas visitas, propõe-se fazer um levantamento das demandas dos pontos fortes e fracos dos programas, tendo como base os indicadores da CAPES e as questões apontadas específicas dos programas da UFJF, que foram citados no parágrafo anterior. Assim será traçado um plano de gestão e intervenção para o monitoramento e avaliação junto aos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. Essa intervenção será anual, tendo sempre como parâmetro a última avaliação trienal da CAPES e como objetivo a excelência e o aumento de conceito na próxima avaliação da CAPES.

Fica claro que o objetivo desse plano de ação é o acompanhamento anual dos programas, com um sistema de avaliação interno da UFJF, também anual. Propõe-se preparar e orientar os programas para que na próxima avaliação trienal da CAPES, todos os indicadores sejam pontuados como “ponto forte” e os programas aumentem seus conceitos.

Torna-se essencial para a PROPG/UFJF corrigir e atuar em conjunto aos programas, na correção das notas dos indicadores da avaliação da CAPES. Esse acompanhamento anual vai permitir que dentro da própria trienal

tenha-se uma correção de rumo. Essa proposta é monitorar anualmente os programas para se fortaleçam em seus conceitos e melhorem na avaliação, aumentando o conceito junto a CAPES.

2.4.3- A pós-graduação na UFJF segundo a visão deste Plano de Ação Educacional

A partir de um diagnóstico minucioso pela equipe da PROPG/UFJF¹¹ dos grandes problemas observados dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF é a produção intelectual dos docentes que mostram ainda grandes dificuldades de publicação em revistas com *qualis* alto, gerando o problema de descredenciamento dos docentes nos programas. A falta de critérios regimentados para credenciamento e descredenciamento torna-se outro grande problema. Fica evidente a necessidade de um monitoramento e uma política de incentivo para que os docentes publiquem mais e com níveis melhores de produções.

De um modo geral, pode-se citar como problemas unânimes na maioria dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF: o envolvimento dos discentes nas produções, com poucas produções feitas em conjunto com alunos e professores; falta de infra-estrutura para os laboratórios na parte elétrica; pouco espaço físico para comportar os equipamentos de laboratórios e de pesquisas; grande burocracia por parte do PRORH da UFJF para liberação de ida de professores para o exterior ou vinda de pesquisadores visitantes de fora do Brasil; número pequeno de professores envolvidos no programa; sobrecarga de trabalho dos professores, sendo que a política de recursos humanos da UFJF não contabiliza as horas dedicadas à pós-graduação.

Identificou-se também que o processo de preenchimento do formulário Coleta CAPES é um ponto importante a ser salientado, pois muitos programas mostraram dificuldades nesse preenchimento, chegando mesmo a preencherem de maneira errada ou de forma incompleta, omitindo dados

¹¹ Este diagnóstico detalhado no capítulo três dessa dissertação

essenciais e mesmo falta de conhecimento do que escrever nos campos dos formulários. Saber a forma de pontuar as características e indicadores fortes do programa no formulário Coleta CAPES é fundamental, ou seja, torna-se necessário salientar o que o programa tem de melhor. Esse é um problema que quando diagnosticado e monitorado é fácil de ser contornado e acompanhado e com certeza trará resultados positivos, se corrigido.

Com todas as análises realizadas, objetivou-se diagnosticar os pontos fracos dos programas e constatou-se que o processo de pós-graduação da UFJF demanda outro processo de avaliação para acompanhar esse desenvolvimento e gerar um desenvolvimento na pós-graduação da UFJF. O crescimento está ocorrendo, o foco agora é o desenvolvimento. O objetivo é que na UFJF a pós-graduação atinja padrões de qualidade exigidos pela CAPES e das melhores universidades do país.

Pelo que foi estudado e pesquisado, a pós-graduação no Brasil atingiu nas décadas de 80, 90 e 2000, grande crescimento e a UFJF, apresentou mais tardiamente, ou seja, somente na década de 2000 um crescimento expressivo em relação ao quantitativo de programas. Isso se deve ao retorno de professores efetivos da UFJF de suas capacitações, do apoio da administração superior, mais especificamente da PROPG/UFJF aos projetos de APCN, criação de cursos de mestrado e doutorados, apresentados à CAPES e uma mudança de paradigma em relação à visão da UFJF não apenas como ensino e extensão, mas como uma instituição de pesquisa, acompanhando os avanços e crescimento econômico, tecnológico e científico.

Para complementar o diagnóstico, visando desenvolver esse plano de ação, das análises dos Programas de Pós-graduação da UFJF, foi feita uma consultoria com visitas a três Pró-reitorias de Pós-graduação de Universidades com excelência em seus programas de pós-graduação, com programas consolidados e internacionalizados: a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e a Universidade de São Paulo – USP. Foram visitas para acompanhamento administrativo e logístico das Pró-reitorias dessas instituições e basicamente de como ocorre o acompanhamento de seus programas, se há um sistema interno de monitoramento e avaliação pela Pró-reitoria e como ele ocorre.

A análise das duas maiores e melhores Instituições que despontam nos Programas de Pós-graduação no Brasil são instituições estaduais de São Paulo. Fica claro que São Paulo, sendo o estado mais rico e desenvolvido do Brasil, tem um investimento maior em educação, ciência e tecnologia.

A Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e a Universidade de São Paulo - USP são universidades inseridas no desenvolvimento e crescimento do estado e país desde que foram fundadas. Atualmente são altamente pontuadas em *rankings* internacionais.

A Universidade de São Paulo (USP) é uma universidade pública, mantida pelo Estado de São Paulo e ligada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. O talento e dedicação dos docentes, alunos e funcionários têm sido reconhecidos por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios, principalmente os relacionados à produtividade científica.

A pós-graduação *stricto sensu* da USP é composta por 607 programas, totalizando 308 cursos de mestrado e 299 de doutorado. Em relação ao número de alunos, 13.467 de mestrado e 13.101 de doutorado. As pesquisas desenvolvidas por essa instituição correspondem a 30% de toda a produção nacional¹².

A UNICAMP responde por 15% da pesquisa acadêmica no Brasil e mantém a liderança entre as universidades brasileiras no que diz respeito a patentes e ao número de artigos per capita publicados anualmente.

Em pesquisa ao site, a UNICAMP é definida como uma autarquia, autônoma em política educacional, mas subordinada ao Governo Estadual no que se refere a subsídios para a sua operação. Assim, os recursos financeiros são obtidos principalmente do Governo do Estado de São Paulo e de instituições nacionais e internacionais de fomento. Nota-se que o financiamento do estado é citado primeiramente e considerado o maior investidor de pesquisa e ciência da UNICAMP. Sua pós-graduação é composta por 144 programas, com 66 cursos de mestrado e 60 de doutorado, sendo que o número de alunos é 5.276 de mestrado e 5.630 alunos de doutorado.

¹² Fonte: www.usp.br

Sabe-se que em São Paulo o investimento em educação superior é feito fundamentalmente por meio da conversão do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias), imposto estadual, em investimentos em educação. Não é por acaso que São Paulo é o estado que mais arrecada ICMS do Brasil, passando muito distante, por exemplo, do segundo colocado, o Rio de Janeiro. Assim, com essa fonte, o ICMS, o investimento em educação fica mais fácil e maior.

A barreira da educação é possivelmente o maior obstáculo que separa o Brasil de hoje, com seus problemas ainda persistentes de desigualdades sociais, sub-emprego e marginalização social, de um país economicamente mais maduro, com maior igualdade de oportunidades, de rendas e maior estabilidade e integração social. Não é que, como se pensava no passado, a educação tenha a virtude de, por si só, resolver todas as demais questões de natureza política, econômica, ambiental e cultural. (SCHWARTZMAN, 1996)

E ainda Schwartzman diz

...os investimentos em educação são altamente produtivos, e os países, regiões e grupos sociais que investem em educação são os que mais aumentam sua produtividade e mais conseguem atrair e fixar investimentos em benefício de suas regiões e de sua população. (SCHWARTZMAN, 1996, s/p)

Na tabela abaixo, Tabela 09, é visualizado o quantitativo de cursos de pós-graduação e na Tabela 10, o número de alunos referentes à USP, UNICAMP e UFJF, referentes ao ano de 2011.

**TABELA 09 - Número de cursos de mestrado e doutorado em 2011
– USP, UNICAMP e UFJF**

	Nº de Programas	Mestrado	Doutorado
USP	607	308	299
UNICAMP	128	68	60
UFJF	44	30	14

FONTE: elaborada pela autora

TABELA 10 - Número de alunos de mestrado e doutorado em 2011 – USP, UNICAMP e UFJF

	Nº de alunos no Mestrado	Nº de alunos no Doutorado	Total
USP	13.467	13.101	26.568
UNICAMP	5.276	5.630	10.906
UFJF	1536	383	1919

FONTE: elaborada pela autora

Um diferencial da UNICAMP é o ênfase dado à investigação científica e parte do princípio de que a pesquisa serve prioritariamente à qualidade do ensino e também a uma atividade econômica. Daí a naturalidade de suas relações com a indústria, seu fácil diálogo com as agências de fomento e sua rápida inserção no processo produtivo. O desenvolvimento de pesquisas de alta aplicabilidade social, muitas das quais logo são difundidas e incorporadas à rotina da população. A preocupação de pesquisas voltadas para o exame da realidade brasileira, muitas vezes, converte-se em benefício social imediato.

A USP também tem um grande incentivo à pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico, principalmente ligado às empresas e ao mercado produtivo.

A FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado São Paulo é uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do país. Só para se ter uma ideia, em 2011, a FAPESP destinou mais de R\$ 306,32 milhões para o financiamento de Bolsas Regulares no país e no exterior, e R\$ 333,94 milhões para Auxílio Regular à Pesquisa¹³. Este é um grande diferencial dessas duas instituições: estarem inseridas em um estado de maior desenvolvimento e investimento econômico do país e contar com o financiamento de uma forte agência de fomento estadual.

¹³ dados retirados do site: <http://www.fapesp.br>

Para exemplificar, a Tabela 12 apresenta uma relação entre os conceitos e quantidade de programas com cada conceito da UNICAMP, para uma visão do número de programas com conceitos “5”, “6” e “7”, ou seja, programas consolidados e de excelência.

TABELA 11: Conceitos dos programas de pós-graduação da UNICAMP

CONCEITOS	QUANTITATIVO EM Nº
3	13
4	55
5	85
6	49
7	37

FONTE: www.unesp.br. Elaboração própria

O diferencial da UFMG é a organização administrativa e logística de sua Pró-reitoria de Pós-graduação em que uma Assessoria Acadêmica composta por Técnicos em Assuntos Educacionais e docentes ligados à Pró-reitoria atuam, com políticas acadêmicas e administrativas em relação à pós-graduação. Além da Assessoria Acadêmica, foram criadas secretarias por área que atuam em cada unidade e envolvem os programas de pós-graduação daquela área. Isso faz com que a demanda administrativa e burocrática que chega à Pró-reitoria seja filtrada e direcionada.

A UFMG tem uma logística para assuntos financeiros que diferem das outras universidades, pois na Pró-reitoria de Pós-graduação há um total controle de todos os recursos financeiros dos programas. A gerência financeira é controlada e unificada pela Pró-reitoria de Pós-graduação que possui um setor específico para este controle.

Pode-se concluir, com esses diagnósticos, diante do que foi apresentado quantitativamente e comparativamente entre USP, UNICAMP e UFJF que é essencial um sistema de avaliação interno com acompanhamento sistemático,

para um desenvolvimento da pós-graduação nas universidades. São ações administrativas, de monitoramento, de avaliação e burocrática desenvolvidas com sucesso nessas instituições e claramente os resultados são visíveis, apresentando uma pós-graduação consolidada e com programas avaliados com conceitos altos, pelo Sistema de Avaliação da CAPES.

Pela UFJF estar em busca dessa consolidação e de buscar aumento de conceito na próxima trienal, será apresentado no próximo capítulo as etapas para execução do plano e ação para desenvolver o sistema de avaliação anual dos programas de pós-graduação da UFJF.

III – Proposta de monitoramento anual dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF

A proposta deste PAE formou-se como ação de gestão educacional, visando a consolidação e excelência dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. Devido à morosidade do retorno da CAPES na avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, apenas de três em três anos.

Como proposta de gestão e os estudos realizados sobre monitoramento e avaliação, embasaram a realização de um acompanhamento dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, visto ser de suma importância para uma Instituição de Ensino Superior, ter um sistema de pós-graduação que atenda as demandas acadêmicas da universidade, que desenvolva pesquisas inovadoras e capacite profissionais e docentes para atenderem à demanda da sociedade, mercado profissional da região.

Assim, o presente Plano de Ação Educacional (PAE) tem como proposta principal o acompanhamento anual realizado no período compreendido entre os anos de realização das avaliações trienais, ou seja, 2012, em relação à próxima avaliação trienal e dando continuidade, os anos 2014 e 2015, pois 2013 é o ano da avaliação da CAPES. Tem por objetivo o estabelecimento de um diálogo entre a Pró-reitoria de Pós-graduação e as Coordenações dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, promotoras de cursos de mestrado e doutorado com vistas à orientação da atuação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* de forma que possam elevar a qualidade de seu desempenho e superar os problemas que eventualmente estejam a enfrentar – se possível antes da próxima Avaliação Trienal.

O presente Plano de Ação Educacional tem como proposta principal o acompanhamento do preenchimento do relatório Coleta CAPES 2012 (ano base 2011), tabulação dos principais indicadores de avaliação dos Programas além de mecanismos para a PROPG/UFJF fazer um monitoramento dos avanços dos programas em relação aos indicadores propostos.

As propostas realizadas pela equipe da Pró-reitoria de Pós-graduação da UFJF, visando o acompanhamento de cada programa, iniciando

primeiramente com os Seminários Anuais Internos de Avaliação da Pós-graduação e no segundo semestre ano de 2011, com os projetos de visitas a cada programa, com a proposta de fazer um diagnóstico da situação real do programa até a data da visita, ou seja, com a análise e pontuação dos pontos fortes e fracos de cada programa, foram etapas para o surgimento desse plano de ação.

Após as visitas, a equipe da Coordenação de Pós-graduação *stricto sensu* da PROPG/UFJF fez um diagnóstico e um relatório específico dos indicadores de cada programa apresentando aos coordenadores e professores dos programas, esse relatório.

Como primeira proposta do plano de ação aqui apresentado tem-se a análise feita em todos os programas a partir das visitas feitas pela equipe da PROPG/UFJF, no segundo semestre de 2011.

Para uma melhor produtividade e objetividade da visita, bem como para auxiliar na preparação para a próxima avaliação trienal da CAPES, a equipe da PROPG/UFJF solicitou à coordenação do Programa que preparasse uma breve apresentação (até 20 minutos) em que deveria, necessariamente, constar: - medidas tomadas pelo programa para atendimento das recomendações da CAPES descritas no último relatório trienal (2007-2009) e outras iniciativas implementadas para o aprimoramento do programa; - quadro com a produção do programa comparando os indicadores do triênio anterior (2007-9) e o produzido até o momento para o triênio 2010-12 nos seguintes quesitos:

- Produção intelectual do corpo docente (número de artigos publicados para cada categoria *qualis*). Incluir capítulos e livros se houver *qualis* livro na área.
 - Número de docentes que alcançaram a metade da pontuação mínima necessária para manutenção do conceito atual do programa;
 - Número de docentes que alcançaram a metade da pontuação mínima necessária para o conceito imediatamente acima do atual do programa.
- Tempo médio de titulação dos alunos (mestrado e doutorado) que defenderam a partir de 2010

- Porcentagem das defesas que ocorreram dentro do prazo ideal estipulado pelo documento de área da CAPES.
- Número médio de orientandos e defesas por docente
 - número de docentes que possuem um número de orientandos que esteja na faixa considerada ideal pelo documento de área da CAPES

Além disso, foram solicitadas as medidas planejadas de atuação do programa para o ano de 2012 e em que pontos a PROPG/UFJF poderia auxiliar o desenvolvimento do programa, com a proposta de aproximação da pró-reitoria com os programas.

Na proposta desse plano de intervenção, um estudo detalhado da avaliação do Coleta CAPES de cada programa da UFJF do ano de 2011 e avaliação da última trienal da CAPES, tornou-se imprescindível e um levantamento dos principais indicadores que deve-se investir, mediante o que foi apresentado pelos programas nas visitas. Diante desse estudo e levantamento, os programas foram analisados nas seguintes perspectivas em relação aos programas propriamente ditos:

- Total de Projetos e Linhas de Pesquisa
- Há critérios explícitos de credenciamento/recredenciamento do corpo docente permanente em consonância com os critérios de avaliação utilizados pela área na CAPES?
- Quais são os destaques no programa em relação a investimento em infra-estrutura, planejamento, visibilidade, inserção nacional e internacional, parcerias.

Outra análise foi feita em relação aos alunos: número de alunos de mestrado e doutorado; total de discentes autores de publicações por nível (mestrado e doutorado); média de artigos publicados por discente; total de defesas de mestrado e doutorado; tempo de formação de mestres e doutores; máximo, mínimo, médio e mediana de defesas; participação dos alunos nos projetos e linhas de pesquisa; número de alunos fora dos projetos e linhas, ou seja, em projetos soltos; média de orientações de Iniciação científica por docente.

Por último, a análise em relação aos docentes dos programas em relação a: total de docentes; porcentagem de docentes permanentes em relação ao corpo docente total; média de alunos de mestrado e doutorado por orientador; relação do número de orientações por docente; relação dos docentes sem orientando; tabela de publicação de artigos em periódicos por *qualis*, por docente.

Após as análises descritas, verificou-se que dos trinta programas de pós-graduação, caso não haja nenhuma intervenção ou mudança de postura dos coordenadores e professores, apenas quatro programas têm a possibilidade de aumentarem seus conceitos na próxima avaliação trienal da CAPES e outros cinco, correm o risco de diminuírem de conceito ou mesmo serem descredenciados.

Em relação aos indicadores, todos os programas apresentaram o tempo de defesa de seus mestrandos e doutorandos como ponto forte, pois todos mantêm-se na média de vinte e quatro meses para o mestrado e quarenta e oito meses para o doutorado. Vários programas estão com sérios problemas no quadro de professores efetivos, pois muitos docentes participam de mais de um programa e não possuem produções intelectuais suficientes em publicações para manterem-se credenciados nos programas. Esses níveis de publicações são específicos de acordo com a área.

Portanto, como base nesse diagnóstico apresentado, surge a proposta desse plano de ação, visando um acompanhamento e avaliação sistemática dos trinta e três programas de pós-graduação da UFJF, anualmente, para traçar diretrizes e rumos a serem seguidos almejando alcançar excelência na próxima avaliação trienal da CAPES, mas especificamente, para a maioria dos programas da UFJF, a busca da consolidação e aumento de conceito.

3.1- Síntese das etapas do Plano de Ação Educacional

Para isso, primeiramente foram analisados os relatórios feitos pela equipe da PROPG/UFJF de forma específica e objetiva para contribuir na formulação desse plano de ação e a partir daí surgiram as propostas e objetivos de formulação do plano de ação aqui apresentado.

Para haver essas mudanças serão necessárias ações que visem essa aproximação com os programas para diagnosticar as reais necessidades e situações das Coordenações dos Programas. As etapas propostas nesse plano de ação terão objetivos de curto, médio e longo prazo.

Como início de proposta, uma reestruturação administrativa na Pró-reitoria de Pós-graduação é necessária, para que toda a tramitação administrativa e burocrática dos programas tenha um suporte com orientações específicas para cada curso. A criação de três núcleos, com uma secretária atendendo cada núcleo foi a primeira etapa de plano de ação, assim os programas passam a ter uma orientação mais objetiva e um canal de comunicação direto dentro da PROPG/UFJF.

Dando continuidade a essa etapa de reformulação administrativa, a criação de uma Assessoria Acadêmica como suporte acadêmico aos programas, com diretrizes e orientações aos coordenadores e docentes em questões que venham consolidar e buscar a excelência dos programas é uma proposta de curto prazo.

Como próxima etapa, o treinamento e capacitação dos secretários e coordenadores dos programas *stricto sensu* para preenchimento do Coleta CAPES e orientações de ações que devem ser seguidas com os professores dos programas, de forma que tenham uma equipe docente envolvida nos projetos dos programas.

Outra etapa é a computação dos dados e indicadores dos programas, com preenchimento anual de formulários específicos em um sistema interno da UFJF, desenvolvido especificamente para a PROPG/UFJF e desenvolvido a partir do sistema SIGA. Os avanços dos programas serão computados nesse sistema informatizado, que terá como base o sistema de avaliação da CAPES, mas formulado com o apoio do CGCO da UFJF.

A seguir, cada etapa será detalhada e analisada como plano de ação desse trabalho com a perspectiva de melhoria de qualidade nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF. Outro objetivo desse plano de ação é a PROPG/UFJF ter um sistema de avaliação de seus cursos de mestrado e doutorado, visualizando a situação real dos programas.

Portanto, nesse capítulo será explicado como a proposta desse plano é aplicada, as etapas que devem ser cumpridas e efetivadas para que a consolidação e a busca da excelência dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF seja alcançada. A necessidade de uma proposta de projeto com o acompanhamento do preenchimento dos programas do Coleta CAPES é fundamental. Para haver essas mudanças são necessárias ações que visem essa aproximação com os programas para diagnosticar as reais necessidades e situações das Coordenações dos Programas. As ações propostas nesse plano terão objetivos de curto, médio e longo prazo e serão definidas a seguir.

3.2 – Etapas do Plano de Ação Educacional

3.2.1- 1ª Etapa: Relatórios dos Programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFJF

O relatório baseado nas visitas feitas aos programas e pela análise da última avaliação trienal da CAPES é apresentado ao Coordenador do Programa com a visibilidade dos pontos fracos que devem ser corrigidos ao longo do ano de 2012. Esse relatório é baseado nos indicadores que possuem maior peso na avaliação da CAPES: proposta do programa; linhas de pesquisa; projetos; disciplinas; turmas; trabalhos de conclusão; aproveitamento do *currículo lattes*; produção intelectual (trabalhos em periódicos, publicação de livros, participação em congressos, etc.); vinculação das publicações com linhas de pesquisa e projetos de pesquisa.

Em cada indicador é feito o monitoramento do que se tem atualmente no programa para o que é esperado ao longo de 2012. Para um melhor acompanhamento e monitoramento desejado, foram gerados os principais indicadores de avaliação, tomando como ano base 2011 em relação a alunos (número de alunos, média de idade e duração de teses por gênero; total de projetos, linhas de pesquisa, alunos com distribuição em nível – mestrado e doutorado) e docente (distribuição de artigos em periódicos indexados; total de alunos, orientadores e média de aluno por orientador; relação dos docentes

sem orientando; relação de docentes orientando por nível; porcentagem de docentes permanentes em relação ao corpo docente).

Todas as visitas foram feitas pela equipe da PROPG da UFJF e as análises pontuadas, tornando-se evidente a necessidade de um controle e aproximação da PROPG/UFJF com os programas, ou seja, um monitoramento, para orientação de rumos e diretrizes a serem seguidas para alcançar o objetivo na próxima avaliação trienal da CAPES, em 2013, que é o aumento de conceito para uma consolidação do programa.

Para o desenvolvimento dessa etapa, não foi necessário nenhum recurso humano nem financeiro a mais, pois foi realizado pela própria equipe da PROPG/UFJF: Pró-reitor de pós-graduação, Coordenador de Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, Gerente de Pós-graduação e um funcionário.

3.2.2- 2ª Etapa: Treinamento para preenchimento do Aplicativo Coleta CAPES.

Após as análises feitas nas visitas aos programas, avaliou-se que um dos grandes problemas e deficiências dos programas é o preenchimento incorreto pelo Coordenador do programa, secretária e muitas vezes bolsistas, do aplicativo Coleta CAPES. Em muitos programas não é dada importância a esse preenchimento, visto serem informações postadas em campos de um formulário *on line*.

Muitas informações relevantes do programa não são informadas e nem pontuadas como importantes, podendo assim, prejudicar ou ocultar realizações e pontos essenciais do programa.

Com isso, antecipando a finalidade deste plano de ação, a equipe da PROPG/UFJF colocou em prática um treinamento do Aplicativo Coleta CAPES para os Coordenadores e Secretários, com o objetivo de uma melhor orientação de como preencher o formulário, visto ter sido diagnosticado muitos erros nos preenchimentos. Coincidiu a elaboração deste PAE, com o preenchimento pelos programas do Coleta CAPES, tornando assim viável a execução imediata desta ação.

Esse treinamento constou de duas etapas. Primeiramente foi elaborado, como um dos objetivos desse plano de ação, orientações específicas de preenchimento dos campos do formulário do Coleta CAPES. Cada indicador do sistema da CAPES foi apresentado e o que deve de importante ser salientado em cada campo do formulário.

Como segunda proposta dessa etapa, um consultor externo, especialista no preenchimento do formulário do sistema da CAPES, foi contratado para realizar um seminário sobre “Dúvidas no Preenchimento do Coleta CAPES”.

O primeiro treinamento foi feito como proposta desse plano, portanto sem custos financeiros e materiais, pois a PROPG/UFJF disponibilizou o anfiteatro e os recursos materiais como as folhas da pequena apostila com as principais instruções.

O treinamento com o especialista foi financiado também pela PROPG/UFJF, com as despesas de passagens aéreas de ida e volta, no trecho São Paulo/Juiz de Fora e com o pagamento do Pró-labore no valor de R\$5.000,00.

Esse treinamento vai ter a periodicidade anual, sendo que todo semestre haverá uma reunião com os coordenadores e secretários dos programas, com intenção de discutirem o Aplicativo Coleta CAPES. Além dessa reunião, as secretárias dos núcleos, que serão apresentados no próximo item, ficarão responsável por intermediar toda dúvida em relação ao preenchimento e dar todo apoio aos programas pertencentes a seu núcleo.

É essencial que administrativamente a PROPG/UFJF se adeque a essa nova proposta de gestão, tanto fisicamente como em relação aos recursos humanos, pois só assim o plano de ação aqui apresentado poderá ser executado de forma efetiva.

3.2.3- 3ª Etapa: Reestruturação da PROPG/UFJF

A Pró-reitoria de Pós-graduação, mais especificamente a Coordenação de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, até o ano de 2011 tinha a estrutura arcaica que vem desde 2002, com apenas dois funcionários

técnicos administrativos para atender toda a tramitação burocrática e técnica dos programas.

Como foi visto, a partir de 2006 uma ampla expansão dos programas de pós-graduação *stricto sensu* foi fato na UFJF e a PROPG continuou com sua estrutura física e humana de uma pequena unidade administrativa da UFJF: poucos funcionários, basicamente dois e um espaço físico bem pequeno.

Após todos os diagnósticos feitos e pela necessidade de aumento no número de funcionários para atender toda a estrutura administrativa dos programas, viu-se a necessidade de aumento do número de funcionários da PROPG/UFJF e pelo presente estudo, baseando em todas as análises e consultorias em Pró-reitorias de pós-graduação de outras universidades, a divisão em núcleos, com cada núcleo atendendo e tendo a responsabilidade por uma parte dos programas, foi a proposta mais adequada para o objetivo do projeto desse plano de ação.

A partir daí a proposta de reestruturação baseou, como foi dito, na ideia de núcleos, neste caso três, que se responsabilizam pelo acompanhamento de dez programas cada núcleo. Esse núcleo é composto por uma secretária e um bolsista de Treinamento Profissional¹⁴. Essa secretária pode ser contratada por terceirização ou disponibilização de funcionário efetivo do quadro. O custo relativo aos funcionários ficaria em torno de R\$ 6.000,00 mensais em caso de contratação terceirizada, ou da disponibilidade de três funcionários efetivos que podem ser contabilizados no quadro da Instituição e redistribuídos para a PROPG/UFJF. Os bolsistas já fazem parte da cota cedida à Pró-Reitoria de Pós-graduação, bastando que se adequem ao núcleo e se integrem aos programas. Cada bolsista recebe uma bolsa mensal, paga pela UFJF no valor de R\$310,00.

Assim, pode-se apresentar a finalidade de trabalho destes núcleos. As secretárias dos núcleos são responsáveis, primeiramente, por uma aproximação com os coordenadores e secretários dos programas. O foco é elaborar um perfil de cada curso, com a devida análise de suas demandas e

¹⁴ O programa de Treinamento Profissional é um programa da Pró-reitoria de Graduação da UFJF (PROGRAD/UFJF), que disponibiliza bolsas para alunos da graduação que queiram desenvolver atividades administrativas na UFJF ligadas a atividades relacionadas à sua graduação e formação.

representação de sua estrutura geral como: resolução de criação do curso; corpo docente efetivo, de colaboradores e visitantes; regimento interno do programa; critérios de distribuição de bolsas e credenciamento/descredenciamento de professores; número de matriculados de alunos e de disciplinas isoladas; número de defesas por ano. Com todas essas informações, a proposta é que cada secretária do núcleo organize na PROPG/UFJF um arquivo com todos os dados dos programas. O atendimento ao programa será de um modo mais pontual, pois a secretária terá conhecimento da demanda individual do programa. Toda esta organização, reestruturação e adequação da PROPG/UFJF, seus núcleos e programas demanda o tempo aproximado de seis meses.

Outra proposta administrativa que contempla os objetivos do plano de ação aqui apresentado é a criação de uma Assessoria Acadêmica, formada pelo Coordenador de Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF e os dois funcionários antigos da PROPG/UFJF, que com a capacitação em mestrado em gestão educacional e com a proposta do plano de ação, têm subsídios e fundamentos para assessorar os programas em relação a toda parte acadêmica, auxiliando os coordenadores na estrutura curricular, docente e de alterações do regimento do programa. Outra função da assessoria é a análise e despachos dos processos de alteração curricular, criação de disciplinas, alterações de regimentos. Para completar, o assessoramento e orientações para criação de novos cursos de mestrado e doutorado é uma terceira função da assessoria.

As funções da assessoria vão além das administrativas e um auxílio financeiro através de pagamento de bolsas de trabalho mensais é a proposta. Cada bolsa é no valor de R\$570,00 e será paga através do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFJF. O PDI é um projeto da administração superior da UFJF e é assessorado financeiramente pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão – FADEPE.

A próxima etapa é a principal meta da proposta apresentada neste trabalho, pois é o desenvolvimento do Sistema de Avaliação Anual dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF.

3.2.4- 4ª Etapa: Sistema de Avaliação anual informatizado da PROPG/UFJF

O Sistema de Avaliação da CAPES, como foi apresentado, é um formulário *on line*, baseado no coleta CAPES, em que as informações são colocadas em campos específicos para cada indicador. Baseado nesse sistema, a proposta é desenvolver no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – SIGA da UFJF, um sistema específico para a pós-graduação que pode ser apresentado um formato para monitoramento e possível avaliação pela PROPG/UFJF.

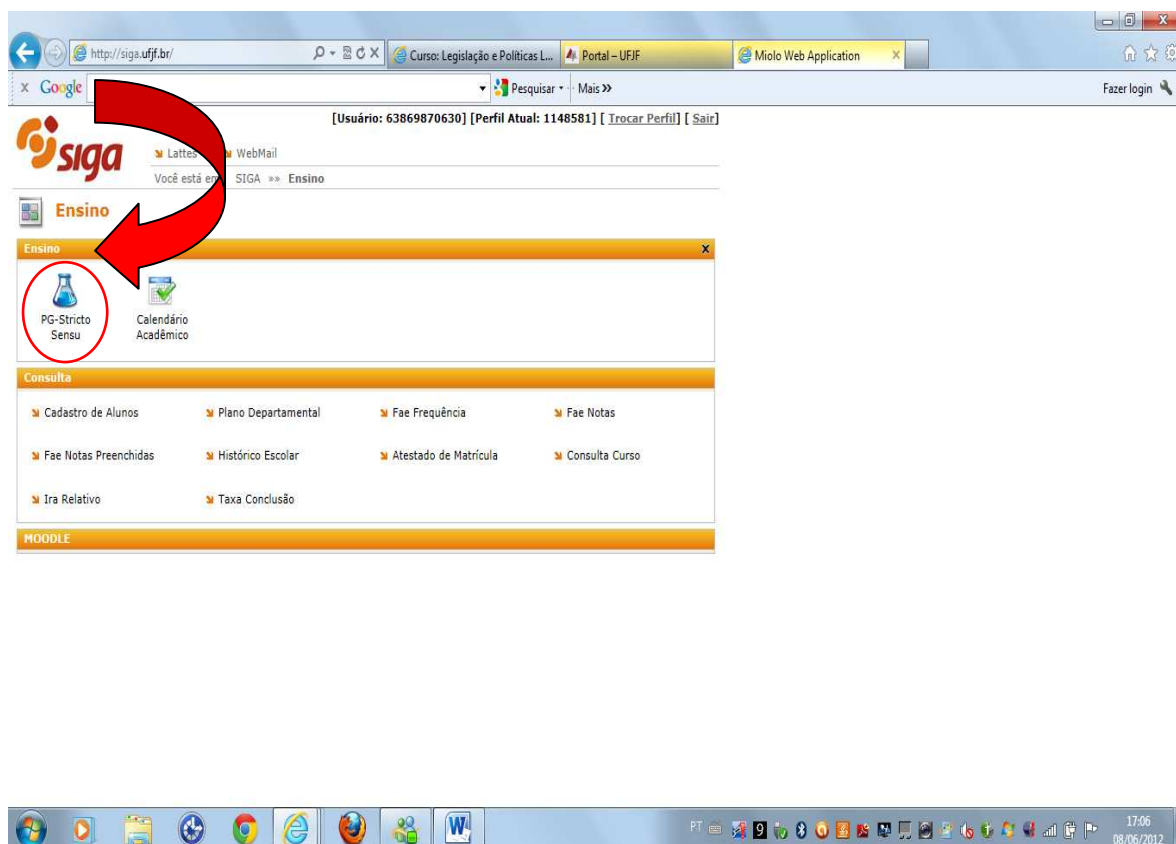
O SIGA é um sistema informatizado em rede, em que todos os dados da UFJF são armazenados e manuseados. O *login* é feito pelo CPF e uma senha específica para todas as pessoas que tenham vínculo com a UFJF¹⁵.

Este sistema engloba o administrativo, biblioteca, financeiro, protocolo e acadêmico da UFJF e o que interessa aqui, é o SIGA acadêmico.

Após o *login* no SIGA e o acesso no “ensino”, pode-se acessar a PG-*stricto sensu*, conforme mostra a figura abaixo.

¹⁵ Entende-se por vínculo todos alunos, funcionários e professores da UFJF

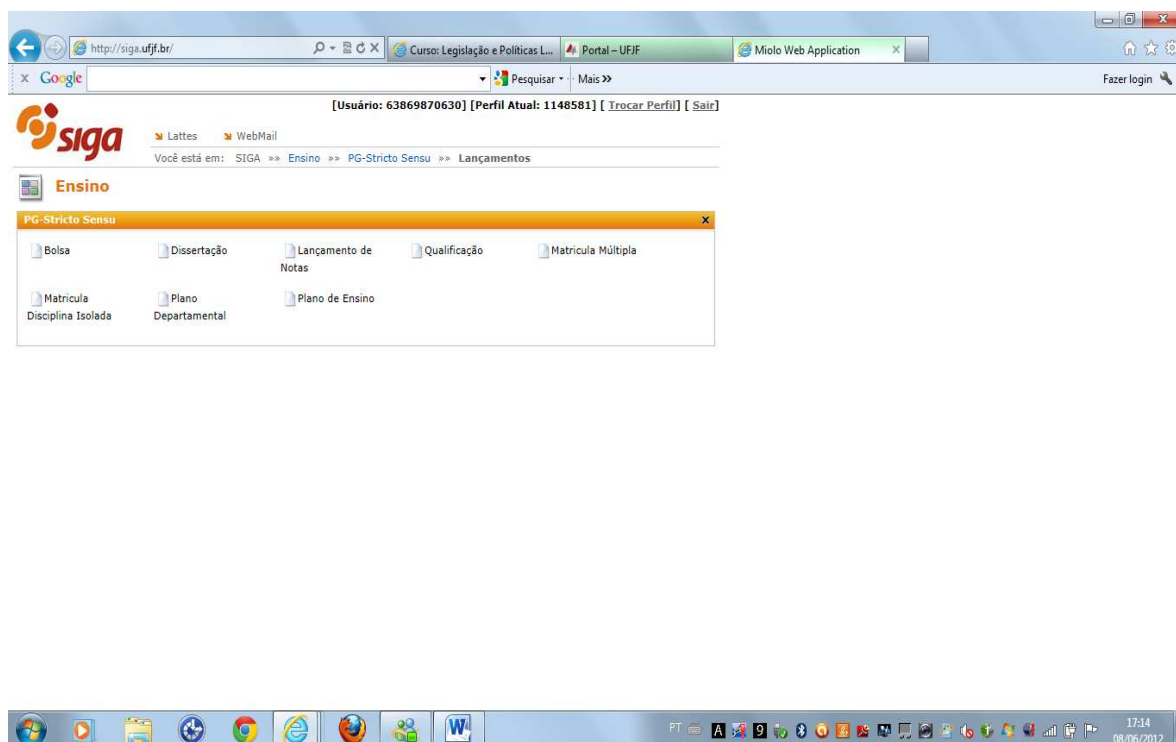
FIGURA 01: Tela 01 do SIGA Acadêmico da UFJF



FONTE: SIGA/UFJF

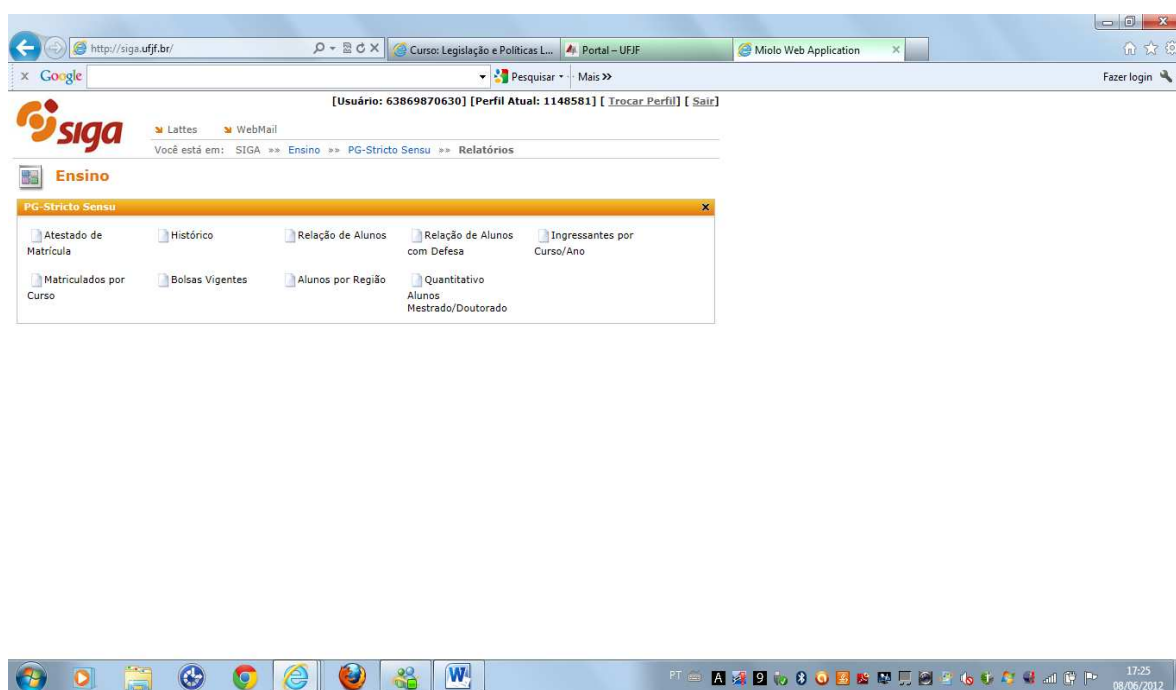
Acessando, o item específico da pós-graduação, alguns indicadores são mostrados e já computados pelo sistema. Veja a seguir, nas Figuras 02, 03 e 04 o que o SIGA já computa em relação a dados dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

FIGURA 02 – Tela 2 do SIGA Acadêmico da UFJF



FONTE: SIGA/UFJF

FIGURA 03: Tela 03 do SIGA Acadêmico da UFJF



FONTE: SIGA/UFJF

A partir da Tela 03, ou seja, dos Relatórios da pós-graduação é que o projeto de adaptação desse sistema ao formulário do Coleta CAPES é pretendido, pois como o SIGA já disponibiliza alguns relatórios, é o caso de fazer uma relação do SIGA com o Coleta CAPES, permitindo que seja visível ao se arrolar os todos os indicadores propostos pela avaliação da CAPES.

Em resumo, essa etapa tem como objetivo a adaptação do Sistema Interno de Gestão Acadêmica – SIGA da UFJF às demandas da Pró-reitoria de Pós-graduação com objetivo de a pós-graduação *stricto sensu* ter um programa próprio que atenda às demandas das Coordenações dos Programas e da Pró-reitoria de Pós-graduação. Esse programa será feito a partir do SIGA Acadêmico existente e que, como programa, já indica alguns levantamentos, como foi visto, principalmente em relação aos alunos, porém está muito aquém da necessidade dos programas e da PROPG/UFJF.

O projeto é de um programa informatizado que tem como modelo o formulário de Avaliação da CAPES, Coleta CAPES, com a pontuação de todos os indicadores estipulados e quando preenchidos pelos professores, secretários e coordenadores, desenvolverá relatórios que possam ser analisados e avaliados pela PROPG/UFJF.

Diante da apresentação descrita aqui, do SIGA Acadêmico, ou seja, do Siga Ensino, fica evidente que existe recursos *on line* nesse sistema para a pós-graduação, porém apenas como banco de dados e controle pela Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos, o CDARA da UFJF. Não é um sistema usado pelos programas e PROPG/UFJF com objetivos de análises, emissão de relatórios comparativos de indicadores, acompanhamento com monitoramento e muito menos utilizado como instrumento avaliativo que é a proposta deste plano.

Assim, o plano proposto é a realização de um sistema próprio da PROPG/UFJF, que alimentado pelas coordenações dos programas, possa apresentar e traduzir a situação real dos programas, referente a cada indicador de avaliação da CAPES.

Com certeza esse sistema terá como base os dados já existentes no SIGA e a equipe contratada adaptará a um novo sistema mais completo em

que a partir dos dados, formulários e relatórios serão automaticamente criados para posterior análise e visualização pela PROPG/UFJF.

O acesso ao sistema será o mesmo do SIGA, mais somente as coordenações dos programas terão acesso ao sistema SIGA PÓS¹⁶.

O preenchimento dos dados no sistema poderá ser contínuo ao longo do ano, porém no mês de março, todos os dados referentes ao ano anterior deverão estar preenchidos por completo, pois será o mês em que a PROPG/UFJF gerará, pelo sistema, as planilhas e relatórios para análises feitas pela Assessoria Acadêmica.

A partir das análises, os programas serão pontuados e comparados aos relatórios de área da CAPES específicos de cada programa, podendo assim se ter uma dimensão de toda a trajetória do programa ao longo do ano, assinalando os progressos ou indicadores que devem ser melhorados.

Para o desenvolvimento do Programa Informatizado dentro do SIGA é necessário um Coordenador de Informática que venha a atuar junto à PROPG/UFJF, Coordenações dos Programas e Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional – CGCO que é responsável pela mobilização de recursos da tecnologia da informação em prol da racionalização e agilização dos processos inerentes à gestão universitária. Desta forma, as práticas do CGCO envolvem a análise, modelagem, desenvolvimento, gerenciamento e atualização dos sistemas de informação, o gerenciamento lógico da rede de dados e a implementação de soluções tecnológicas para a UFJF.

Esse Coordenador de Informática atuará com uma equipe de um analista de sistema e dois programadores que no prazo de um ano ficará responsável por analisar, pesquisar as demandas e construir o sistema acoplado com o banco de dados do SIGA. Após o sistema estar pronto, será necessária apenas a manutenção do sistema, visto ser um sistema alimentado pelos próprios Programas de pós-graduação e PROPG/UFJF e ter como servidor o servidor geral da UFJF.

Segundo o CGCO, a formação desta equipe no momento não é possível com o quadro de funcionários atuais do CGCO e com a sobrecarga de trabalho que eles têm, porém há a possibilidade de contratação de funcionários

¹⁶ SIGA PÓS é o nome dado ao novo sistema desenvolvido como proposta deste plano de ação.

específicos para desenvolver o sistema SIGA PÓS e esses funcionários ficariam sobre orientações de um funcionário do CGCO, por estar utilizando os recursos de lá. Não é o ideal, pois sendo funcionários do quadro, o acesso aos recursos da UFJF são mais fáceis.

O uso de contratação de funcionários ou mesmo bolsistas pagos pelo PDI da UFJF, seria uma solução de imediata para que o presente plano entre logo em funcionamento, mas com certeza o objetivo é que toda a equipe seja integrada por funcionários do CGCO.

Para o pagamento da equipe de informática, a Administração Superior se responsabilizará com recursos internos da UFJF, por licitação de empresas específicas para terceirização de funcionários ou por pagamento de bolsas pela FADEPE através do PDI da UFJF. Estima-se que o pagamento do Coordenador deverá ser em torno de R\$2500,00 mensais e cada técnico programador, o valor fique em torno de R\$1200,00.

Como a proposta apresentada aqui é contínua, não há determinado um fim do plano, pois é um sistema que será implantado em 2012 e desenvolverá como um projeto da Pró-reitoria de Pós-graduação da UFJF.

3.3- Recursos Financeiros para o Plano de Ação

Como recurso financeiro, esse plano não tem grandes custos em relação ao sistema informatizado, pois toda a logística da Universidade será utilizada. Os gastos serão com pagamento de recursos humanos para suprir a demanda administrativa e técnica da PROPG/UFJF e das Coordenações dos Programas de Pós-graduação. Todos os custos e cálculos com os gastos financeiros desse plano foram expostos, analisados com cada setor e farão parte da estruturação financeira da PROPG/UFJF que através de seu pró-reitor, está dando total apoio para o desenvolvimento do plano apresentado.

Os gastos anuais estão apresentados resumidamente na Tabela 13.

TABELA 12 – Gastos mensais do Sistema de Avaliação da PROPG/UFJF

	Quantidade	Valor
Secretária do Núcleo 01	01	R\$1200,00
Secretária do Núcleo 02	01	R\$1200,00
Secretária do Núcleo 03	01	R\$1200,00
Coordenador de Informática	01	R\$2500,00
Técnico / Programador	02	R\$2400,00
Bolsistas de Treinamento Profissional	03	R\$720,00
TOTAL		R\$9220,00

FONTE: Elaboração própria

Além destes gastos mensais, há os gastos anuais, apresentados na Tabela 14, com o consultor externo para o Treinamento do Coleta CAPES e gastos iniciais com as visitas de consultoria às Pró-reitorias de pós-graduação da UFMG, USP e UNICAMP.

Os gastos com as visitas estão apresentados com valores aproximados, visto não ser relevante para o fechamento deste plano de ação citar os valores fidedignos, e também por serem recursos financeiros que a PROPG/UFJF possui, liberados pela CAPES, o PROAP, específico para a PROPG/UFJF gastar com treinamento.

TABELA 13: Gastos anuais com o Sistema de Avaliação da PROPG/UFJF

	Quantidade	Valor
Pagamento do consultor para treinamento do Coleta CAPES	01	R\$5000,00
Pagamento das diárias às consultorias das Pró-reitorias de outras instituições	8	R\$1400,00
Pagamento das passagens para ida e volta	06	R\$2500,00

das consultorias das Pró-reitorias de outras instituições		
TOTAL		R\$8900,00

FONTE: Elaboração própria

Assim as ações deste plano de intervenção são as citadas neste capítulo e saliento que a maior dificuldade para sua implementação é a mudança de cultura interna na UFJF de valorização e devida importância dos cursos de mestrado e doutorado para o desenvolvimento da universidade e do apoio à ciência e pesquisa.

Outro grande empecilho para a intervenção é a conscientização, principalmente dos secretários das Coordenações dos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFJF, da diferença entre crescimento e desenvolvimento do programa e se envolverem na busca de excelência e aumento de conceito junto a CAPES.

Com esse Plano de Intervenção acredito que a UFJF estará enquadrada dentro da proposta de desenvolvimento das Instituições Federais de Ensino com o objetivo de se adequar aos avanços científicos, tecnológicos e de pesquisas que a sociedade contemporânea impõe.

Referências

AMORIM, Antônio. *Avaliação institucional da universidade*. São Paulo: Cortez, 1992.

Avaliação da pós-graduação: síntese dos resultados. Brasília: Ministério da Educação; Capes/DAV, 2010. <http://capes.gov.br>. Acesso em 19/04/2012.

BALBACHEVSK, Elizabeth. *A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida*. http://www.vet.ufg.br/ppgca/uploads/files/66/Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf Acesso em 28/11/2011.

BERNARDES, José Francisco & MELO, Pedro Antônio de. *O papel dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no desenvolvimento de políticas em Administração e Gestão Universitária*.

BIANCHETTI, Lucidio. *Juracy c. Marques: Primórdios da pós-graduação stricto sensu em educação na região Sul*. Revista Brasileira de Educação nº 30. ANPED. São Paulo, SP. Pp. 139-150. 2005.

FÁVERO, Osmar. *Avaliando as Avaliações da CAPES*. UFF.1999.
<http://anped.org.br>

FRAUCHES, Celso. *A livre iniciativa e a Reforma Universitária Brasileira*. 2003.
www.inpeau.ufsc.br/.../CELSO%20DA%20COSTA%20FRAUCHES . Acesso em 10/03/2012.

GOMES, Alfredo e MORAES, Karine Nunes. *A expansão da Educação Superior no Brasil Contemporâneo para o debate*. Biblioteca Virtual/CAED.
http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/ensino_superior/ensinosuperior_020.pdf Acesso em out/2011

HADADD, Fernando. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas – PNE*. MEC.Brasília, 2008.

LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Editora Positivo. Curitiba, 2009

MARTINS, Giselle Cristina. *Impactos da Política de Avaliação na Educação Superior Brasileira: um foco na questão da qualidade real*.GT-11: Política da Educação Superior. ANPED 08.
http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/ensino_superior/ensinosuperior_014.pdf Biblioteca Virtual/CAED. Aceso em out/2011.

MARQUES, José Luiz. *Da Lei 5540/68 da Reforma Universitária dos anos 90 e seus impactos na formação do Professor*.
http://www.seufuturonapratica.com.br/intellectus/Arquivos/Jul_Dez_03/PDF/Ze_Luiz.pdf . Acesso em 19/04/2012.

MOREIRA, HORTALE & HARTZ. *Avaliação da Pós-graduação, buscando consenso*. RBPG. Revista Brasileira de Pós-graduação
http://www2.capes.gov.br/rbpg/images/stories/downloads/RBPG/Vol.1_1_jul2004_/26_40_avaliacao_da_posgraduacao.pdf. Acesso em 26/09/2011

NEVES&COSTA. *Avaliação de programas de pós-graduação: proposta baseada na integração ELECTRE TRI, SWOT.SISTEMAS & GESTÃO*, v. 1, n. 3, p. 276-298, setembro a dezembro de 2006.
<http://www.uff.br/sq/index.php/sq/article/viewFile/SGV1N3A7/26>. Acesso em 26/09/2011.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. *Trajetória da Avaliação da Educação Superior de 1980-2008*. Universidade de Brasília. ANPAE 09. Biblioteca Virtual do CAED.
http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/ensino_superior/ensinosuperior_005.pdf Acesso em Nov/2011.

REAL, Giselle Cristina Martins. *Avaliação e qualidade no Ensino Superior. Os impactos do período 1995-2002*. Universidade Federal da Grande Dourados. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.35, n.3, p. 573-584, set./dez. 2009.

SANTOS, Ana Lúcia Félix dos e AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico*. Rev. Bras. Educ. vol.14 no.42 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2009.
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782009000300010&script=sci_arttext . Acesso em 22/05/2012

SANTOS, Cássio Miranda. *Tradições e Contradições da Pós graduação Educ. Soc.*, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 627-641, agosto 2003. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 30/11/2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *A política de pós-graduação no Brasil: avaliando a avaliação*. ANPED. 2003. www.anped.org.br/reunioes/26 Aceso em 01/11/2011.

SILVA-FONSECA, Maria da Conceição. *Pós graduação Stricto sensu e desenvolvimento regional*. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, **16** (1) 55-60, jun. 2008.

SILVA, Maria das Graças Martins. *Avaliação de Programas de Pós-graduação: Diretrizes após os anos de 1990*. ANPAE 09.
http://www.ppgp.caedufjf.net/moodledata/53/ensino_superior/ensinosuperior_003.pdf Biblioteca Virtual/CAED. Acesso em nov/2001

SCHWARTZMAN, Simon. *O Ensino Superior no Brasil: a busca de alternativas*. Publicado em João Paulo dos Reis Velloso (coord.), O Real, o crescimento e as

reformas, Rio de Janeiro, José Olympio. 1995.

<http://www.schwartzman.org.br/simon/alternat.htm> Acesso em 20/06/2012.

SOUZA, Alberto de Melloe (org.). *Dimensões da Avaliação Educacional*. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2005.

SOUZA, Clarilza Prado. Descrição de uma trajetória na/da Avaliação Educacional. 1998. http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_30_p161-174_c.pdf. Acesso em 25/03/2012.

WEISS, Carol. *Evaluation*. Upper Saddle, Prentice Hall, 1998.

_____. *Manual do usuário do Coleta CAPES*. Diretoria de Avaliação - CAPES/MEC. Atualizado em janeiro de 2009. www.capes.gov.br

_____. Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011/2020 / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010

_____. Pró-reitoria de Pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. <http://www.propg.ufjf.br>

<http://www4.usp.br/index.php/pos-graduacao> Acesso em 23/09/2011.

<http://www.ufmg.br/prpg/apres.php> Acesso em 23/09/2011.

<http://www.aerospacecluster-brasil.com.br> Acesso em 19/05/2012 .